

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

RENATA DE SOUZA SIMMI

**O JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA: um estudo sobre a história de
vida do repórter Renato Dornelles**

PORTO ALEGRE

2019

RENATA DE SOUZA SIMMI

O JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA: um estudo sobre a história de vida do
repórter Renato Dornelles

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Jornalismo, pelo Curso de
Jornalismo da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – Unisinos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Kraemer.

PORTO ALEGRE

2019

À minha mãe Sandra, meu farol, que me ensinou a força da dedicação e que a sensibilidade em ouvir as pessoas é uma qualidade rara.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço minha mãe, Sandra, por tudo o que é na minha vida. Percebo diariamente o privilégio que é ser tua filha, a preciosidade dos ensinamentos que me passaste e o quanto posso contar contigo em todos os momentos. Contigo aprendi a ser mais humana, a ser fortaleza quando necessário e a ter a sensibilidade como base em tudo o que faço. Espero um dia ser metade do que tu és. Só foi possível me tornar a profissional que me tornei porque antes das técnicas, aprendi contigo valores fundamentais para minha formação pessoal.

Ao meu irmão mais velho, Rodrigo, pessoa sem a qual eu não saberia viver. Sem dúvidas, tu és um dos maiores exemplos de integridade, justiça e dedicação que tenho. Contigo compreendi que um coração gigante consegue destruir qualquer maldade, que a honestidade expressa naquilo que fazemos com paixão move montanhas e que o mais importante nessa vida é quem temos na nossa volta. Sou muito grata por conviver com esse defensor incansável dos Direitos Humanos. Agradeço por ter me ensinado a olhar para o sistema prisional com outros olhos. Mais ainda, agradeço por estar comigo em todos os momentos dessa trajetória. Tu és incrível.

Meu pai, Ademir, minha madrasta, Adriana, e ao meu irmão mais novo, João Vitor, por estarem sempre dispostos a me ouvir, a entender meu anseios, a me auxiliarem para que esse sonho fosse possível. Sei que independentemente de onde estiver e do que fizer, terei vocês me aplaudindo e me incentivando para ser uma pessoa melhor.

A Cibele Carneiro, amiga e maior exemplo que persigo dentro do jornalismo. Obrigada por incentivar minha carreira, por me ouvir, por sempre acreditar que eu conseguiria e por me ensinar tanto. Tua alma iluminada é um presente. Minha tia Vera que é meio mãe, meio amiga, meio alma gêmea, uma das forças que me impulsiona a seguir.

Luciana Kraemer, minha orientadora que me apoiou tanto durante todo o processo deste trabalho. Tuas palavras e tua confiança no tema me fizeram acreditar que daria mesmo quando o desespero batia à porta e eu pensava em desistir.

Aprender contigo é um privilégio. Além de professora, tu és um grande modelo e exemplo de profissional. Lembrarei com bastante carinho deste momento de troca que tivemos.

Ao Renato Dornelles, ser humano inexplicável e jornalista extraordinário, que faz um trabalho fundamental dentro da nossa sociedade. Agradeço pela solicitude em me atender, por acreditar na importância deste trabalho e pela sinceridade. É muito bom ver que existem jornalistas como tu.

Aos professores do jornalismo. A faculdade só foi uma experiência maravilhosa porque tive mestres como vocês. A cada novo semestre, a esperança e vontade de ser uma boa profissional se renovou com o que ouvi de vocês.

Todos que de alguma forma contribuíram com a produção deste trabalho, seja com materiais, orientações, palavras de incentivo ou por acreditarem no meu potencial, muito obrigada!

*Olhei no espelho e vi um homem chorar
A mídia, a justiça, querendo me fuzilar
Virei notícia, primeira página
Um paparazzi focalizou a minha lágrima
Um repórter da Globo me insultou
Me chamava de assassino, aquilo inflamou
Tumultuou, nunca vi tanto carniceiro
Me crucificaram, me julgaram no país inteiro
Pena de morte, se tiver sorte
Cadeira elétrica, se fosse América do Norte
Opinião pública influenciada
Era um réu sem direito a mais nada
Meu mundo tinha desabado
Na lei de Deus fui julgado, na lei do homem condenado
(A vítima – Racionais MC's)*

RESUMO

Este trabalho discutiu as habilidades e técnicas de repórteres para a cobertura de temas envolvendo o tema da segurança pública, com especial atenção para a atuação das facções. Para isto, optou-se por estudar a trajetória do jornalista Renato Dornelles, reconhecido por sua expertise nesta área. Para fazer esta discussão foram utilizados conceitos da Sociologia sobre a violência, teorias construcionistas do jornalismo (TRAQUINA, 2018), além do entendimento sobre a organização das facções. As metodologias de história de vida (Pereira, 2000), e história oral (Meihy, 1998), foram utilizadas para a produção de dados. A análise foi realizada a partir do cruzamento de trechos das entrevistas com o jornalista e os conceitos trabalhados no referencial teórico. A análise permitiu que se pudesse obter algumas pistas sobre métodos possíveis de trabalhar neste tema, como o cultivo de diversas fontes, a qualificação para o tema e o conhecimento empírico que extrapola as técnicas jornalísticas.

Palavras-chaves: Jornalismo de segurança pública. Crime organizado. Facções criminosas. História de vida.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA.....	13
2.1 REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA.....	16
2.2 A VIOLÊNCIA E O JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE MOBILIZAÇÃO DE RESPOSTAS DO PODER PÚBLICO.....	18
2.3 O FUNCIONAMENTO DAS FACÇÕES E SEU SIGNIFICADO NA VIOLÊNCIA...22	
3 JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA, O PAPEL DO REPÓRTER E AS MUDANÇAS NA COBERTURA POLICIAL.....	26
3.1 JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	26
3.2 O PERFIL DO JORNALISTA QUE COBRE VIOLÊNCIA.....	28
3.3 RELAÇÃO COM AS FONTES.....	31
3.4 PRESERVAÇÃO DA EQUIPE JORNALÍSTICA NA COBERTURA DA VIOLÊNCIA.....	33
3.5 DESAFIOS PARA OS VEÍCULOS E REPÓRTERES POLICIAIS.....	36
4 METODOLOGIA.....	38
4.1 HISTÓRIA DE VIDA E HISTÓRIA ORAL.....	39
4.1.1 Renato Dornelles – origem e início no jornalismo.....	42
4.1.2 Entendendo a dinâmica do crime.....	43
4.1.3 Falange Gaúcha.....	44
4.1.4 Central – o poder das facções no maior presídio do Brasil.....	46
5 ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VIDA DE RENATO DORNELLES.....	49
5.1 RELAÇÃO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA E SUA TRAJETÓRIA NA PROFISSÃO.....	49
5.2 ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	55
5.3 RELAÇÃO COM AS FONTES.....	59
5.4 CUIDADOS NA HORA DE PRODUZIR MATERIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA.....	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE I.....	74
APÊNDICE II.....	95
APÊNDICE III.....	118

1 INTRODUÇÃO

Segurança pública e bem-estar social sempre foram temas de meu interesse, mesmo antes de cursar jornalismo. Minha primeira experiência profissional foi na área da saúde, onde acompanhei atendimentos de pessoas baleadas, mulheres violentadas, efeitos da drogadição, etc., e posso dizer que este foi o momento em que comecei a ter alguma percepção real de como a violência urbana acontece. Já na cobertura da imprensa, meu interesse como leitora sempre foi voltado para matérias que explicam e contextualizam a criminalidade e, também, matérias que mostram alternativas dentro das políticas e leis relacionadas à segurança – como a Justiça Restaurativa ou as APACs¹, que são saídas para a situação caótica que temos em nosso sistema prisional –, mesmo percebendo que grande parte dos conteúdos midiáticos se voltam mais para os fatos de maneira isolada. A maioria das reportagens que trata do tema da violência e da segurança ainda se detêm nas ocorrências de modo singular, dificultando um entendimento mais amplo sobre os fenômenos da violência. Entende-se a relevância que matérias factuais possuem no dia a dia da informação, mas ainda é difícil encontrar veículos que consigam explicar como a criminalidade acontece, aprofundando o debate e trazendo argumentos para que se crie uma compreensão sobre essa dinâmica social que determina grande parte da rotina e dos sentimentos das pessoas.

Depois que entrei na faculdade e passei a ter contato com conceitos como as teorias construcionistas e valores notícia, entendi que a imprensa tem um papel social importante na percepção e nas sensações das pessoas, podendo causar, muitas vezes, pânico e insegurança a partir da produção das matérias. Durante a graduação pude realizar² reportagens que envolviam o tema da segurança pública e vi de perto o quanto pessoas residentes ou que trabalham em áreas conflagradas pelo crime e pelo tráfico de drogas modificam suas rotinas para se adequar ao comando das

¹ “A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é um método de execução de penas de condenados dos regimes fechado, semiaberto e aberto, onde o objetivo principal é promover a humanização e a ressocialização dos recuperandos (termo utilizado em detrimento de apenado). O método possui taxa de reincidência ao crime de 8%, sendo que no sistema penal tradicional esse índice é de 75%”. Disponível em: <<https://www.apacpartenon.com/quem-somos>>. Acesso em: 5 set 2019.

² Disponível em: <<https://bit.ly/2ZuC3IB>>.

facções. Estes grupos criminosos controlam o mercado do tráfico de drogas no país. Geralmente, são territórios periféricos e marginalizados, onde a ausência do Estado deixa brechas que possibilitam a entrada e fixação destas associações criminosas.

Além disso, trabalhei por um ano e meio na Assessoria de Imprensa do Ministério Público do Rio Grande do Sul e, através deste trabalho, tive oportunidade de visualizar um pouco mais de perto como a criminalidade, especialmente envolvendo facções, se organiza no estado. Três grandes facções se destacam em sua atuação em Porto Alegre: Os Bala na Cara, Os Manos e os Antibala. As facções possuem um *modus operandi* característico, que se dá através de uma organização severa, com a divisão de tarefas, o respeito à hierarquia, a preparação dos integrantes para operarem armamentos pesados, recados formalizados, entre outros. O poder adquirido pelas facções se mostrou tão forte que hoje controlam os presídios do estado e estabelecem a "ordem". Na verdade, esta é uma realidade no Brasil: facções controlam a ação de seus grupos dentro e fora das cadeias. Por se tratar de grupos que estão à margem da sociedade, o próprio jornalismo tem dificuldade de entender inteiramente como atuam. É um processo complexo e que muitas autoridades fazem vista grossa, dificultando a compreensão integral da dinâmica das facções.

Para pensar o cenário brasileiro da violência, apresenta-se dados sobre os homicídios em território nacional. Em 2017, de acordo com os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde – SIM/MS, 65.602 homicídios ocorreram no Brasil. Segundo o Atlas da Violência 2019, esse é o "[...] maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país" (IPEA, 2019, p.5). No Rio Grande do Sul, a taxa de homicídios em 2017 foi de 29,3%, sendo que, em comparação com 2016, os homicídios aumentaram 2,5% (IPEA, 2019).

Um jornalista que tem se notabilizado por investigar a violência, a segurança pública e criminalidade no estado, é Renato Dornelles. Poucos comunicadores³ conseguem compreender de maneira tão qualificada a dinâmica do crime no país, especificamente, das facções. Renato, um dos poucos repórteres negros da redação do Grupo RBS, se especializou neste setor e acompanha há mais de 30 anos o crescimento das facções, que, com o passar do tempo se tornaram mais violentos, aperfeiçoaram seus métodos na coordenação do tráfico de drogas, adquiriram um

³ Podemos citar aqui também o jornalista Bruno Paes Manso, do centro do país (nota da autora).

suporte eletrônico que os auxilia no controle dos seus grupos e criaram estratégias características para delimitar territórios e controlar a população periférica. Renato cobriu alguns dos fatos mais impactantes da história gaúcha envolvendo o enfrentamento à violência pública, como o motim do Presídio Central, ocorrido em 1994, e que teve como protagonista o preso Dilonei Francisco Melara, um dos criminosos mais procurados do estado. Além disso, Renato Dornelles assinou trabalhos como o livro *Falange Gaúcha* (DORNELLES, 2008), um relato sobre como ocorreu o surgimento da primeira facção do Rio Grande do Sul que teria seguido os parâmetros dos grupos do Rio de Janeiro e São Paulo. Ele também coproduziu o documentário “Central – o poder das facções no maior presídio do Brasil” (2016). O documentário, além de ser um material jornalístico rico por envolver diversas fontes especializadas e que contextualiza as mazelas do presídio, ainda traz um diferencial que é a captação de imagens feitas pelos próprios detentos, algo inovador no meio audiovisual.

Pelo interesse prévio sobre o tema e as ideias que adquiri em relação à segurança pública e o jornalismo durante o tempo de estudos, toda a complexidade existente entre esses dois mundos, seus limites, consequências e a figura do repórter policial no processo de construção de uma percepção social sobre a violência nas cidades, surgiu a vontade de aprofundar o conhecimento no assunto. Importante sinalizar que os desafios de trabalhar com o tema não são experienciados apenas como profissional que está na linha de frente, relativos às dificuldades em conseguir fontes confiáveis e dispostas a falar, obter dados oficiais de órgãos públicos ligados à segurança e até mesmo o risco que se corre indo em locais onde o tráfico domina. Mas também são encontrados no âmbito acadêmico, que ainda produz poucos materiais que abordam a relação entre esses dois campos. A pesquisa feita para a construção desta monografia revela que há uma rede regional de pesquisadores interessados no assunto e que, apesar de restrita, esta rede fomenta a produção e auxilia novos pesquisadores. Exemplo foi a indicação inicial feita pelo professor Francisco Amorim de pesquisas pertinentes ao tema para serem lidas, também o uso do trabalho de conclusão de curso (TCC) de Luana Rosales (Unisinos) e outros materiais que possibilitaram o cruzamento de referências, ampliando o entendimento e as argumentações para discussão. Por isso, com esta produção, busco também contribuir para a área e para futuras pesquisas.

Este estudo busca o entendimento sobre os métodos utilizados pelos repórteres na cobertura jornalística de casos envolvendo segurança pública, em especial das facções. Para tanto, optou-se por estudar a forma de trabalho do repórter Renato Dornelles, reconhecido pela sua expertise neste tipo de cobertura, como mostrado acima. Para fazer este estudo, utilizou-se da metodologia de história de vida (PEREIRA, 2000) e da história oral (MEIHY, 1998). Como objetivos específicos temos:

- a) entender como a trajetória de vida de Renato Dornelles influenciou em seus procedimentos de trabalho que envolvem a violência, pois sua figura profissional está diretamente conectada a sua figura social (TRAQUINA, 2013);
- b) resgatar como se deu a relação do repórter com as fontes, dentre elas as que envolvem os membros das facções;
- c) compreender a dinâmica que transforma o jornalista em especialista sobre um assunto por seu trabalho constante na área, e que personifica o método de fazer jornalismo;
- d) entender os limites mantidos ou extrapolados pelo repórter no que se refere ao cuidado consigo ou outros em se tratando de temas de risco.

Mais do que responder perguntas objetivamente, a intenção é que seja possível conhecer a estrada percorrida por ele e como sua história o construiu profissionalmente como um especialista na área de segurança. Entendemos que este enquadramento oferece também a chance de mudar o foco da atenção comumente lançado mão neste tipo de pesquisa, ou seja, a análise da cobertura a partir dos veículos de comunicação, e não do profissional que protagoniza a reportagem.

Inicialmente, é abordada a relação do jornalismo com o tema Segurança Pública, entendendo o jornalismo como construção social da realidade; quais as definições de violência e como a mídia constrói a percepção social da violência; o papel da imprensa de mobilizar respostas do poder público em relação a criminalidade; o funcionamento das facções e seu impacto na segurança pública. Estas ideias são embasadas com os autores Traquina (2002, 2013, 2018), Benetti (2006), Almeida (2000), Soares (2000), Rondelli (2000), Porto (2006) e Dias e Guimarães (2014). Os conceitos sobre facções são abordados por Ghiringhelli e Cipriani (2015), Manso e Dias (2018) e Dornelles (2008).

Após, são definidos jornalismo de segurança pública e a prática jornalística nessa editoria; as competências do repórter policial, sua importância, deveres, responsabilidades, assimilações do fazer e características que definem a profissão. Também é feito um resgate sobre o funcionamento das redações e a prática dos jornalistas das antigas editorias de polícia e o quanto os profissionais modificaram o exercício de suas pautas com o fim da ditadura e o início das discussões sobre direitos humanos – onde, a partir dos anos 1980, passa a prevalecer a ética e cuidados específicos que são tomados na hora de reportar atos de criminosos –, além do início de coberturas mais analíticas sobre a violência no país. Ainda, é visto que o perfil das fontes nas matérias policiais é predominantemente oficial; são abordados os cuidados para preservar a equipe jornalística que cobre a violência e elencados alguns desafios da profissão com a cobertura da segurança pública. Para isso, são utilizados os estudos feitos por Bedendo (2013), Ramos e Paiva (2007), Etchichury (2010), Dias (2016), Rolim (2006), Soares (2000), Rondelli (2000), Benetti (2006), Porto (2009) e Traquina (2002, 2013, 2018).

No quarto capítulo, é descrita a metodologia de história de vida e história oral pela perspectiva de Meihy (1998), Pereira (2000), Ferreira e Amado (2006). Na apresentação do jornalista Renato Dornelles, um relato sobre a vida do profissional é contado para contextualizar a escolha pelo jornalismo, como a editoria de polícia entrou no seu caminho e quais os desdobramentos alcançados por ele dentro do tema. As particularidades sobre sua rotina, métodos, escolha de pautas, preocupações na hora de reportar determinados fatos, a produção do livro e o documentário, serão abordados para esclarecer como Renato se transformou no profissional que é.

No capítulo cinco se analisou os dados produzidos. As duas entrevistas com Renato Dornelles foram cruzadas com conceitos do referencial teórico para discussão e tensionamento das relações do repórter com a segurança pública, principalmente com as facções. O estudo nos deu pistas para entender a complexidade envolvida no tema facções na cobertura jornalística e na sociedade em geral, e as competências necessárias ao repórter de segurança pública para este trabalho. Dentre os elementos, destacamos o cultivo de diversas fontes, a qualificação para o tema e o conhecimento empírico que extrapola as técnicas jornalísticas.

2 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA

Para entender a relação entre jornalismo e segurança pública, é necessária a compreensão sobre o funcionamento da imprensa na sociedade. O trabalho jornalístico vai além da filtragem de fatos. A base da prática jornalística é a reconstrução de uma realidade a partir de um relato mais fiel possível, sendo que esta veracidade está diretamente ligada à credibilidade dos meios de comunicação. As notícias têm como premissa essa característica de estarem ligadas à realidade, sendo que o desrespeito a ela, com a fraude de informações ou a criação de outros, vai contra as regras elementares do jornalismo.

Mesmo que a construção da realidade seja a base da forma de contar das notícias, elas só se materializam a partir de um discurso. Benetti (2006, p. 3) aponta que o discurso não acontece apenas em si mesmo, ele se dá “[...] em um espaço entre sujeitos”, o que significa que sua produção depende não só do autor da fala, mas de outras peças. Com isso, entende-se que o “[...] texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista” (BENETTI, 2006, p. 3), e o que pode ser feito é apenas um direcionamento de sentido por parte do profissional.

De maneira correlata, Traquina (2002) aponta, a partir de uma perspectiva construcionista, que as notícias são o produto de processos de interação social entre uma rede de indivíduos sociais: o(a) próprio(a) jornalista ou quem produz a notícia, a sociedade – que é tanto público como fonte de informação –, e os demais profissionais do campo, pertencentes ou não a mesma organização.

Além dessa rede que constrói as notícias, o autor também nota que os jornalistas não são apenas “observadores passivos”, e defende que, na verdade, os jornalistas são “de fato participantes ativos na construção da realidade” (TRAQUINA, 2018, p. 175). Assim, as narrativas jornalísticas são mobilizadas pela cultura da sociedade em que estão inseridas e também pelos hábitos padronizados da profissão. Técnicas utilizadas pelos profissionais do jornalismo, como a pirâmide invertida – construção textual onde a informação mais importante está no início da notícia –, também conhecido como lide, e os processos de seleção e enquadramento, são exemplos de como a elaboração da notícia acaba construindo a realidade e o acontecimento (TRAQUINA, 2018).

Os jornalistas são profissionalmente capacitados para enxergarem as características necessárias que um fato precisa ter para virar acontecimento, ou seja, perceber os critérios de noticiabilidade em jogo. “Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia” (TRAQUINA, 2013, p. 61). Por essa “capacidade”, é conferida ao jornalista legitimidade e autoridade na decisão sobre o que vira notícia.

Traquina (2013) elenca onze valores-notícia⁴ a partir das características do acontecimento. Para iniciar uma aproximação com a violência, destacamos seis (Quadro 1):

Quadro 1 – Valores-notícia em relação à violência

<i>Morte</i> : “Onde há mortes, há jornalistas” (2013, p. 76). A morte importa seja quando ocorre por motivos naturais (geralmente de pessoas públicas nesse caso) ou em confrontos, guerras, acidentes de trânsito.
<i>Proximidade</i> : tanto em relação à cultura como geograficamente. É relevante para os veículos mostrarem o que acontece próximo do seu leitor.
<i>Relevância</i> : acontecimentos relevantes são os que têm impacto sobre a vida das pessoas.
<i>Inesperado</i> : ocorrências que quebrem com a normalidade chamam a atenção dos jornalistas.
<i>Conflito</i> : aqui entra a violência, seja física ou simbólica. “Representa assim uma ruptura fundamental na ordem social” (2013, p. 82).
<i>Infração</i> : comportamentos transgressores, violações de leis ou de valores morais e éticos, são vistos pela comunidade jornalística como notícia.

Fonte: adaptado de Traquina (2013).

Por isso, segurança pública e violência são um tema fértil para o jornalismo. Na avaliação de Rolim (2006, p. 186), “crime e violência sempre foram temas importantes também porque tratam de realidades extraordinárias, incomuns [...]”, sendo essas

⁴ Os demais valores-notícia elencados por Traquina (2013) são: notoriedade, novidade, tempo, notabilidade e escândalo.

características de interesse intrínseco do jornalismo, como vimos nos valores-notícia (Quadro 1).

Além de despertar o interesse do jornalista, o público, ao ter contato com os crimes através das notícias, se aproxima de certa forma do proibido, o limite que não se ultrapassa porque entende-se até onde se pode ir. Também provoca o sentimento de sorte, pois o fato não aconteceu consigo, e sim com o outro (ROLIM, 2006). Este tipo de sensação atrai o interesse do leitor. Para Bedendo (2013), acessamos aspectos embaraçosos e assustadores da vida através do jornalismo de segurança pública.

De acordo com Benetti (2006), o discurso é influenciado pelo sistema de acepções do universo onde o indivíduo se encontra. Esse conjunto é composto por questões culturais, entendimentos ideológicos e pela própria língua, tendo em mente que esses campos são amplos e complexos. “Dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação” (BENETTI, 2006, p. 4). A autora entende que os sentidos não estão presentes apenas nos textos e nem apenas no leitor, eles são resultado da interação entre ambos.

No caso da imprensa, temos ainda o “contrato de leitura”⁵ (BENETTI, 2006, p. 4) estabelecido entre os agentes envolvidos no discurso jornalístico: leitor, fonte e jornalista. Este contrato, ainda que simbólico, é baseado nos pressupostos de que não haverá mentira por parte do jornalista; os interesses do leitor serão sempre superiores aos outros (empresa jornalística e do jornalista); somente fontes críveis são consultadas; a notícia possui o cruzamento de versões e fontes que confirmem as informações (BENETTI, 2006).

Outra característica do jornalismo é de indicar os parâmetros de normalidade da sociedade. “Ao lidar essencialmente com o que é inesperado, incomum ou perigoso, o jornalismo acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado. De forma mais ampla, o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade” (BENETTI, 2006, p. 5).

⁵ O contrato de leitura é um conceito dos estudos da linguagem que a autora Márcia Benetti usa para pensar o jornalismo.

2.1 REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA

O entendimento sobre violência e criminalidade varia de acordo com as representações feitas ou entendidas pela sociedade. Nesse ponto, a inserção social do indivíduo se torna uma questão, os significados de violência mudam conforme a situação onde a pessoa se encontra. O contexto geográfico e cultural simboliza que “as representações sociais são passíveis de distinções em função dos múltiplos pertencimentos socioeconômicos e culturais nos quais os indivíduos e/ou grupos de indivíduos se inserem” (PORTO, 2006, p. 263). O que não significa que as pessoas que vivem em locais sabidamente mais violentos encarem dessa maneira. A autora faz uma comparação que ilustra bem esse pensamento.

O medo e a sensação de insegurança são muito maior nos condomínios fechados das megalópoles brasileiras do que na maioria das periferias destas mesmas cidades. Tais sentimentos fazem com que os moradores dos primeiros se tranquem e se protejam utilizando-se de toda a gama de implementos que a moderna tecnologia produziu para a área da segurança e, frequentemente, nada têm a ver com a realidade concreta da violência nestes espaços (PORTO, 2006, p. 268).

A mídia se apoia nesses dois lados quando noticia um fato violento: a participação do Estado, que se dá através de políticas públicas de enfrentamento, ou as questões legais ligadas a um crime; e os valores estabelecidos na sociedade que conduzem à ação de seus indivíduos. Porto (2006) aponta que a imprensa, ao abordar a criminalidade, reforça tais representações no imaginário social, construindo um aprendizado. Para a autora, “este conhecimento, orientando condutas, tem sentido prático e contribui para criar a realidade da qual fala e à qual se refere” (PORTO, 2006, p. 252), criando, assim, a realidade em que vai atuar.

De acordo com Rondelli (2000, p. 150), os veículos de comunicação, em sua ampla penetração, atuam como “construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aquelas pessoas envolvidas em suas práticas e em sua coibição”. Na mesma linha, Benetti (2006) entende que o jornalismo contribui para a consolidação de consensos em relação a ações e princípios quando se utiliza de noções culturais. Os grupos que operam externamente à conformidade social são notados como marginais, sendo que

esta condição vai gradualmente aumentando quanto mais se distanciam do que é socialmente legítimo (TRAQUINA, 2002).

A provocação de sentidos feita pela mídia não só evidencia e valida preconceitos e a realidade de exclusão, como também traça “novas possibilidades de identificações e de construção de subjetividades, instaurando novas formas de solidariedade social e novas relações de poder” (PEREIRA *et al.*, 2000, p. 17).

Ainda que os meios de comunicação atuem no reforço de condutas e no entendimento da violência, muitas vezes, cria-se sentimentos que não condizem com a realidade – atributo característico do jornalismo. De acordo com Dias e Guimarães (2014, p. 282), a imprensa corrobora com o pensamento de que estamos “em um período de crise de segurança pública, de necessidade de recrudescimento de um sistema penal já bastante duro e seletivo, de que é preciso conter o *outro*, como modo de evitar os *riscos* que cremos que ele nos representa”. Porto (2009) complementa ao dizer que, quando uma matéria é publicada, a mídia atua apresentando e representando fatos ao mesmo tempo em que acaba silenciando outros.

Parte desta sensação exagerada de insegurança é provocada pelo comportamento comum dos jornais de limitar a cobertura de crimes aos territórios onde seu público leitor está, por exemplo, o jornal Zero Hora que cobre fatos, em sua grande maioria, ocorridos em Porto Alegre. Com isso, aumenta-se a sensação de insegurança e risco pelas classes sociais que são retratadas nos jornais. Estes se enxergam como possíveis vítimas da criminalidade (DIAS; GUIMARÃES, 2014). O artigo das autoras concluiu que a mídia fortalece os estigmas sociais e trabalha com sugestões sobre o que deve ser feito para melhorar a situação da violência, como uma rigidez maior do sistema penal, por exemplo.

Nesse sentido, para Rolim (2006, p. 197), as notícias sobre crimes conduzem a uma certa distorção em relação ao risco que as pessoas realmente correm e “criam uma imagem irreal sobre os riscos enfrentados pelas elites, pelas pessoas brancas de classe média e pelas mulheres brancas”. Outro ponto, levantado por Porto (2009), é a correspondência de sentidos entre violência e medo oferecida pela mídia. Ambos são abordados como indivisíveis e como condição inerente ao ser brasileiro. Contudo, essa visão colabora com a ideia de violência como consequência da vida urbana, resultado da delinquência das camadas de mais baixa renda da população (TEIXEIRA, 2002).

Especificamente no universo das notícias policiais, as fontes oficiais são as mais consultadas para relatar os fatos, resultando em um discurso padrão e no reforço sobre quais grupos sociais estão mais sujeitos ao crime, tanto como vítima quanto como criminoso. Dias e Guimarães (2014) reconhecem esse comportamento midiático que contribui com a ideia de um perfil sobre a violência, mas sinalizam que a própria imprensa é afetada pelas crenças e valores do universo simbólico individual que estão presentes na sociedade.

Rolim (2006) colabora com esse pensamento quando diz que por mais apego à “realidade dos fatos” e objetividade que o jornalista tenha na hora de escrever, ele será guiado por uma ideia moral. A triagem realizada pelo profissional a partir da pauta “já é o resultado de uma escolha subjetiva que aparece naturalmente, como se fosse uma evidência, apenas na medida em que nossos valores morais são, para nós mesmos, ‘evidentes’” (ROLIM, 2006, p. 189). Dias e Guimarães (2014, p. 283) entendem também que a imprensa constrói a realidade social possuindo “‘papel-chave’ neste processo, ao selecionar, organizar, transformar e difundir as interpretações da realidade e os valores que as outras instituições produzem, servindo de intermediadora entre a realidade individual e a coletiva”.

2.2 A VIOLÊNCIA E O JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE MOBILIZAÇÃO DE RESPOSTAS DO PODER PÚBLICO

Neste momento, torna-se necessário conceituar a violência para entender sua complexidade e ação na sociedade. Teixeira define violência como o

[...] ato de excesso que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais e que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça – mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, esteve presente desde os primeiros tempos da vida colonial brasileira, permanecendo até os dias atuais (TEIXEIRA, 2002, p. 43).

Para Almeida (2000, p. 103), a violência demonstra “um contexto e processo de dominação e não simplesmente ou necessariamente um conjunto de atos brutais”. Para a autora, a violência urbana ganha dimensões distintas conforme a classe ou grupo social. Quando atinge a população privilegiada, por exemplo, as condenações morais e legais são praticamente certas. É como se pessoas pertencentes a classes

sociais mais altas fossem dignas de terem seus direitos como vítimas atendidos. Já os grupos tradicionalmente preteridos, quando são vitimados, “as reações são ambíguas, dada a associação exclusão-marginalidade-violência, e sua conseqüente banalização” (ALMEIDA, 2000, p. 102).

Crime e violência também se diferem, pois nem sempre um acontecimento violento será um crime e nem todos os crimes utilizam-se de violência contra as vítimas. “Um crime é um ato que transgride normas sociais legitimadas numa dada coletividade ou grupo social, podendo tornar-se violento quando acompanhado da utilização da força com possibilidade de causar dano a outrem” (TEIXEIRA, 2002, p. 42).

Rondelli (2000) define que a violência, embora se manifeste através da disputa e tenha o emprego de força física, é também linguagem, pois revela simbolismo e uma condição de expressão dos próprios envolvidos, crenças e culturas, deixando clara a mensagem de disputa, luta, conflito. Com a linguagem da violência percebe-se os “modos de expressão daqueles que o praticam” (RONDELLI, 2000, p. 151). Neste simbolismo e mensagens que extrapolam os lugares de origem dos episódios e atingem proporções públicas, a violência mostra sua força de comunicação, encontrando-se com instituições e discursos já presentes, passando a guiar práticas sociais e sentidos sobre ela. Considerando esta ideia, Rondelli também conclui que “se a violência é linguagem – forma de se comunicar algo –, a mídia, ao reportar os atos de violência, surge como ação amplificadora desta linguagem primeira, a da violência” (RONDELLI, 2000, p. 150). A violência se põe como um ato de mobilização por dar luz a temas sociais e conflitos, ao demandar políticas e entidades focadas em si e quando estimula sentidos em diversos âmbitos (RONDELLI, 2000).

Embora estejam relacionados, segurança pública e violência possuem definições diferentes. No entendimento de Porto (2009), segurança pública e violência montam uma dupla conceitual, sendo que a violência é vista como uma ameaça cada vez mais constante, que põe em risco a segurança dos indivíduos. Ainda,

Para alguns, a violência seria percebida como geradora do caos e da tragédia urbanos que caberia à segurança pública eliminar; para outros, é tida também como resultado do *modus operandi* dessa mesma segurança e, particularmente, das polícias que contribuiriam, desse modo, para reproduzir aquilo que seriam supostamente encarregadas de combater, reduzir, eliminar (PORTO, 2009, p. 214).

Rodrigo Ghiringhelli (2005), contribui ao dizer que os meios de comunicação podem aumentar a sensação de insegurança, assim como fazem crescer o conhecimento sobre a criminalidade no entorno.

Para os novos governos eleitos na região, em todas as esferas de administração (federal, estadual e municipal), o problema da segurança pública passou a se colocar como uma das principais demandas da chamada 'opinião pública', muitas vezes amplificada por via da atuação dos meios de comunicação de massa. O 'sentimento de insegurança' é crescente, com o aumento da percepção pública a respeito das diversas esferas da criminalidade (GHIRINGHELLI, 2005, p. 222).

A ideia de ineficiência do sistema de justiça persiste e é interpretada como incompetência do Estado em realizar sua função de garantir segurança à população. O crescimento dos crimes acontece de maneira mais veloz do que a eficácia de resposta dos agentes responsáveis, aumentando a consciência de impunidade (GHIRINGHELLI, 2005). Porto (2009) complementa que os meios de comunicação, através de seus discursos, apresentam uma realidade adversa no sistema de segurança pública, justificada pela precariedade do sistema, unindo motivos estruturais e conjunturais.

Para Adorno (2002), a evolução da violência e a incapacidade do Estado em garantir segurança provocam uma reação grave que é a descrença da população nas instituições. Isso incentiva as pessoas a tomarem providências individuais para se sentirem seguros. Medidas assim segregam ainda mais a população, pois serviços de segurança privados são acessíveis para os indivíduos com condições financeiras para tal atendimento. "A indústria da segurança privada emprega mais gente do que o sistema de segurança pública" (GHIRINGHELLI, 2009, p. 99). Por outro lado, a fatia carente ou sem condições de bancar sua defesa particular, ou seja, grande parte da população, acaba por acatar à proteção ofertada por traficantes e outros criminosos, ou, por conta própria, encontra caminhos para sua defesa (ADORNO, 2002).

A cobrança aos governos em todas instâncias da administração para o problema da segurança pública foi potencializada pela atuação da mídia. Existem dois processos, de acordo com Soares (2000), nas apreensões dos indivíduos em relação ao senso de responsabilidade e participação dos agentes mantenedores da ordem e segurança.

[...] para as classes subalternas funciona como matriz de duplas mensagens: você é um indivíduo e, portanto, um cidadão igual aos demais, sob a lei e as instituições do Estado; você não é um indivíduo como todos os outros e deve respeitar os limites da sua posição na rede hierárquica de relações interpessoais. Para as elites funciona como instrumento de flexibilização dos rigores das disciplinas legais e como mecanismo simbólico de naturalização das divisões entre classes, estamentos, grupos de status etc. (2000, p. 37).

Por conta da nossa sociedade complexa e desigual, as competências individuais de formação de sentidos, esclarecimentos e enfrentamento das questões cotidianas não seguem um padrão (PORTO, 2009). O que se vê são apenas alguns grupos protagonizando esse processo de criação de significados. O restante, que representa a maioria das pessoas, apenas absorve conceitos produzidos por outros.

Na crise de legitimidade do Estado, ou por dificuldade de sua atuação, “a mídia estaria assumindo, cada vez mais, a responsabilidade pela administração das zonas de conflito ao propiciar, inclusive, uma certa homogeneização social” (PEREIRA *et al.*, 2000, p. 16).

Para Dias de Guimarães (2014), ao fortalecer sensações e estereótipos, a mídia deixa de cumprir um papel importante que seria o de explicar o fenômeno da criminalidade, e acaba sendo um meio de reprodução de estereótipos criminais criados pelo sistema de justiça. Mas, além disso, o jornalismo também tem condições de atuar como vetor de transformações dessas realidades violentas quando, por exemplo, aciona o poder público para que providências sejam tomadas ou no momento em que abre a discussão sobre a violência para que a sociedade se atenha ao tema. “A capacidade de entender e de desenvolver este compromisso social é o que faz do jornalismo de segurança pública a grande escola” (BEDENDO, 2013, p. 30).

Exemplo de uma nova forma de fazer jornalismo de segurança pública, que cobra respostas das autoridades, foi demonstrada no estudo realizado por Luana Rosales (2019) em sua monografia de conclusão de curso. Luana pesquisou, a partir da análise de quatro dias de programa (entre os dias 12 e 16 de fevereiro de 2018), como o Jornal Nacional abordou a criminalidade no Rio de Janeiro durante a semana de carnaval daquele ano. O estudo reuniu pistas para concluir que o telejornal editorializou o tema, pois além de construir notícias com enquadramento de violência, o veículo responsabilizou as autoridades locais pelo problema, além de dar tom de urgência para que uma atitude fosse tomada. Após o início da medida interventora, o programa passou a ter uma postura de aprovação sobre a providência. Neste caso, o

jornalismo, mais especificamente o Jornal Nacional, construiu um contexto de necessidade de resposta rápida do governo. Não será feita uma avaliação sobre a conduta do jornal, apenas observa-se o fato de que o programa, durante os dias analisados, foi um agente que operou na política de segurança emergencial no Rio de Janeiro.

Neste sentido, como apontado na subseção 2.1 de representações da violência, a mídia, e aqui pensamos o jornalismo, exerce um papel significativo no que diz respeito aos sentidos produzidos acerca da violência. Ao exibir o crime, a mídia chama os sujeitos a se pronunciarem e a determinar princípios sobre o assunto, criando um ponto de vista geral, um suposto consenso, que podem resultar em ações sociais e políticas. “A mídia coloca-se como dispositivo que pauta a violência na agenda diária da constituição dos discursos e/ou sujeitos sociais” (RONDELLI, 2000, p. 156).

Assim, a construção de sentidos sobre o crime, a violência e a punição, bem como sobre uma determinada definição da ordem social, é articulada e configurada por esta relação intertextual de um conjunto de discursos que necessitam da mídia, não só para se encontrarem, como para se tornarem públicos e ganharem adeptos ou adversários (RONDELLI, 2000, p. 154).

Portanto, a maneira como a imprensa aborda o assunto pertence ao próprio entendimento da violência. Com “as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente” (RONDELLI, 2000, p. 150).

2.3 O FUNCIONAMENTO DAS FACÇÕES E SEU SIGNIFICADO NA VIOLÊNCIA

Um dos grandes problemas da violência urbana são as facções criminosas, que com o domínio de territórios, aliciamento de pessoas cada vez mais jovens, armamento qualificado e uma crueldade espantosa nos crimes cometidos, vêm determinando o perfil da criminalidade brasileira. Entender as facções é entender parte do problema da segurança pública no nosso país.

As facções são grupos criminosos que ganharam força e relevância nos últimos anos por protagonizarem atos de violência extrema contra a população, mas

principalmente contra grupos rivais na disputa de mercados para o tráfico. A partir de uma organização bem estruturada às custas de rígidas leis internas, esses grupos cresceram em número de integrantes, qualificaram seus negócios, investiram em tecnologia e armamento e, hoje, determinam a rotina de muitos setores da sociedade, principalmente daquelas pessoas que moram em locais conflagrados. O que se vê atualmente são autoridades tentando compreender as dinâmicas das facções para conseguir executar políticas de segurança pública que sejam efetivas. Em muitos casos, como nos presídios e em bairros periféricos, o Estado abriu mão de suas responsabilidades e deixou o controle para as facções. Trago essa reflexão a partir de experiências que tive, como relatado no capítulo introdutório deste trabalho, trabalhando no Ministério Público do Estado ou durante as produções de reportagens na graduação.

Ainda assim, poucos estudos se detêm a entender a lógica das facções brasileiras. O Primeiro Comando da Capital (PCC), maior facção do país, com atuação predominante em São Paulo, é a que mais se destaca, seja em pesquisas, seja em espaço na mídia. Já em Porto Alegre, Rodrigo Ghiringhelli e Marcelli Cipriani (2005) desenvolveram um artigo comparando a estrutura das facções locais com o PCC para demonstrar onde estes grupos mantêm características semelhantes e onde divergem em seus funcionamentos. Seguiremos com este material para elucidar como surgiram estes movimentos e como operam.

Na década de 70, detentos dos presídios de São Paulo e Rio de Janeiro começaram a se unir para se defenderem de abusos do Estado e de outros presos rivais, iniciando o que conhecemos como o PCC (SP) e o Comando Vermelho (RJ). No Rio Grande do Sul, a Falange Gaúcha surge no final da década de 80 (DORNELLES, 2008)⁶, quando assaltantes de banco e traficantes de drogas se associam dentro da Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA), organizando motins e rebeliões e, principalmente, ocupando espaços abertos pela omissão do Estado.

Atualmente, há várias facções atuantes no estado e com representantes da maioria delas na CPPA. Mas o que se percebe, de acordo com Ghiringhelli e Cipriani (2015), é a similaridade na organização destas. O primeiro ponto elencado pelos pesquisadores é sobre a horizontalidade na tomada de decisões. Não existe uma única pessoa que dê ordens ou detenha a palavra final para qualquer ação dos grupos.

⁶ Aqui, utilizou-se o livro *Falange Gaúcha*, do jornalista Renato Dornelles, que é uma referência para os estudos ligados à criminalidade, no Rio Grande do Sul (nota da autora).

O que se apresenta é uma espécie de órgão dirigente, onde vários integrantes possuem a mesma autoridade para definir escolhas e estratégias. Existem sim os líderes, mas não são mais as únicas pessoas a deliberar. Estas ordens e resoluções são disseminadas para os integrantes, principalmente pela comunicação que se dá através de celulares. Com o advento do celular, as facções se capilarizam e se fortalecem de maneira eficiente.

Agora os presos podiam se comunicar com detentos de outros presídios e com aliados do lado de fora das penitenciárias. Nesse movimento, as prisões se tornaram um espaço de articulação dos profissionais do tráfico, a partir de uma rede que nunca esteve tão interconectada (MANSO; DIAS, 2018, p. 11).

Outra questão percebida por Ghiringelli e Ciprinani (2005), é o respeito aos familiares de seus parceiros de facção, principalmente mulheres. Dentro e fora dos presídios as famílias são vistas como algo sagrado, e qualquer um que olhe para a mulher do outro durante o dia de visita, por exemplo, pode ser punido. Mais um cuidado das facções é com os usuários de drogas, principalmente os viciados em crack. Por conta da dependência química, estas pessoas acabam realizando furtos nos locais onde as facções traficam e isso chama a atenção da polícia. Como saída, as facções delimitam alguns locais específicos nos bairros para consumo da droga (GHIRINGHELLI; CIPRIANI, 2005).

A relação dos integrantes de facções com os moradores dos locais onde eles atuam se dá em dois extremos, podendo ser violenta em alguns momentos, mas também de troca de favores e oferta de doações. Pelo princípio de manter o respeito e a organização nas comunidades e dentro dos presídios, as facções atuam nessas duas frentes: de um lado, hostilizando e recriminando atitudes, e de outro, auxiliando os residentes das comunidades onde comandam para manter as boas relações.

Decisões em relação a grupos rivais acontecem de forma coletiva, em “tribunais do crime” (GHIRINGHELLI; CIPRIANI, 2005, p. 170), dentro e fora das cadeias. Na constatação dos autores, “tal expressão se dá de forma essencialmente reduzida, já que as facções porto-alegrenses carregam menor institucionalização do que o PCC, bem como abrangem territórios mais restritos e com menos integrantes” (GHIRINGHELLI; CIPRIANI, 2005, p. 171). Ainda assim, recentemente, a polícia

descobriu um cemitério clandestino em Porto Alegre⁷, utilizado para execução e desova de corpos de condenados no "tribunal do crime" de uma facção da região.

A lógica de funcionamento das facções está diretamente ligada ao funcionamento do sistema carcerário do país.

O 'convívio' de qualquer presídio no Brasil é um espaço regulado pelos próprios presos. No pátio de sol, celas, oficinas e qualquer outro local do muro para dentro, o controle é exercido pela facção que domina o local e detém informações sobre o pertencimento, as alianças e a trajetória dos que cumprem pena ali. Foi dessa forma – terceirizando o controle para os presos – que as autoridades estaduais passaram a gerir os presídios lotados sem gastar com funcionários (MANSO; DIAS, 2018, p. 33).

No caso da Cadeia Pública de Porto Alegre, as galerias são separadas por facções ou grupos, como a galeria dos trabalhadores, travestis e homossexuais. No interior das galerias há uma ordem a ser respeitada, justamente para evitar problemas entre os próprios presos e também com a Brigada Militar, que atua no local. Conflitos internos prejudicam os negócios das facções, por isso o cuidado para manter a ordem no local. Uma fonte entrevistada para o artigo de Ghiringhelli e Cipriani (2015) sinaliza que o tamanho da facção dentro do sistema prisional representa seu poder econômico nas ruas.

Essa simbiose, preservada entre o Estado e as facções, denota uma forma de racionalidade, da qual, aparentemente, os agrupamentos estão imbuídos, já que se apresenta uma ponderação entre possíveis benefícios ou desvantagens que eles irão angariar (GHIRINGHELLI; CIPRIANI, 2015, p. 172).

Cada facção possui particularidades que refletem características dos locais onde estão situadas e ativas, ou “da pluralidade dos processos sociais dos quais fazem parte” (GHIRINGHELLI; CIPRIANI, 2015, p. 172).

⁷ Ver mais em Almeida (2019).

3 JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA, O PAPEL DO REPÓRTER E AS MUDANÇAS NA COBERTURA POLICIAL

Neste terceiro capítulo, serão apresentados os conceitos construídos para o entendimento do jornalismo de segurança pública. Para isso, usaremos as definições de Bedendo (2013), Dias (2016), Porto (2006; 2009) e Soares (2000). Trabalharemos também com a compreensão sobre a figura do jornalista a partir das competências historicamente ligadas ao trabalho de cobertura sobre violência; as mudanças ocorridas nas editorias de polícia e segurança pública nos últimos anos, percebida pela preocupação com os direitos humanos num contexto de redemocratização do país; o relacionamento do repórter com as fontes, principalmente as oficiais – massivamente as mais utilizadas nessas matérias; a segurança dos repórteres que cobrem a violência; e os desafios impostos aos veículos de comunicação para a realização de um trabalho qualificado, plural, que tenha condições de trazer entendimentos sobre o fenômeno da criminalidade.

3.1 JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ricardo Bedendo (2013) distingue jornalismo policial de jornalismo de segurança pública. Para ele, o primeiro se vale de notícias envolvendo crimes e desvios de conduta, baseadas em ocorrências e na cobertura de fatos isolados. Já o jornalismo de segurança pública, para além dos crimes, abrange a “qualidade de vida, bem-estar social, em eixos diversificados” (BEDENDO, 2013, p. 27). No entendimento do autor, a condição de bem-estar social passa pelo esforço conjunto de todos os poderes e que a participação popular precisa ser efetiva. São espaços dados às comunidades para expor suas necessidades e problemas, sejam eles ligados à violência ou não.

A escolha pelo conceito de jornalismo de segurança pública em detrimento ao de jornalismo policial, conforme a preferência de Bedendo (2013, p. 25), é justificada pois esse termo traz “em sua composição semântica força maior de contextualização e de relação entre muitas áreas do conhecimento”.

Para entender melhor a diferença, é interessante recorrer à dissertação de mestrado de Anelise Dias (2016). A autora recupera três entendimentos apresentados por Adelmo Genro Filho (1987 apud DIAS, 2016, p. 35) para condicionar um fato a ser noticiado, que são: “singularidade, a particularidade e a universalidade”. O jornalismo, principalmente o jornalismo policial, estaria voltado para a singularidade como maneira de apresentar o real. Rolim complementa quando relata que

O que é apresentado como ‘fato’ – um assassinato, por exemplo – parece desejar ‘emancipar-se’ de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente sem que se permita qualquer referência às condições que poderiam ser identificadas como precursoras da própria violência. Quando essa forma de noticiar o crime se torna a regra – o que, infelizmente, é o caso –, passa a ser improvável que os fenômenos contemporâneos da violência sejam percebidos pelo público em sua complexidade (ROLIM, 2006, p. 190).

Nessas condições, com o predomínio da singularidade, perde-se a universalização de uma questão mais geral e ampla. A exclusão de informações também produz sentidos. “O não-dito também é parte constituinte desse discurso” (DIAS, 2016, p. 36). Quando o fato é relatado de maneira autônoma, deixa-se de lado o discurso transversal, com inúmeros agentes e sociedade, como falava Bedendo, para informar apenas o crime por si só, onde, muitas vezes, somente o sentimento das vítimas ou de pessoas próximas a elas ganha espaço. Já a pessoa que cometeu o crime é contemplada em raras situações e, quando acontece, a abordagem é superficial, pois não explica sua história ou outros fatores que determinem sua condição, reduzindo-a apenas a uma pessoa perigosamente abominável (DIAS, 2016). Podemos entender que esse é um fator que sensacionaliza a informação, contribui com reforço de modelos criminais e não colabora para ampliar o entendimento da segurança pública.

Porto (2006) entende que os valores e crenças resultam em uma assimilação de questões do fazer social. Pensando pela perspectiva da violência, esses valores são de suma importância pois servem como balizadores para a ação das pessoas. A transgressão ou infração podem ser analisadas pelo viés das leis e da Constituição, que servem como instrumento legítimo para determinar quais ações são passíveis de penalização, mas também podem revelar padrões de condutas de uma comunidade/cultura que são passados de geração em geração. O Estado tem o papel importante de determinar quais condutas violam a Constituição e deve,

ainda, oferecer segurança aos cidadãos: os que infringem e os que não infringem as leis. Soares (2000, p. 30) explica que quando se reconhece a impotência do Estado, seja para prevenir atos violentos, seja para punir ações que descumprem as leis, se “libera os indivíduos do dever da obediência e legitima a desobediência civil”. Dessa maneira,

[...] de um lado, não podemos, política e eticamente, justificar a criminalidade; por outro, como deixar de reconhecer que o Brasil, assim como boa parte dos países periféricos, não dispõe de um Estado capaz de garantir a ordem pública, de proporcionar cidadania e condições aceitáveis de vida a parcela expressiva da população? (SOARES, 2000, p. 30-31).

Embora tenham afinidades, segurança pública e mídia seguem “formações discursivas diferentes, são realidades não acabadas em si mesmas e conformam um campo em constante tensão e crise” (PORTO, 2009, p. 214-215). Entre os dois campos, as relações são complexas, divergindo e se tensionando em alguns momentos, e possuindo cumplicidade e consenso em outros. Dispostas juntas, encontram-se correspondências e estranhamentos.

Com isso, é necessário que, antes da prática, o jornalista de segurança pública faça o exercício de problematizar situações, ampliar a compreensão crítica sobre as responsabilidades dos indivíduos e instituições para provocar a integração e o desejo político suficientes para mudar o contexto (BEDENDO, 2013).

3.2 O PERFIL DO JORNALISTA QUE COBRE VIOLÊNCIA

Para Nelson Traquina (2013, p. 33), os jornalistas têm compromissos com a produção discursiva na esfera pública, “responsabilidades que constituem elementos importantes de toda uma cultura profissional, responsabilidades que estão associadas a toda uma mitologia que foi construída ao longo dos últimos séculos”. O ser jornalista está relacionado a uma cultura profissional legitimada por ações específicas ligadas aos saberes necessários para se exercer o ofício, que não se restringem às questões técnicas, incluem ainda uma forma particular de enxergar o mundo.

[...] poucas profissões tiveram tanto êxito como o jornalismo na elaboração de uma vasta cultura rica em valores, símbolos e cultos que ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da ‘tribo’ e de uma panóplia de ideologias

justificativas em que é claramente esboçada uma identidade profissional, isto é, um *ethos*, uma definição de uma maneira de como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo) (TRAQUINA, 2018, p. 128).

Este *ethos* jornalístico, que fala Traquina, agrega inúmeras capacidades que são assimiladas de maneira mais ou menos conscientes, mas que determinam a ação destes profissionais. Nestas condições, podemos listar algumas habilidades do jornalista, dentre elas a de possuir a habilidade de lidar com o fator tempo, sob a perspectiva do *deadline*, ou os horários de fechamentos; de dominar o “jornalês” (PHILLIPS, 1976/1993 apud TRAQUINA, 2013, p. 41) – linguagem jornalística. Traquina destaca ainda os saberes jornalísticos apontados por Ericson, Baranek e Chan (1987 apud TRAQUINA, 2013, p. 39):

- a) saber de reconhecimento: aptidão de enxergar que acontecimentos possuem valor-notícia;
- b) saber de procedimento: domínio sobre todos os passos que levam à construção da notícia;
- c) saber de narração: habilidade de reunir informações e traduzi-las em uma linguagem acessível para todos os níveis sociais, de maneira interessante, dentro dos padrões jornalísticos;

O jornalista também entende as regras relativas ao relacionamento com as fontes e consegue acionar todos esses saberes em um tempo útil para a publicação da notícia (TRAQUINA, 2013).

Existe um certo misticismo em torno da figura do jornalista por este ser possuidor de um poder quase sagrado que os difere dos demais sujeitos, o chamado “faro para a notícia” (TRAQUINA, 2013, p. 43). Ainda, através de sua função dita pública, os jornalistas são vistos como “cães de guarda” (TRAQUINA, 2013, p. 49) da sociedade, vigilantes dos poderes e dos desvios de conduta, que estão sempre prontos a se posicionar a favor da moral e do que se julga certo, protagonizando atos de heroísmo dentro das democracias.

Parte desta figura meio heroica é composta pela máxima de que o jornalismo não é uma profissão, mas antes, um modo de viver, entendendo, assim, que o jornalista vive em um regime de dedicação completa ao ofício. “Para esta comunidade de crentes, um objeto de culto é à própria profissão que exige dedicação total porque

o jornalismo não é uma simples ocupação, um passatempo: é mais que um trabalho porque é uma vida” (TRAQUINA, 2013, p. 51).

Encaminhando para a cobertura dos fatos ligados à segurança pública, pode-se dizer que houve mudanças importantes a partir dos anos 80, com o fim da ditadura militar. Na editoria de polícia, essas modificações não são percebidas apenas na cobertura relativas a crimes e violência, como também por uma nova postura do repórter policial, incluindo a relação com as fontes (oficiais ou não). Das transformações, a que mais se evidencia é a adoção de um perfil menos sensacionalista, ou a “redução do estilo ‘espreme e sai sangue’” (ETCHICHURY, 2010, p. 12), por parte dos veículos de imprensa. Havia um padrão na cobertura de crimes onde era comum ver fotos explícitas de assassinatos, por exemplo, e o jornalista que recomendava à polícia a eliminação de um criminoso ou desconsiderava os direitos humanos como forma de acabar com o crime (RAMOS; PAIVA, 2007).

Agora, manuais de redação versam sobre cuidados na escolha de fotografias para ilustrar as matérias e também o que se deve ter em mente quando for relatar um crime que ainda não tem resolução. “Até o julgamento, o acusado de um crime deve ser apresentado apenas assim – como acusado. Ou suspeito, incriminado, réu e investigado, entre outras palavras que indicam culpa não comprovada” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 66). Essa prática da mídia de culpar e condenar pessoas acontece, no entendimento de Rolim (2006), ainda que a Constituição (1988) contemple a presunção de inocência e que a verdade no âmbito da justiça só exista a partir de uma sentença com trânsito em julgado.

Na imprensa gaúcha, Carlos Etchichury (2010) estudou como o perfil das reportagens policiais foi se modificando no jornal Zero Hora, veículo de maior tiragem do estado. Através de uma série de entrevistas com oito repórteres e ex-repórteres, Etchichury concluiu que a redemocratização do país e o aumento da violência que “se populariza e, aos poucos, se democratiza, vitimando pobres, ricos e setores médios” (ETCHICHURY, 2010, p. 33) fizeram o jornal adequar seu conteúdo para oferecer a esse público – que passa a ser uma possível vítima da criminalidade – análises mais complexas sobre a segurança pública. Outra mudança identificada na cobertura da mídia sobre a violência é que muitos veículos aboliram a editoria de polícia e passaram a incorporá-las às editorias de geral, cotidiano ou cidades, dependendo do veículo (ETCHICHURY, 2010). O repórter que cobre a criminalidade também cobre outros temas da sociedade. “Esta mudança é importante por favorecer nos textos a

integração do fenômeno da criminalidade a temas como educação, habitação, saúde, trânsito, etc.” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 20). Com isso, o profissional que antes era segregado ao campo da polícia e, de certa forma discriminado – seja pelo tema de suas matérias, seja pela relação com a marginalidade –, passa a se envolver com uma ampla diversidade de assuntos, exigindo preparação e conhecimento dos repórteres (RAMOS; PAIVA, 2007). Até então, o repórter da editoria de polícia era considerado praticamente um policial. “Repórteres trabalhavam armados, dispunham de rádios comunicadores na frequência da polícia e, em alguns casos, dividiam literalmente a atividade de jornalista com a de policial ou agente penitenciário” (ETCHICHURY, 2010, p. 09). As únicas fontes e versões de fatos sobre crimes e violência vinham das polícias, por isso a proximidade entre jornalista e policial.

3.3 RELAÇÃO COM AS FONTES

Marcos Rolim (2006) aponta que com a facilidade em recorrer à polícia para se abastecer de fatos noticiosos, o profissional da imprensa cria uma relação de confiança com os policiais e passa a compartilhar de concepções e ideologias dessas fontes.

Esse processo simbiótico acarreta não apenas uma maneira tradicional de perceber o crime e a violência mas oferece, também, como matéria bruta para o profissional de comunicação, uma parte das ocorrências criminosas que já dizem respeito à impressionante seleção operada pela polícia. Essa parte será aceita, desde o início, como o todo. A cobertura jornalística, por decorrência, quando dependente da informação policial – por melhor e mais honesta que essa informação seja – já nasce distorcida (ROLIM, 2006, p. 207).

As definições de crimes acontecem não só por parte dos jornalistas, que constroem um entendimento baseando-se no delito ocorrido, mas também através de suas fontes, oficiais ou não, que podem aparecer direta ou indiretamente (RONDELLI, 2000). Múltiplas fontes irão fornecer argumentos diferenciados sobre os fenômenos da sociedade, dando significados mais complexos.

O cultivo das fontes é uma das competências do jornalista. Traquina (2000) sinaliza que um jornalista eficaz sabe que as fontes também possuem interesses em relação à imprensa e como o jornalismo lida com a credibilidade, a fonte também precisa ser credível para ser utilizada. “As fontes devem ser tão credíveis, que a

informação fornecida exija o mínimo possível de controle. O jornalista tem que avaliar a credibilidade da fonte para avaliar a credibilidade da informação recebida” (TRAQUINA, 2002, p. 106).

Devido a estes critérios é fácil compreender que as fontes oficiais correspondem melhor do que as outras necessidades organizativas das redações. As fontes oficiais acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e com a rotina. Se a credibilidade da ‘estória’ não pode ser rapidamente confirmada, o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade (TRAQUINA, 2002, p. 106).

Etchichury (2010) destaca que com a necessidade de uma abordagem menos centrada na particularidade ou na singularidade, e mais voltada para a universalidade, os jornalistas precisam buscar novas fontes, ampliando o leque de profissionais/formações para discutir a violência. Como exemplo, ele cita advogados, juízes, promotores, sociólogos, tudo para contemplar o anseio do público leitor em entender os motivos e as consequências da escalada da violência nas cidades. Ele aponta ainda que, embora a criminalidade exacerbada tenha provocado modificações na imprensa, “não significa que preconceitos de classe e visões distorcidas da realidade não continuem sendo reproduzidas” (ETCHICHURY, 2010, p. 34).

No caso da cobertura de fatos em comunidades/favelas, por exemplo, a imprensa não precisa abandonar completamente os registros das ocorrências que acontecem nestes locais, conseguidos através da polícia. Mas alcançar uma pluralidade que represente a vida dos moradores das comunidades tornaria a cobertura midiática qualificada e completa (RAMOS; PAIVA, 2007). As autoras destacam que, por mais que a mídia reforce a ideia de que bairros e locais populares sejam violentos, também é notado que os moradores destes territórios raramente são procurados para matérias sobre outros assuntos que não a criminalidade e o tráfico de drogas, como se essa fosse a única realidade vivida por estas pessoas. Por outro lado, em muitos casos, os jornalistas que se dispõem a fazer esta interlocução de tratar sobre outras pautas nestas comunidades são hostilizados e recepcionados de maneira negativa pelos moradores, trazendo a ideia de que nem os próprios residentes das periferias estão acostumados a pensar nos outros setores que impactam em suas vidas, sejam eles positivos ou negativos.

Uma das consequências de os veículos utilizarem massivamente as fontes oficiais, é que isso acaba dificultando um olhar mais crítico da imprensa sobre as

ações desses órgãos de segurança. Por mais que esta realidade tenha mudado de alguma forma, e já conseguimos enxergar a imprensa atuando na fiscalização de agentes de segurança, ainda há, em grande parte das matérias, divulgação dos fatos sem questionamento sobre a conduta policial (RAMOS; PAIVA, 2007). Ainda, “quando os jornalistas ficam dependentes das fontes, podem ficar orientados para a fonte e, assim, ceder à tentação de escrever para a fonte e não para o público” (TRAQUINA, 2002, p. 110), perdendo sua independência.

Recorrer às mesmas fontes frequentemente não significa que o jornalista tenha passe livre e consiga tudo o que deseja. Ramos e Paiva (2007) apontam que as polícias, por exemplo, podem ser resistentes à presença de repórteres quando a pauta questiona atitudes da corporação. “Por inúmeras razões, elas costumam adotar posições defensivas e corporativas quando se trata de responder a questionamentos críticos” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 39).

Para os jornalistas, uma dificuldade em relação à pluralidade das fontes, constatada por Ramos e Paiva (2007), é o pequeno número de especialistas em segurança pública, que, em entrevistas, muitas vezes, se repetem nas análises sobre o tema. Desta forma, torna-se complicada a contribuição com novas ideias para debate.

Benetti (2006, p. 9) expressa bem quando traz que o jornalismo, por sua natureza pública, necessita ser um local de difusão de diversos saberes “sobre os fatos e o mundo. Assim, somente a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo plural e representativo da diversidade social”.

3.4 PRESERVAÇÃO DA EQUIPE JORNALÍSTICA NA COBERTURA DA VIOLÊNCIA

A equipe de imprensa também precisa de medidas para salvaguardar seus integrantes de sofrer prejuízos durante suas atividades nas coberturas dentro de locais em conflito ou outras situações relativas à violência. Ramos e Paiva (2007) notam que a segurança do profissional que cobre a criminalidade ainda é um tema não discutido nas redações.

Os riscos enfrentados pelos jornalistas são aumentados pela improvisação. Na maioria dos veículos, não existem procedimentos claros sobre o que fazer em situações de conflito, como buscar proteção, que recursos estão disponíveis e como agir em caso de ameaças (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 103).

Para Bedendo (2013), a avaliação sobre os perigos de uma cobertura e o desenho de uma estratégia de ação da equipe jornalística são o primeiro passo de um planejamento prudente de pauta. "As oportunidades para acompanhar de perto devem ser avaliadas com cautela, para não atrapalhar o trabalho da polícia e evitar situações de apuros à equipe (BEDENDO, 2013, p. 178).

A morte do jornalista Tim Lopes, em 2002, trouxe o assunto para debate, mobilizando empresas de comunicação, sindicatos e associações de jornalistas de todo o país.

A partir dessa crise, algumas empresas criaram normas de segurança e investiram em equipamentos como coletes, veículos blindados e treinamento especializado. Outro desdobramento foi a decisão de muitos veículos de evitar a cobertura de locais considerados violentos ou adotar procedimentos especiais para fazê-la (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 99).

Disponibilizar equipamentos de segurança não sana os riscos vivenciados pelos repórteres. Muitos jornalistas se recusam a utilizar colete à prova de balas pelo desconforto que a veste traz (são quentes e dificultam a mobilidade pelo peso que possuem), mas também porque, em muitos locais, os moradores se sentem insultados. É como se o repórter passasse a mensagem de que sente medo em estar ali, o transformando em um "privilegiado" em relação à comunidade pelo uso do colete (RAMOS; PAIVA, 2007).

Balas perdidas não são o único risco enfrentado pelos jornalistas. Ameaças à vida dos profissionais e às empresas costumam acontecer, normalmente, a partir da publicação de matérias de denúncia. "Geralmente, pegam repórter e veículo desprevenidos e provocam danos psicológicos ao profissional e aos seus colegas" (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 102). Neste caso, as ameaças podem se originar tanto de facções e grupos criminosos, quanto de policiais – vistos como os mais perigosos por todo o envolvimento institucional, conhecimento técnico e possibilidades como o grampo de telefones.

O que se apresenta atualmente são veículos deixando para o jornalista avaliar os riscos e possíveis consequências em locais de tensão. Por mais que essa ideia pareça favorável e de respeito ao profissional, é também uma maneira de eximir o veículo de suas responsabilidades, visto que o jornalista é quem fará o julgamento sobre a possibilidade de perigo ou não (RAMOS; PAIVA, 2007). Em casos assim, a

análise das ações dos veículos concorrentes pode influenciar no processo, levando a exposição desnecessária e arriscada do profissional, por conta da competição existente entre a imprensa.

A concorrência e a sede de imediatismo que move o jornalismo, em muitos casos, deturpa a visão do repórter a respeito das adversidades que pode passar. "[...] a ansiedade em chegar rápido ao local dos fatos (às vezes até à frente da polícia) para conseguir a melhor imagem, o depoimento exclusivo e a divulgação imediata pode ser uma perigosa inimiga" (BEDENDO, 2013, p. 173).

Depois do episódio Tim Lopes, a TV Globo deixa seus profissionais cientes sobre as regras de segurança da empresa, que são claras e conhecidas por todos funcionários. Mas nem todos veículos possuem tal "código", e justamente por essa falta de orientação padrão sobre a segurança das equipes que acontece de, em alguns casos, o jornalista não relatar às empresas e superiores que vem sofrendo ameaças, por exemplo. Junto a isso também está o fato de que poucos veículos oferecem serviços de psicologia ou segurança para o profissional em situações de ameaça (RAMOS; PAIVA, 2007).

O Projeto Tim Lopes é uma iniciativa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – Abraji, iniciada no ano de 2017, com o objetivo de combater a violência contra jornalistas no Brasil a partir da criação de uma rede que busca respostas ágeis aos crimes voltados aos profissionais da imprensa. Quando identificada a morte de um jornalista onde é evidenciada a relação do crime com a atuação do profissional, a Abraji desloca uma equipe até o local do fato para a busca de explicações. Após a apuração desta equipe, veículos parceiros do projeto publicam os materiais levantados, que mesclam a própria cobertura da morte e também o evidenciamento de quais foram as matérias que levaram esse jornalista a se tornar vítima.

Ainda na intenção de subsidiar os profissionais com orientações voltadas a segurança do jornalista, a Abraji lançou o Guia de Proteção e Segurança para Comunicadores e Defensores de Direitos Humanos. No guia, são tratadas questões como a violação da liberdade de expressão; protocolo de segurança; medidas de prevenção que tratam da segurança residencial, no local de trabalho e digital e da informação; agressões e assédio contra mulheres; Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos; e contatos úteis (LIMA; FIRBIDA, e-pub).

No capítulo de medidas de prevenção, por exemplo, o guia sugere que o profissional utilize rotas alternadas para o trajeto até sua residência e também orienta

que o profissional não guarde em casa documentos sigilosos. Na parte de protocolo de segurança, são indicadas ações contra ameaças, sequestros, ataques diretos e processos judiciais, além de ideias para que o comunicador avalie os riscos de uma pauta.

Para preservar as equipes e garantir que as notícias sejam publicadas independentemente da apuração, é necessário desapegar da ideia do jornalista como "testemunha ocular dos fatos e passar a valorizar a capacidade do repórter de contar uma história a partir de relatos de terceiros" (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 112). Bedendo (2013, p. 179) reitera a ideia dizendo que "as 'armas' do jornalista serão sempre as palavras colocadas nos lugares certos e nas horas certas".

3.5 DESAFIOS PARA OS VEÍCULOS E REPÓRTERES POLICIAIS

Diferentemente do que costuma acontecer nas redações com repórteres das editoriais ditas "nobres", como economia e política, os veículos não apostam na qualificação dos profissionais que se dedicam ao tema da segurança pública. Há de ser percebido pelas empresas de comunicação que para reportar assuntos como violência e criminalidade é necessário qualidade e entendimento. Ramos e Paiva (2007, p. 21) sinalizam que "isto só será atingido quando os veículos de mídia decidirem planejar e investir no aprofundamento da questão, hoje um dos temas centrais que mobilizam profundamente os leitores do país".

Ainda, a mídia como instrumento que se coloca contra a violência deveria, no entendimento de Rolim (2006, p. 206), "tratar o tema da criminalidade com muita discrição; deveria, sobretudo, impedir que ele se transformasse em espetáculo". Parte desta desespetacularização pode ser percebida com o cuidado de alguns veículos em não dar os nomes de facções criminosas para não fomentar a idealização de uma imagem pública desses grupos, que foram engrandecidos em algum momento pela imprensa (RAMOS; PAIVA, 2007).

A cobertura avançaria se fossem pensados meios de diálogos com a sociedade, ONGs e grupos de ação social, aumentando, portanto, a diversidade de fontes e enriquecendo o produto jornalístico (RAMOS; PAIVA, 2007). Isto possibilita que a mídia exerça de forma eficiente seu "papel fiscalizador sobre as políticas públicas de segurança" (ROLIM, 2006, p. 206).

Por mais que nos últimos tempos tenha aumentado a discussão e reflexão sobre violência, parece cada vez mais pertinente continuar debatendo e analisando o tema, pois o fenômeno vem modificando seu desenvolvimento e suas manifestações, além de ser produto de “inúmeros e variados processos sociais e políticos” (PORTO; GHIRINGHELLI, 2013, p. 5).

4 METODOLOGIA

Como explicado na introdução deste trabalho, este estudo tem como objetivo entender os métodos utilizados pelos repórteres na cobertura jornalística de casos envolvendo a atuação das facções. Para tanto, optou-se por estudar as técnicas e habilidades desenvolvidas pelo repórter Renato Dornelles, reconhecido pela sua expertise neste tipo de cobertura. Como objetivos específicos temos:

- a) entender como a trajetória de vida de Renato Dornelles influenciou em seus procedimentos de trabalho que envolvem a violência, pois sua figura profissional está diretamente conectada a sua figura social (TRAQUINA, 2013);
- b) resgatar a relação do repórter com as fontes, dentre elas as que envolvem os membros das facções;
- c) compreender a dinâmica que transforma o jornalista em especialista sobre um assunto por seu trabalho constante na área, e que personifica o método de fazer jornalismo;
- d) entender os limites mantidos ou extrapolados pelo repórter no que se refere ao cuidado consigo ou outros em se tratando de temas de risco.

Os procedimentos metodológicos que envolveram a pesquisa passaram pelo estudo das teorias construcionistas (TRAQUINA, 2018), definições do jornalismo de segurança pública (BEDENDO, 2013), os entendimentos sobre a violência a partir de uma visão sociológica do fenômeno (ADORNO, 2002; RONDELLI, 2000; PORTO, 2006; TEIXEIRA, 2002) e a apresentação do funcionamento das facções (GHIRINGHELLI; CIPRIANI, 2015; DORNELLES, 2008; MANSO; DIAS, 2018). Em paralelo, buscou-se metodologias que envolvem história oral (MEIHY, 1998) e história de vida (PEREIRA, 2000), pois é a partir dos relatos e da memória do próprio repórter que se buscou pistas para compreender sua prática e a noção de "personificação" dos procedimentos utilizados por ele.

As referências teóricas trabalhadas no segundo e terceiro capítulos, foram usadas para problematizar as questões que formaram o roteiro de perguntas para as entrevistas com Renato Dornelles. A entrevista foi a principal técnica utilizada para a produção de dados acerca de Dornelles. A investigação incluiu ainda a produção de

dados secundários a partir de trabalhos de Renato durante sua carreira, como o livro *Falange Gaúcha* (DORNELLES, 2008), o documentário “Central – o poder das facções no maior presídio do Brasil” (2016) e algumas reportagens⁸. Por fim, construiu-se a análise do material coletado, onde se buscou associar o referencial teórico com os dados produzidos.

4.1 HISTÓRIA DE VIDA E HISTÓRIA ORAL

História oral, a partir da definição de José Carlos Sebe Bom Meihy (1998, p. 17), é “[...] um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do *tempo presente* e é reconhecida como *história viva*”. É um resgate da história do passado, entendendo que esta afeta o sujeito no presente e que não está finalizada em si, é um processo não acabado. “A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral” (MEIHY, 1998, p. 13). O material produzido a partir da história oral possui caráter único, no entendimento de Ferreira e Amado (2006), pois resulta do processo de troca entre fonte e entrevistador, levando a conclusões livres de interpretações rígidas, trazendo novos trajetos de apreciação.

A mesma dinâmica acontece na história de vida, que não se difere muito da história oral, na perspectiva desta pesquisa. Para Pereira (2000, p. 118), a história de vida é “o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador. É um trabalho coletivo de um narrador-sujeito e de um intérprete”. Na qualidade de condutor da entrevista, o entrevistador possui a chance de controlar as informações, podendo auxiliar na recordação de situações e momentos.

Conduzindo a conversação, o investigador estimula o entrevistado a lembrar-se, ao passo que, quando recebe uma autobiografia ou qualquer outro documento pessoal, deve aceitar as experiências e eventos descritos como autênticos, a menos que contradigam frontalmente fontes históricas já aceitas. Um entrevistador que está compilando uma história de vida pode voltar diversas vezes ao tema, colocando questões de controle, ou ajudar o sujeito a se lembrar de fatos e eventos (PEREIRA, 2000, p. 120).

⁸ Ver mais em Dornelles (2016; 2016B; 2018) e Refugiados do Tráfico (2019).

O eixo central da análise na história oral é o depoimento de pessoas sobre suas experiências e aspectos de suas vidas. Por isso, entende-se que este processo de entrevista e declarações da fonte tem relevância fundamental em si. Ou seja, "[...] cada depoimento para a história oral individual tem peso autônomo" (MEIHY, 1998, p. 14). Na história oral não é necessária a confirmação dos fatos relatados pela fonte, a veracidade das informações coletadas "[...] depende exclusivamente de quem dá o depoimento. Se o narrador diz, por exemplo, que viu um disco voador, que esteve em outro planeta, que é a encarnação de outra pessoa, não cabe duvidar" (MEIHY, 1998, p. 45-46). Esta é uma observação importante de ser problematizada, pois sinaliza para o interesse na amplitude das interpretações possíveis a partir do relatado, sem haver a necessidade de confrontar as respostas de Renato com o ocorrido em determinado contexto coberto jornalisticamente por ele. O que se objetiva é entender, a partir de seu relato ou discurso, a forma com que este profissional conduziu os mais de trinta anos de ofício jornalístico e como estas experiências influenciaram nos seus métodos de trabalho. Como apontado no capítulo 3, assim como ocorre no fazer jornalístico, a entrevistadora também levou em consideração a credibilidade da fonte para avaliar a confiabilidade da informação que ela passa (TRAQUINA, 2002). Buscou-se, então, traçar um percurso subjetivo de vida que sirva como uma linha guia para interpretarmos o repórter. É esta subjetividade que dá força ao método. Como sinaliza Ferreira e Amado (2006, p. XVI) "a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais *solucionar*, questões".

Ao ouvi-lo, também pretendeu-se entender como o profissional Renato repórter influenciou o meio onde circulou, considerando que a expertise profissional deu a ele o título informal da classe jornalística gaúcha de especialista em segurança pública. Utilizamos a experiência na perspectiva singular para dar significado ao espaço social que o abrange. "Se pode conhecer o social partindo da especificidade irreduzível de uma prática individual" (PEREIRA, 2000, p.121).

O uso das histórias de vida, neste caso, possibilitou e possibilita ainda explorar essa relação indivíduo/espaço social, pois são retomados aspectos que compõem a formação da personalidade do ser, como a influência de grupos em diferentes fases da vida. Esse indivíduo, dentro de sua significativa singularidade, por estar convivendo com outras pessoas em diversos setores, não estar isolado, traz também sentidos sobre o meio em que viveu e ainda vive (PEREIRA, 2000).

A partir das entrevistas, percebeu-se que o "papel repórter" de Renato é um ofício desempenhado constantemente, mesmo quando ele não está em horário de trabalho ou em pauta. Não é possível separar o jornalista do indivíduo social. É o que diz Traquina (2013), conforme citado no capítulo 3, sobre o jornalismo não ser apenas uma profissão e sim um estilo de vida.

As entrevistas com o jornalista Renato Dornelles, que nortearam a produção de dados, foram realizadas presencialmente, em um café no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, e tiveram duração de aproximadamente 1h30min cada. No primeiro encontro, ocorrido em 31 de maio de 2019, Renato ainda era repórter do jornal Zero Hora, e o foco do diálogo foi sua trajetória de vida, início no jornalismo e grandes trabalhos dentro da área de segurança pública. Já no segundo encontro, que aconteceu no dia 7 de outubro, foram abordadas questões voltadas à prática profissional propriamente dita, como o contato com as fontes, preocupações na hora de relatar um crime e assimilação da dinâmica das facções. Nesta entrevista, Renato já havia sido desligado do jornal⁹. As duas entrevistas foram marcadas via mensagem pelo WhatsApp, diretamente entre a autora deste trabalho e Renato Dornelles. O aplicativo também foi utilizado como meio para troca de mensagens entre eles. Os dois encontros presenciais foram gravados, transcritos na íntegra e compõem os apêndices desta pesquisa.

Do diálogo, e dos dados produzidos, construiu-se o texto a seguir, dividido em quatro eixos:

- Renato Dornelles – origem e início no jornalismo;
- entendendo a dinâmica do crime;
- Falange Gaúcha;
- e Central – o poder das facções no maior presídio do Brasil.

A divisão dos temas foi pensada para mostrar, através de uma linha do tempo, sua vida, o interesse pelo tema da segurança, e os dois grandes trabalhos que lhe trouxeram reconhecimento na área, que foram o livro Falange Gaúcha (DORNELLES, 2008) e o documentário "Central" (2016).

⁹ Renato Dornelles saiu da Zero Hora em 2019, depois de 33 anos atuando como repórter, e iniciou a Falange Produções, produtora em que é sócio proprietário. Em dezembro de 2019, lançou A Cor da Esperança, seu primeiro livro de ficção (nota da autora).

4.1.1 Renato Dornelles – origem e início no jornalismo

Renato Dornelles nasceu em 15 de maio de 1964, em Porto Alegre, e se criou no bairro Partenon, zona leste da capital, em uma casa humilde, de duas a três peças, com seus pais Hélio Dornelles, falecido em outubro de 2018, e Neusa Marlene Nunes, servidores públicos, e mais quatro irmãos. Aos três anos, Renato e a família se mudaram para um conjunto habitacional na Cavalhada, zona sul. Era um dos primeiros conjuntos da cidade naquele estilo. Eles viveram ali durante toda a infância e parte da adolescência de Dornelles. Todos se conheciam e a vizinhança se dava bem. Muitos de seus amigos ascenderam economicamente por causa do futebol, outros foram cooptados pelo crime. Teve quem conseguisse abandonar criminalidade depois de um tempo, e há os que morreram em função dela. A vida na periferia naquela época era muito diferente do que é hoje em dia, pois não havia o domínio do tráfico, não existiam facções.

Desde muito cedo, Renato Dornelles decidiu que queria ser jornalista. O pai, durante a infância do filho, havia profetizado que ele seria escritor, devido às habilidades com a escrita. Mas quando Renato escolheu o jornalismo, Hélio foi contra, argumentando não haver campo de trabalho.

Dornelles se formou pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Durante a graduação, o setor de polícia era o que menos despertava seu interesse, pois considerava ser um serviço pesado. Suas atenções eram voltadas para áreas como cultura e esporte. Em 1986, quando já estava prestes a se formar, ele participou de uma seleção de formandos que a RBS realizou. Dez candidatos foram selecionados, em uma peneira onde 86 formandos concorreram. Quando se formou, não podia mais ser estagiário da RBS, e ofereceram a ele a vaga de produtor do programa Gaúcha Hoje, da Rádio Gaúcha.

Em outubro de 1986, uma vaga na Zero Hora foi disponibilizada na editoria de polícia, e Renato fez o teste. Ao ser escolhido, o repórter passou a fazer jornada dupla, na Rádio Gaúcha com o Gaúcha Hoje, e na Zero Hora, na editoria de polícia. A carga horária era puxada e o sofá da rádio chegou a ser a cama onde Renato dormiu algumas noites. Foi nesse período que a relação dele com as matérias policiais começou a se consolidar, despertando seu interesse. Renato Dornelles teve como

inspiração os colegas Luiz Neumann, João Carlos Rodrigues e Mário Rota para a prática de um jornalismo mais voltado às questões sociais. Com o fim da ditadura, não havia presos políticos e os movimentos de Direitos Humanos voltaram suas atenções aos presos comuns. Renato pegou essa transição e aprendeu com estes colegas que se envolviam com o sistema carcerário.

4.1.2 Entendendo a dinâmica do crime

Em 1987, aconteceu um motim no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA). Os repórteres que foram cobrir o fato ficaram posicionados ao lado de uma cerca no local, próxima a sala onde os amotinados, em grande parte assaltantes de banco, estavam com os reféns. Os jornalistas conseguiam se comunicar com os presos através de uma janela, e eles diziam que não tinham interesse em matar nenhum dos reféns, apenas fugir. Chamou a atenção de Renato, que conhecia a maioria dos presos de matérias anteriores, a presença de Carioca, criminoso ligado ao tráfico de drogas, no meio dos amotinados. Naquele momento, tráfico de drogas e assalto a bancos não se "conversavam". Cada grupo realizava seus crimes independentemente, com características distintas. Por exemplo, os assaltantes de banco sendo mais nômades em suas ações, sem paradeiro, e os traficantes com base territorial consolidada.

Até que um momento, Vico, o principal assaltante de banco da época, gritou na janela que dali sairia uma quadrilha poderosa. Novamente, Renato se surpreendeu, pois, até então, as quadrilhas de assaltantes de banco se modificavam muito, sempre com um líder, mas os demais integrantes mais autônomos, atuando em diversas quadrilhas.

Na sequência, aconteceram mortes e outras situações em diversos presídios do RS e Renato percebeu que havia ligação entre essas ações, e começou a indagar policiais, agentes penitenciários e presos (nesse período, havia uma flexibilidade maior para a circulação de repórteres dentro do Presídio) sobre o possível surgimento de uma organização dentro do crime no RS. Somente os presos confirmaram essa ideia. A única organização semelhante que havia no Brasil, até o momento, era a Falange Vermelha, no Rio de Janeiro, anterior ao Comando Vermelho, uma das

maiores facções do país atualmente. A Falange Vermelha surgiu da junção entre assaltantes de banco e traficantes. Renato Dornelles percebeu que aconteceria a mesma coisa no RS. A confirmação sobre esse movimento de surgimento de uma Falange Gaúcha veio somente dos bandidos. Apesar disso, Dornelles continuou pesquisando, mesmo com a polícia negando, ele juntou fatos e mostrava que as mortes que aconteciam dentro dos presídios tinham relação entre si.

Dornelles passou a estudar e se dedicar à questão da criminalidade e do sistema prisional nessa época e conta que em determinado momento, em 1993, durante uma coletiva de imprensa com o então governador Alceu Collares, havia apenas ele de repórter policial junto com os demais colegas repórteres de política. Na coletiva, o governador e o secretário de Justiça do período, Geraldo Gama, apresentaram alguns dados sobre os presídios no Estado e Renato, como estava a par da situação, contestava várias das informações trazidas pelas autoridades. Quando ele contestou pela quinta vez, Alceu Collares parou a reunião e questionou: “Escuta, estou vendo que o irmãozinho entende tudo de presídio. Isso é por experiência própria?”. Os presentes na coletiva riram, inclusive Dornelles, que encarou aquilo como um elogio. Ali ele soube que o trabalho na área e os estudos que vinha fazendo deram a ele um conhecimento acima da média no assunto.

4.1.3 Falange Gaúcha

Lançado em 2008, o livro *Falange Gaúcha* (DORNELLES, 2008) traça o perfil e mostra o desenvolvimento da primeira facção, de mesmo nome, no Rio Grande do Sul. Pela primeira vez, o governador do estado anunciou a desativação do Presídio Central, que estava prevista para o fim de 1996. Renato, que já havia juntado um bom material sobre o andamento dos crimes desde 1987 até aquele período, resolveu que seria um bom gancho a questão da desativação para publicar um livro contando as histórias do PCPA e a formação da Falange Gaúcha. Como o fechamento do Central não aconteceu, Renato engavetou o livro por não ver um apelo forte.

Em 2003, apesar de estar trabalhando como repórter de esporte do jornal *Diário Gaúcho* (DG), jornal popular do grupo RBS, Renato Dornelles ganhou o Prêmio da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) com a série de reportagens “Dez crimes

que abalaram o Rio Grande do Sul”. Foi então que ele decidiu desengavetar o livro e apresentá-lo para o editor-chefe do Diário Gaúcho à época, Cyro Martins Filho. Cyro leu o livro, gostou e recomendou que Dornelles levasse ao editor da Zero Hora do período, Marcelo Rech. Renato ficou impressionado, pois o editor leu o livro inteiro em duas horas e disse que o texto estava ótimo, a história era envolvente, mas faltava um *grand finale*. Novamente o livro ficou parado aguardando um desfecho. Em 2005, Dilonei Francisco Melara, um dos criminosos mais conhecidos do estado morreu, e Dornelles considerou que esse seria o final ideal para a publicação.

Por se tratar de um tema muitas vezes invisível à sociedade que, segundo ele, "cisma" em considerar que a criminalidade não deve ser debatida ou não pensar sobre os desdobramentos desse tema, o autor teve dificuldade em encontrar uma editora que aceitasse publicá-lo. Até 2007, o material produzido por Dornelles não havia alcançado o público. Foi então que o jornalista David Coimbra, colega de Renato no jornal Zero Hora, em parceria com o editor-chefe do jornal Diário Gaúcho naquele ano, Alexandre Bach, incentivaram o repórter a publicar trechos do livro no DG, durante dez finais de semana. Com a série do livro, Renato ganhou primeiro lugar no Prêmio ARI em 2007 e despertou o interesse de três editoras para publicar a obra. A publicação do livro se deu em 2008, pela RBS Publicações.

Questões levantadas por Renato no livro são vistas até hoje na capital gaúcha. A superlotação da Cadeia Pública de Porto Alegre (CPPA), na época chamada de Presídio Central, é um problema crônico, que chama atenção do repórter desde o início da sua carreira. O que é apontado no livro é justamente como a Cadeia Pública se tornou “a própria ‘sucursal do inferno’, na definição dos presos” (DORNELLES, 2008, p. 14).

A lei do crime é o que comanda e, de certa forma, “mantém a ordem” dentro da CPPA. Quando publicado, o Falange Gaúcha apontava o que acontecia no presídio.

Além de sobreviver ao tempo e aos governos, o Presídio Central espalhou conflitos. Presos que nele aprenderam as leis do cárcere, quando transferidos ou foragidos levaram as regras não-oficiais para outras prisões ou comunidades da periferia. Em ambos os casos, exerciam o domínio ocupando espaços criados pela omissão do Estado (DORNELLES, 2008, p. 12).

A realidade atualmente segue a mesma lógica, porém com um pouco mais de requinte e sofisticação na questão de equipamentos eletrônicos, armas, aliciamento de novos integrantes e na expansão e controle exercido fora dos muros do presídio pelas facções. Além disso, a realidade desses grupos mostra a presença massiva de jovens e até crianças e a ação predominante no tráfico de drogas. A disputa pelas bocas de fumo (cada facção controla uma região específica da cidade na venda de entorpecentes) tem manchado as ruas de Porto Alegre.

Os intensos tiroteios, a qualquer hora do dia, tornaram corriqueiros os assassinatos de soldados do tráfico, e não raras as mortes de inocentes – em especial, crianças – atingidos por balas perdidas. Passaram a fazer parte do cotidiano das áreas conflagradas as chacinas e execuções sumárias, de inimigos ou de consumidores inadimplentes. O não-pagamento das dívidas, chamado de banho ou logro, quase sempre é fatal (DORNELLES, 2008, p. 140).

O impacto nas comunidades periféricas, que Renato Dornelles relata no Falange Gaúcha, é justamente o que continua a acontecer hoje em dia. Essa dinâmica determina a rotina dessas comunidades, pois “a opressão do tráfico também pode ser observada nos toques de recolher, impedindo os cidadãos de sair às ruas depois de determinado horário, e no confisco de casas para a instalação de novas bocas” (DORNELLES, 2008, p. 141).

4.1.4 Central – o poder das facções no maior presídio do Brasil

Com o lançamento do Falange Gaúcha em 2008, Renato participou de um programa de televisão para falar sobre o livro. A jornalista Tatiana Sager também estava lá. Os dois conversaram e Dornelles contou sobre a publicação para ela. Depois do lançamento, Tatiana ligou pedindo os direitos da obra para produzir um curta-metragem que seria baseado no livro. Dessa parceria surgiu o curta “O Poder Entre as Grades – A História do Crime Organizado no Sul do Brasil” (2015), totalmente baseado no Falange Gaúcha (DORNELLES, 2008).

Muito do material recolhido para o curta acabou não sendo utilizado, então Renato e Tatiana pensaram em produzir outro filme contando a história do Presídio

Central de Porto Alegre. Inicialmente, a dupla precisou da liberação do juiz da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre, Sidinei Brzuska. Vencida essa fase, a direção do PCPA também precisou autorizar. A Brigada Militar se mostrou resistente e o projeto não avançava. Na transição de governos, em 2014, a direção do Presídio passou por uma mudança, com o Major Dagoberto Costa assumindo interinamente o cargo. Com ele, a execução do documentário foi autorizada. Neste momento, iniciava-se a parte mais importante que era a articulação com os líderes das galerias presentes no Presídio.

A reunião aconteceu com Renato e Tatiana e os líderes de cinco facções: Os Manos, Bala Na Cara, Abertos, Conceição e Farrapos. Eles apresentaram a proposta prevista para o documentário e aguardaram que os representantes dos grupos discutissem com os demais membros para dar um retorno. A maior reunião aconteceu com os roteiristas, os líderes e o juiz Sidinei Brzuska. Nessa reunião, Renato e Tatiana perceberam que os presos tinham uma preocupação que era não mostrar a realidade do “fundo da galeria”, pois a superlotação do espaço significa mais dinheiro para as facções. Abrir a realidade para fora dos muros do Central poderia afetar financeiramente as organizações criminosas, além de comprometer a mão de obra interna e externa, enfraquecendo os grupos. Além disso, os presos exigiam ver o material antes de ser lançado. Esse pedido foi vetado veementemente por Tatiana e Dornelles, que não aceitariam nenhum tipo de censura.

Os líderes da Conceição e da Farrapos autorizaram as filmagens. Então, para o filme, foram gravadas a terceira galeria do pavilhão H, onde ficam os travestis; a segunda galeria do pavilhão E, ocupada por pessoas com ensino superior e ex-policiais; a segunda galeria do pavilhão A, dominada pela facção Conceição; e a primeira e terceira galeria do pavilhão D, tomada pela facção Farrapos. O diferencial desse documentário, e talvez o que seja mais interessante nele, é justamente esse “protagonismo” dos presos, apresentado nos momentos em que eles assumem as câmeras e filmam o interior das galerias, as refeições, o banho de sol, como se ajeitam para dormir, o aspecto do prédio, etc..

Dornelles e Tatiana não deram em nenhum momento o tom de “coitadismo” para os presos da Cadeia Pública de Porto Alegre. O que foi mostrado ao público foi o que acontece no local: condições extremamente precárias de estrutura interna, ambientes insalubres, superlotação em níveis desumanos, consumo excessivo de

drogas e a organização interna feita pelos próprios presos. O Estado não consegue controlar a grande panela de pressão que é esse presídio. Os apenados controlam.

Algumas pessoas reviram seu pensamento quando assistiram ao filme. Mesmo assim, há quem acredite que o sistema precisa ser cada vez pior, pois isso beneficia a sociedade. Renato afirma que essa ideia é falha porque o Estado investe, mesmo que pouco, para que essas pessoas que estão detidas não tenham nenhuma possibilidade de mudança, além de fortalecer e organizar ainda mais o crime. “O sistema, da maneira como é, ele é prejudicial para a própria sociedade” (DORNELLES, 2019).

O documentário Central (2016) foi assistido por mais de 16 mil pessoas no cinema. Foi premiado em Lisboa e em Barcelona e foi transmitido em Milão e Roma. Tatiana e Renato realizaram mais de 50 palestras sobre o filme nas principais universidades do Brasil. Fato curioso que, por conta do filme, Renato Dornelles foi arrolado como testemunha em um júri, mesmo não estando presente no fato. Quando encerrado seu depoimento, a juíza agradeceu e parabenizou pelo filme. Pequenas demonstrações da importância do documentário no dia a dia das pessoas.

O filme encerra com a frase de Jorge Gomes, detento do Presídio, que explica a lógica do lugar: “Para tu habitar o inferno e sair dele vivo, tu tem que virar demônio também”.

5 ANÁLISE DA HISTÓRIA DE VIDA DE RENATO DORNELLES

A partir dos objetivos geral e específicos desta pesquisa, buscamos pistas para compreender de que forma a trajetória de Renato Dornelles, contada por ele nas entrevistas, pode dialogar com as teorias trabalhadas. Sendo assim, foram elencados quatro pontos a serem analisados, também divididos nos objetivos específicos desta pesquisa:

- a) relação entre as experiências de vida e sua trajetória na profissão;
- b) especialização na área de segurança pública;
- c) relação com as fontes;
- d) e os cuidados na hora de produzir materiais sobre a violência.

Conforme abordado no capítulo metodológico, o objetivo nesta análise não foi o de fazer uma relação de causa e efeito entre a vida de Renato e suas condutas profissionais. A intenção aqui é pensar o jornalismo de segurança pública (BEDENDO, 2013) utilizando as experiências de um repórter que desenvolveu vários trabalhos na área, levantando possíveis questões sobre a relação jornalista, sociedade e comunicação dentro da ideia de construção de sentidos que esses agentes executam.

5.1 RELAÇÃO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA E SUA TRAJETÓRIA NA PROFISSÃO

Através das entrevistas realizadas com Renato, notou-se que suas experiências de vida, principalmente as vividas na infância, lhe possibilitaram, ainda jovem, noções sobre a influência do crime na vida das pessoas residentes de comunidades periféricas. Por ter crescido residindo em um dos primeiros conjuntos habitacionais de Porto Alegre, localizado no bairro Cavalhada, isolado na localidade, Renato viu amigos próximos entrando para o crime desde cedo, como uma alternativa à realidade em que viviam.

Renato teve algumas influências dentro de casa sobre áreas em que atua hoje em dia. Uma de suas irmãs mais velhas cursou Relações Públicas e a outra prestou

concurso para a Susepe, indo para a área do serviço penitenciário. O pai, Hélio, foi funcionário público, cursou direito e advogou depois de se aposentar.

Sobre a profissão, Renato apresentava convicção na escolha do jornalismo desde cedo.

Eu me lembro que quando eu ingressei no então segundo grau, hoje ensino médio, eu já estava decidido que seria jornalista. Talvez pela minha facilidade em escrever, embora naquela época eu fosse um tanto tímido. Então eu já tinha decidido. Fiz o ensino médio todo pensando no Jornalismo (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Renato cursou jornalismo na PUCRS e, em 1986, quando estava prestes a se formar, participou de um processo para uma vaga de estágio na Zero Hora. Assim, ele ingressou na empresa. Foi efetivado quando se formou, assumindo o cargo de produtor do programa Gaúcha Hoje, da Rádio Gaúcha. Na época, trabalhar na editoria de polícia não era um desejo dele.

Uma coisa curiosa assim é que, enquanto eu fazia o curso, o único setor que eu não pensava em trabalhar era a editoria de polícia. Achava de certa forma pesado. Eu queria trabalhar com cultura, esporte, mas não com reportagem policial (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Naquele período, o perfil das matérias na editoria policial se detinha às particularidades dos casos criminais. Eram focadas apenas no fato, sem uma contextualização maior. A violência pode ser entendida de maneira mais ampla, conforme explicado por Almeida (2000), que a caracteriza por uma relação de dominação, não sendo exclusivamente a brutalidade física aplicada contra alguém. Por isso, se diferencia da cobertura de segurança pública já que esta se presta a uma cobertura que contextualiza a violência.

Depois de um mês no cargo, Renato fez um teste para trabalhar na Zero Hora, pois um colega estava indo para Brasília e o cargo ficaria em aberto. A vaga era para a editoria de polícia. Renato fez o teste e foi selecionado, começando assim a relação com o setor dentro do jornalismo. Ele conciliou os dois empregos, na Rádio Gaúcha e na Zero Hora, por aproximadamente um ano e meio.

Mas aí, na Zero Hora, eu comecei a descobrir o que eu achava que tinha rejeição, mas pelo contrário, eu tive proximidade com esse que, na época, era chamado jornalismo policial. Aí eu comecei a cobrir e me encantar com aquilo, entrar cada vez mais a fundo (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

É neste ponto que podemos perceber a relevância das histórias oral (MEIHY, 1998) e de vida (PEREIRA, 2000) como métodos utilizados para compreender certas subjetividades que se formam dentro da comunidade jornalística, nas quais o profissional acaba se moldando. Como tratado no capítulo 3, a cultura profissional do jornalista vai além das técnicas do campo porque há, também, uma assimilação de ações específicas, trejeitos e, principalmente, uma compreensão de mundo característica difundida entre os operadores do jornalismo (TRAQUINA, 2013).

Com quase um ano de Zero Hora, em 1987, o repórter acompanhou um motim no Presídio Central de Porto Alegre. Naquele momento, Renato começou a se atentar para os casos ocorridos nos presídios do Estado e também para a possível criação de uma facção no RS, aos moldes dos grupos criminosos que já despontavam no Rio de Janeiro e São Paulo. O crime organizado passou a ser um tema de seu interesse e estudos.

E eu continuei pesquisando, apesar da polícia negar, eu ia juntando um fato aqui, outro fato ali, mostrava que uma morte – mas as mortes, naquela época, tudo dentro dos presídios – [...] que uma morte que tinha acontecido aqui tinha relação com a outra. Tudo era sequência, como eu conto no livro. E fui pesquisando (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Ele se orgulha ao lembrar que foi um dos primeiros repórteres a tratar sobre o crime organizado no estado, num período em que as autoridades ainda negavam esse tipo de crime organizado no Rio Grande do Sul.

Não admitiam de jeito algum. Mas as coisas já estavam acontecendo. E fui mostrando isso com jornalismo, até que tiveram que admitir (DORNELLES, 2019)¹⁰.

Renato entende que as experiências passadas em sua vida deram condições de compreender na prática como a violência urbana acontece. Essas vivências refletiram de alguma forma em seu trabalho.

¹⁰ Declaração compartilhada com a autora via WhatsApp, em 10 de outubro de 2019 (nota da autora).

[...] durante um tempo, no meu segundo casamento, eu morei em uma comunidade dominada pelo tráfico, na zona sul. E aí eu senti, não como jornalista, mas senti o que é a vida das pessoas que acordam de madrugada com tiroteio perto, ter que mandar crianças para baixo da cama, o que é toque de recolher, o que é tu passar e os traficantes nas esquinas vão dando recado para o outro, a senha 'Tá sereno' para dizer 'Tá tranquilo'. Então, muita coisa assim de como as pessoas vivem oprimidas quando vivendo em uma comunidade dominada pelo tráfico. Eu senti isso (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Para Dias e Guimarães (2014) esse é o exemplo sobre esse repórter, que antes de ser repórter, é um sujeito social, que é constantemente afetado por suas experiências, crenças morais e pelo meio onde viveu e vive. Ainda, o relato de Dornelles exemplifica o que Ghiringhelli e Cipriani (2015) analisam sobre a dinâmica das facções com as comunidades dos locais onde dominam, atuam e comercializam as drogas. Como vimos no capítulo 2, a relação entre criminosos e moradores de periferias se dá em uma relação ambígua, sendo de controle e ameaças por um lado e de benfeitorias e oferta de segurança por outro.

A situação inversa também acontece e situações assimiladas a partir da experiência profissional interferiram em sua vida pessoal.

E eu mesmo, quando eu fui assaltado, que colocaram uma pistola na minha cabeça, as primeiras coisas que me vieram em mente foi aquilo tudo, aqueles conselhos de quando for assaltado não fazer movimentos bruscos, narre tudo o que você está fazendo para o assaltante. [...] muito da profissão a gente também leva para a vida. Tu está constantemente arriscado a vivenciar uma daquelas situações que a gente está narrando no jornalismo (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Renato explica que a troca com as fontes auxilia no entendimento sobre as diferentes situações passadas por elas, cria uma certa aproximação entre repórter e entrevistado. Para ele, a fonte não é apenas um canal para obter informações objetivas, ela também auxilia no entendimento sobre as situações vividas. Em sua visão, o contato com as fontes é a premissa de qualquer jornalista.

Acho que isso aí é obrigação do jornalista, na área que ele cobre, ele conversar com as pessoas, com as fontes, e se colocar no lugar delas. Porque aí tu começa a ter um certo entendimento e tu deixa de ser frio. Tu começa a entender o problema das pessoas. E talvez, muito disso faz com que meu trabalho se volte para o lado social (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Ao comentar características próprias entendidas como relevantes para exercer o jornalismo, citou a persistência e o interesse pelo tema que fazem com que ele estude e leia muito sobre o assunto. Além disso, citou a paciência e, principalmente, o fato de não ser apenas um cumpridor de pautas, nunca fazer "a notícia pela notícia" (DORNELLES, 2019, ANEXO II). Se pensarmos nos pilares do jornalismo, a partir dos conceitos de Adelmo Genro Filho (1987), sendo a singularidade, particularidade e universalidade (DIAS, 2016), apresentadas no capítulo 3, podemos entender que essas características de Renato seriam definidoras de um trabalho de quem busca a universalidade, mais do que as particularidades?

Quando tu abraça um tema assim... Eu estou sempre lendo, sempre assistindo coisas sobre isso. Sempre me inteirando. Isso eu acho fundamental para tu ter uma real compreensão do tema (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

No prefácio do livro *Falange Gaúcha* (DORNELLES, 2008), o jornalista Cláudio Brito escreve sobre Renato Dornelles e exalta a veia repórter a do autor.

Jornalista por índole. Repórter o tempo inteiro, difícil vê-lo sem um bloco de notas e uma caneta, vendo, ouvindo, perguntando, anotando. Está sempre apurando fatos e versões. Com o passar dos anos – e já são quase 30 anos de carreira – o Renato vai ficando cada vez melhor, ampliando a capacidade de ver e interpretar acontecimentos, com o cacoete de acreditar desconfiando, regra fundamental que inspira o jornalista a checar, conferir, contrapor e, finalmente, escrever. E o Renato completa o ciclo escrevendo muito bem (DORNELLES, 2008, p. 8).

Renato declara que sua maior motivação é saber que por menor que seja a mudança, seu trabalho jornalístico faz a diferença na sociedade. Para ele, trazer a reflexão para as pessoas é o que o satisfaz como profissional. É a capacidade do jornalismo de pautar o tema da violência na sociedade, abrindo o tema para debate, e em algumas situações, de transformar de alguma maneira a realidade de locais afetados pelo crime (RONDELLI, 2000).

No entendimento de Renato, as histórias das pessoas são cheias de significado. A mídia se comporta reforçando estigmas sociais da violência que são em sua maioria elaborados pelas instituições e apenas reproduzidos pelos veículos de

comunicação (DIAS; GUIMARÃES, 2014). Uma forma de quebrar com isto, que parece ser a atitude de Renato, é trazer essas histórias singulares de pessoas afetadas pela violência para uma compreensão mais ampla do fenômeno.

Uma mãe que chora a morte de um filho que morreu na guerra do tráfico... Ela não criou ele para ser traficante. Ela perdeu ele para o tráfico. E, muitas vezes, essa mãe ela é julgada como se fosse culpada. A sociedade, muitas vezes, não quer dar nem o direito dela de chorar a morte do filho. Como se ela não tivesse o direito nem de chorar a morte do filho. 'Ah, mas era um bandido'. Não, era o filho dela. Ela não criou ele para isso, mas ela perdeu, perdeu para o tráfico, porque ela tinha que trabalhar, o filho ficava em casa. Daqui a pouco abandonou a escola, pois a escola estava cheia de problemas e não o atraiu. O traficante está passando todos os dias na frente tentando seduzi-lo, vem o mito do dinheiro fácil, etc., toda uma história, e ela perdeu. Ela não consegue dar para o filho coisas que a sociedade de consumo parece que exige das pessoas e ele quer ter, como vários outros têm, e ele se acha um ninguém se não tiver... E assim vai. E aquela mãe chora a morte do filho. Então a gente tem que entender. Tem que se colocar sempre no lugar do outro para não fazer uma matéria simplesmente fria. Não vou dizer que tem que defender este ou aquele, mas a gente contar uma realidade, um fato... Sabe? (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Como apontado no capítulo 2, as notícias são resultado de um processo que envolve vários agentes, criando uma rede onde estão presentes os jornalistas, as fontes, instituições e o público (TRAQUINA, 2002). Os últimos costumam ser diminuídos dentro dessa dinâmica. O que acontece, muitas vezes, é a mídia preocupada em falar para aqueles que imaginam ser os seus leitores – aqui também podemos citar Etchichury (2010) que mostrou a mudança na abordagem dos jornais em coberturas sobre a violência quando seu público, considerado classe média, começou a virar vítima de crimes. O que não é pensado, na maior parte das vezes, são os públicos de bairros periféricos, porque estas pessoas que residem em comunidades afastadas não fazem parte das rotinas e da história de vida de grande parte dos jornalistas. Estas pessoas são as que mais sofrem com a violência urbana e, ainda assim, são as que menos recebem espaço da mídia.

Por conta do tempo em que cobriu a área de polícia, Renato relata que desenvolveu seus próprios métodos de trabalho. Foi preciso criar condições e se adequar às realidades que se apresentavam em cada pauta. Com isso, consolidou seus procedimentos, que vão além do que se aprende sobre as técnicas jornalísticas, pois trazem características pessoais do repórter. Ele reconhece a importância

fundamental dos ensinamentos aprendidos durante a graduação, mas entende que a prática origina processos individuais.

[...] depois tu vai tendo o aprendizado na prática, que aí tu vai formar o teu método de trabalho. Mas eu acho que a vida em si vai te ensinar muita coisa. O teu jeito de ser, o teu jeito de pensar, o teu jeito de agir... Se a pessoa não é ética, ela não vai ser ética como jornalista. Se ela não é uma pessoa ética na vida, se ela não é uma pessoa humana, uma pessoa com sentimento, ela não vai ser no trabalho também. A tua formação pessoal vai acabar influenciando, seja qual for tua profissão, acaba influenciando. Acaba influenciando no teu método de trabalho (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

5.2 ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Renato Dornelles conquistou o título informal de especialista em segurança pública através de seu trabalho na área. A partir de seu interesse no tema, ele conta ter se aprofundado nas questões relacionadas ao cárcere e sobre a violência como um todo, incluindo a dinâmica das facções. Essa motivação pessoal em estudar o assunto, ir atrás de informações, se interessar e ficar atento aos movimentos do setor, exemplifica o que Ramos e Paiva (2007) dizem, como apresentado no capítulo 3, sobre a mudança no perfil profissional do repórter de segurança pública que necessita especializar-se na área, em oposição ao que ocorria com o repórter policial. Diferentemente do que acontece em editorias como política e economia, os veículos não investem na qualificação do profissional que cobre a violência. Isso acaba empobrecendo a cobertura midiática, uma vez que as matérias, em sua grande maioria, acabam por tratar apenas do fato na perspectiva singular, não contemplando um entendimento mais amplo sobre as consequências e o funcionamento da criminalidade.

Renato parece ter rompido com essa realidade e hoje desenvolve um certo mimetismo com o meio em que está. O fato de ser negro e de ter crescido na periferia colaboram para se enfronhar com mais desenvoltura nas comunidades. Mas ele também circula bem nas instâncias judiciais, como em fóruns e no Tribunal de Justiça. Ou seja, ele compreende o palavreado das ruas e também o rebuscado português dos juristas e especialistas em segurança. O jornalista cursou Direito por oito semestres, porque sentiu a necessidade de se qualificar para tratar sobre a violência na cobertura noticiosa.

[...] o que mais me influenciou e que me influencia até hoje é eu ter aberto o leque. Não ter ficado buscando inspiração só nos jornalistas. Juízes, promotores, advogados, muita gente assim influenciou no meu trabalho. Aprendi com muita gente nesse período. Hoje eu digo que tem um grupo de pessoas muito próximas que atuam muito nessa área, que me respeitam, respeitam bastante o meu trabalho (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

É o conhecimento desenvolvido na prática do repórter que acessa diversas fontes, oficiais ou não, e que cria suas técnicas de trabalho, possibilitando um conhecimento aprofundado no tema.

Até no 13º Fórum Brasileiro de Segurança Pública eu fui palestrante, e eu estava no meio só de mestres e doutores, e eu não tinha nem mestrado nem doutorado, eu vinha da experiência empírica, experiência jornalística, mas um autodidata na pesquisa dessas áreas (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Vale lembrar que a segurança pública é entendida como algo que vai além das ocorrências, abrange o bem-estar social, a qualidade de vida das pessoas, com o acionamento de vários setores da sociedade para atuarem em conjunto (BEDENDO, 2013). Tratamos deste conceito no capítulo 3.

[...] a segurança pública no Brasil, infelizmente, se trabalha dessa forma emergencial. Quer dizer, se tapa um buraco ali, mas daqui um ano, dois, vai estar aberto de novo. Menos tempo até, mas se trabalha no aqui e agora. Dificilmente se faz um planejamento, algo para longo prazo em termos de segurança pública aqui no país (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Renato entende que, em muitos casos, ele tem mais embasamento sobre a segurança pública do que um secretário de estado, por exemplo.

Eu estudo o sistema há muitos anos, então eu tenho um conhecimento, até para perguntar coisas que, às vezes, nem o secretário sabe (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Dessa maneira, o jornalismo representa um instrumento forte na cobrança de respostas do poder público. Este foi um ponto abordado no subcapítulo 2.2, com o exemplo do estudo de Luana Rosales, que pesquisou a forma como o telejornal de maior audiência do país pautou e cobrou a intervenção federal no Rio de Janeiro.

Porque nós batemos muito nessa questão de que quando vinha subindo o número de homicídios, o discurso costumava ser 'eram ligados ao tráfico', como se isso não importasse. Como era ligado ao tráfico, pode morrer. Primeiro lugar, não pode. Não pode ter um número absurdo de homicídios. Isso, acho, de certa forma, com a imprensa batendo, faz com que haja uma ação, uma cobrança. Ainda que a maioria pode ser ligada ou não, mas há uma cobrança em termos de segurança pública que isso acaba mexendo, de certa forma, ainda que não sejam mudanças profundas [...] (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

É a ideia vista no subcapítulo 3.2, dos jornalistas atuando como os "cães de guarda" (TRAQUINA, 2013, p. 49) da sociedade, possuindo o "faro para a notícia" (TRAQUINA, 2013, p. 43), características que compõem o *ethos* (TRAQUINA, 2013, p. 128) jornalístico do repórter, que não se cansa de indagar sobre questões que lhe pareçam divergentes.

Claro, não tenho como provar, mas, muitas coisas assim eu percebia que o Estado, em algumas coisas, era refém do crime. [...] Por exemplo, até hoje, ninguém me deu uma explicação eficiente sobre o porquê de nunca tentarem colocar bloqueadores de celular no Presídio Central. Alegam que vai tirar o sinal da área. Pode ser, tudo bem. Mas não há uma explicação firme sobre isso, convincente, de que seja esse o motivo. A gente sabe que se colocar bloqueador lá, explode o presídio. Tem duas coisas que não vão deixar de entrar no Presídio Central ou em presídios como o Central: droga e celulares (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Renato dá pistas sobre uma compreensão das diferenças existentes na sociedade nos entendimentos da violência através de suas experiências na profissão. Vimos no capítulo 1 que a assimilação da violência é resultado de inúmeros processos. Entender que a dinâmica social em que o sujeito está inserida reflete em suas ações e nas suas percepções sobre os processos da sociedade, e que estas mudam de acordo com a realidade do indivíduo, possibilita criar estratégias de abordagens diferenciadas.

O sistema, ele é pensado só como forma de punição. Ele não é pensado como forma de ressocialização. Não digo nem ressocialização, porque muitos que foram parar lá não chegaram nem a serem socializados. Tiveram uma infância vulnerável, uma adolescência nos piores meios possíveis. Eu tenho certeza de que muitos que estão ali não sabem nem o que é o certo e o que é o errado. Até porque a gente tem uma série de entrevistas com os guris da Fase¹¹, e na mentalidade de alguns fica muito claro que a ideia deles é tipo, roubar um carro de quem tem dinheiro para comprar outro. Outros matam e dizem que matam só gente ruim, porque botaram na cabeça deles aos 12, 13

¹¹ A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase/RS) presta atendimento a crianças e adolescentes "autores de atos infracionais com medida judicial de internação ou semiliberdade". Disponível em: <<http://www.fase.rs.gov.br/wp/institucional/historico/>>. Acesso em: 11 nov 2019.

anos, que é isso. Tu vai matar porque essa pessoa é ruim essa pessoa faz maldade. E uma coisa que eu sempre falo com os estudantes de direito, tu imagina um guri de 18 anos que viveu num mundo desse, em que o traficante é o bom e, daqui a pouco, ele entrou para o tráfico. O PM vai lá e prende ele porque ele está vendendo drogas. Aí leva para o delegado que vai autuar em flagrante porque estava vendendo droga. Aí o juiz vai homologar o flagrante, e talvez uma audiência de custódia e vai dizer 'Tu vai para o presídio porque tu estava vendendo droga. Não pode vender droga. Tu sabe disso'. Aí pegam ele, levam para o presídio e vão colocar ele no lugar onde mais se vende droga. Aí imagina a cabeça dele 'Me tiraram da rua porque eu estava vendendo droga e me colocaram no lugar onde se vende droga livremente'. Um lugar que não se podia vender nada, de jeito nenhum. Se vender droga é crime, o presídio é o lugar onde não se poderia vender droga de jeito nenhum. E é onde mais se vende com tranquilidade. Ali eles estão fechados nas galerias deles, o Estado não está tendo a mínima ideia, porque o Estado não tem a mínima penetração nas galerias enquanto os presos estão dentro. A dinâmica é toda estabelecida pelos próprios presos, pelas facções, no caso (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Exemplo disso, é o que Renato diz sobre a presença de uma "ética do crime". Ou seja, até dentro do contexto violento e criminoso existem determinados códigos de conduta, atitudes consideradas imperdoáveis e completamente incriminatórias. Para quem não pertence a esse contexto, o crime é entendido em sua totalidade dentro do mesmo guarda-chuva, mas para quem vive o crime, existem diferenciações. Ele contou um caso em que uma matéria foi publicada falando sobre uma pessoa que havia sido presa e no texto foram citados os supostos crimes que esta pessoa teria cometido. Entre os crimes, estava o de estupro. A mãe do preso em questão acabou processando o jornal.

[...] E ela processou o jornal e argumentava assim 'meu filho pode ser homicida, pode ser assaltante... Estuprador, não'. Por quê? O estupro, nem na criminalidade, nem entre a própria criminalidade, estupro é concebido. Tanto que estupradores ficam em galerias separadas. Então, ela sabia que era mãe de um criminoso, mas jamais ia querer admitir ser mãe de um estuprador. E vê bem, até dentro do próprio crime, às vezes... Vão lá, tem pessoas que matam pais de família, ok. Agora, estuprador, não. Estuprador eles não aceitam de modo algum. Por aí tu vê como tem todo um código dentro do crime (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Renato diz se preocupar em mostrar para o público alternativas para a crise da ineficiência do Estado na segurança pública, mas entende que há problemas severamente arraigados no sistema, indo ao encontro do que pensa Adorno (2002) sobre a descrença das pessoas nas instituições, como mostramos no capítulo 2.

Eu acho que o jornalismo, ele não pode ficar simplesmente no fato, entende, e não buscar, ou pelo menos apontar, possíveis soluções. Eu venho a vida toda mostrando que o sistema está falido. Tenho mostrado no jornalismo, na

literatura, tenho mostrado no audiovisual. O sistema é um sistema falido (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

5.3 RELAÇÃO COM AS FONTES

A citação de fontes envolvidas no crime, principalmente membros de facções, é uma característica do trabalho de Renato Dornelles, desde quando iniciou na editoria em 1986, mesmo que hoje a realidade do acesso a essas pessoas tenha mudado. Como estratégia para contemplar o "outro lado", Renato, muitas vezes, foi atrás de pessoas próximas aos faccionados. No capítulo 2, onde foi apresentada a dinâmica das facções, Ghiringhelli e Cipriani (2015) destacam que as famílias desempenham papel central na vida dos presos e membros de facções.

Hoje é muito mais difícil de conseguir falar com um preso justamente por causa do domínio das facções. O preso, nas galerias de facções, ele só fala se for autorizado por um líder. E mesmo que seja autorizado pelo líder, tem que ter autorização da justiça, vai-se atrás da direção do presídio para conseguir... Então, hoje não é tão fácil de falar, mas nós, principalmente no trabalho audiovisual, a gente tem conseguido falar com presos. Também, às vezes, via familiares. Porque, uma coisa que eu aprendi em termos de fonte sobre o sistema, eu coloco assim, numa hierarquia, por ordem, quem mais conhece o sistema e sabe o que está acontecendo? Primeiro lugar, os presos. Segundo lugar, os servidores que trabalham diretamente ali, os agentes penitenciários, os policiais militares. Terceiro lugar, os familiares. Os familiares estão sempre bem informados, os presos comentam com eles, então também são outras fontes fortes e que estão sempre bem informadas, né (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

No entendimento de Renato, sua relação com as fontes foi construída em cima do respeito demonstrado por ele, independentemente de qual seja a origem do entrevistado. Renato salienta que o respeito que ele emprega enquanto jornalista é o mesmo para todas as fontes que ele acessa.

Acima de tudo, uma coisa que eu percebi, em boa parte, é que por mais paradoxal que possa ser, existe, no pessoal do crime, uma certa ética, vamos dizer assim. Uma ética pelo menos enquanto presos, uma ética de respeitar o trabalho quando reconhecem que é feito com seriedade. Sem sensacionalismo, que é uma coisa que eu percebi bastante... Eles não gostam quando a coisa é sensacionalista e quando acham que há mentiras, exageros, eles também não gostam. Agora, mesmo sendo coisas contra eles, quando eles entendem que há verdade e que foi tratado com seriedade, pelo menos assim foi comigo nesse período (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Nesse sentido, Renato diz perseguir produções que vão além das "matérias oficiais" (DORNELLES, 2019). Conforme mostrado no capítulo 3, a relação simbiótica entre repórter e fontes oficiais faz com que, em muitos casos, a imprensa perca a capacidade de contestar a ação das instituições de segurança e Renato se mostrou incisivo quando falou sobre a noção de comprometimento que cada agente precisa ter ao executar seu trabalho.

[...] eu tenho uma relação boa com os policiais, e isso não é proibido. Mas, se for preciso, vou colocar no jornal, da mesma forma que se eu cometer um crime, eles vão me prender (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Em alguns momentos da história da imprensa, repórteres de polícia se passavam por policiais para conseguir acesso a fontes e às ocorrências. Isso foi abordado no capítulo 3, por Etchichury (2010) que estudou as mudanças na cobertura jornalística da violência a partir dos anos 1980. Renato conta nunca ter almejado ser policial e nem se passar por um, sempre teve claro em sua rotina que era um repórter.

Seria falta de ética, porque eu sou jornalista, né. Procurava sempre me identificar. Claro, mesmo quando estou fazendo uma investigativa, eu poderia até ficar oculto, mas nunca me passar por um policial. Poderia até ficar uma pessoa oculta ali. Não me identifiquei como jornalista, mas não disse que era policial (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Renato ressalta a importância de sempre deixar claro para a fonte qual seu papel e de cumprir plenamente a função de jornalista.

[...] uma questão que o professor Marques Leonam, professor durante muitos anos na Famecos, professor de boa parte dos jornalistas aí... Quando comecei na editoria de polícia, um dia fui lá na Famecos e encontrei ele. [...] e ele disse 'uma questão que tu vai enfrentar, pode ter certeza. Tu vai ter fontes fortes dentro da polícia, mas, um dia, tua fonte ou mais de uma, vai pisar na bola e aí tu vai ficar na dúvida sobre o que fazer. Denuncio? Não denuncio? Perco a fonte?'. Ele disse 'Denuncia. Denuncia porque tu vai estar fazendo a tua função e ele até pode ficar bravo contigo durante um tempo, mas ele vai ter que fazer alguma coisa positiva e vai precisar mostrar pra ti, até para tu botar no jornal, até para limpar o lado dele'. E dito e feito [...] (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Esta lembrança trazida por Renato, demonstra o que vimos com Traquina (2000), de que o repórter precisa ter em mente que as fontes possuem interesses em relação a imprensa quando dão uma entrevista. "[...] claro, se tu falar com uma fonte

oficial, ela sempre vai puxar para o lado do trabalho" (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Para conseguir a informação, Renato diz se utilizar de diversas técnicas de abordagem com as fontes, demonstrando o que vimos com Traquina sobre o "saber de procedimento" (2013, p. 40). Ele conta que adequa o método de captação da informação de acordo com a disponibilidade da fonte.

[...] por exemplo, há aquela fonte sincera, vai lá e abre o jogo, tu não precisa nem se esforçar muito, só pergunta e ela vai te responder. Há outras que eu sei que é muito difícil de falarem, e quando tu consegue que fale, tu vai numa estratégia mais contida, mais devagar para chegar onde tu quer. Tu não pode já ir de cara no assunto. Quando é um assunto polêmico, tu não pode chegar de cara, direto nesse assunto, porque ela vai se fechar e já não vai te responder mais nada. Então, tu tem que ir devagar e, de preferência, esse assunto eu deixava para o fim porque daí ela já tinha me respondido as outras questões e se ela quisesse parar ali... 'Tá, não consegui isso, mas eu consegui outras coisas'. E também, porque daí, quando chegasse nesse ponto, se ela se abrisse, começasse a falar, eu ia aprofundando a entrevista. Então, tem que ver muito o perfil da fonte. Nas primeiras vezes que tu entrevista, tu, mais ou menos, começa a conhecer a pessoa, como ela age, se ela procura 'jogar na retranca', que é aquilo de ficar fechada, evitar responder, ou responder de forma evasiva, de forma curta (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Esta prática de Renato demonstra o entendimento de Rondelli (2000, p. 153) de que a "definição do crime não é dada somente pelos jornalistas que os relatam, mas também pelas suas fontes de informação – pessoas ou representantes de instituições que aparecem nos noticiários através da fala direta ou indireta". Ou seja, de que múltiplas fontes trazem entendimentos variados sobre a violência, complexificando o fenômeno, dando mais corpo para a criação das compreensões sobre o tema e ao debate. Além disso, torna claro o que foi abordado no capítulo 3, sobre o cultivo das fontes ser uma das competências do jornalista (TRAQUINA, 2002).

Mas nessa área não adianta, tu tem que ter fonte. E aquele negócio, como tu disse, todo o cuidado com as tuas fontes para não serem só as fontes oficiais. Tem que ter as fontes dos dois lados. A fonte oficial e o preso, a mulher do preso, a mãe do preso, nas comunidades, as pessoas não ligadas. Isso tudo nos traz um aprendizado (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Renato entende que a pluralidade trazida em suas matérias conferem a ele a credibilidade e a consideração necessárias a um jornalista que trata sobre um tema tão caro à sociedade precisa ter.

Eu percebia muito, principalmente agora nesses últimos anos de RBS, o forte respeito. Os delegados muito preocupados em ler o que eu escrevia. Eu acabei, de certa forma, virando uma referência nessa área. Mas claro que a maior repercussão que eu vi, até nem foi como repórter, foi como codiretor e roteirista do Central. Eu acho que o Central fez com que, pela primeira vez, eu ouvisse as autoridades, principalmente as do executivo, admitirem os desmandos (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Na percepção de Renato, a possibilidade de acessar muitos lugares e trocar com diversas pessoas é o que faz o jornalismo ser recompensador.

Eu acho que, para mim, o melhor do jornalismo, o mais gratificante, é justamente isso, de ter acesso, contato com tanta gente, com tanto público. Ter fontes em todos os segmentos nos quais eu trabalhei. E a gente acaba tendo um relacionamento carinhoso com as pessoas, respeito pelo trabalho, as pessoas na rua... Ainda hoje, eu saí e as pessoas comentam. Acho que a minha demissão foi uma das mais comentadas e até hoje encontro pessoas que nunca vi na vida, que nunca falaram comigo, e dizem 'ah, que falta tu tá fazendo lá', 'que saudades dos teus textos'. Acho que é tudo uma questão daquilo que plantei com o trabalho (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

5.4 CUIDADOS NA HORA DE PRODUZIR MATERIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA

O estágio final que completa o profissionalismo de Renato Dornelles se dá através da ética e da preocupação que ele possui na elaboração de suas reportagens. Desde que iniciou na área, ele desenvolve uma abordagem voltada aos Direitos Humanos em seu sentido mais amplo.

As pessoas têm uma ideia errada de Direito Humanos, totalmente equivocada. Então tu fala que trabalha com jornalismo e Direitos Humanos e aí já começa a ser xingado. Mas de quê? De fiscalizar, enquanto jornalista, de cobrir, denunciar quando há violação de Direitos Humanos, há violação da lei. Seja pela polícia, seja por quem for (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Na declaração de Renato, pode-se entender que ele fala sobre o público criticar a função essencial do jornalismo, que é a de ser um meio de fiscalização das políticas públicas de segurança, como vimos no capítulo 3. Ainda que fiscalize, a imprensa tem sido criticada por condenar pessoas antes mesmo de haver o processo judicial, mesmo que a Constituição preveja a presunção de inocência (ROLIM, 2006). De acordo com Etchichury (2010), esta prática teve um recuo após a redemocratização

do país e a nova Constituição, quando o jornalismo se volta para as questões envolvendo os Direitos Humanos.

Hoje, o que eu te digo de diferente... As pessoas ficam bravas, mas para nós, enquanto não transitar em julgado, a pessoa é suspeita. Enquanto a pessoa não for julgada... Quem julga é a Justiça. Nós, jornalistas, não estamos aí para julgar. Nem em caso de confissão. Porque há muitos casos de confissão em que a pessoa confessou sob tortura, ou qualquer outro problema (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Renato relembra um momento de sua carreira em que cometeu um equívoco do qual ele se culpa até hoje, que serviu como um alerta para as coberturas futuras.

Nos anos 1980 ainda, houve um assassinato aqui nas imediações da Redenção, na José Bonifácio. Um professor de educação física foi assassinado e uns dois, três dias depois, a polícia de Canoas achou o carro dele e atrás tinha um carro com um homem mexendo nas coisas, no seu próprio carro. A polícia prendeu esse homem, chamou e disse 'Flagramos ele tirando coisas do carro do professor e levando para o carro dele'. E eu tentei entrevistar, ele estava nervoso, não quis falar. E naquela época, nos títulos de polícia, se indiciava, se denunciava, se julgava e condenava. E o título foi bem grande: 'Preso o matador do professor' com uma foto deste tamanho. Um tempo depois prenderam um outro personagem do meu livro que era menor de idade, o Bicudo, quando do meu livro ele já era maior, mas o crime que ele cometeu quando menor, prenderam e descobriram que ele tinha matado o professor. E quando saiu a matéria lá no dia, entra um homem na portaria da Zero Hora, me avisam que queria falar comigo, um homem super humilde, que eu sabia que conhecia, mas não me lembrava de onde, e ele 'O senhor não se lembra de mim?', e eu 'Não', e ele 'Eu sou esse aqui', e me mostrou a folha do jornal. Às vezes eu choro até de me lembrar. Aí ele só humildemente me pediu se não dava para falar que não era ele. E eu falei para o meu editor. E no outro dia saiu uma notinha pequena. Tu vê que quase uma página inteira quando ele era acusado, e uma notinha pequena dizendo que não era. Não sei o que aconteceu com essa pessoa. Talvez eu tenha destruído a vida dessa pessoa, involuntariamente. Me penitencio até hoje. [...] Eu também era um repórter novo, mas também não fui o autor do título. Isso fique bem claro (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

Como visto em Ramos e Paiva (2007), hoje, os manuais de redação orientam sobre a construção de matérias envolvendo acusação de pessoas, e sobre outros aspectos que ajudem na postura menos sensacionalista da imprensa, como a extinção de fotos explícitas de assassinatos nos jornais.

Na hora de escrever, eu tomo muito cuidado e releio para ver se o texto tá equilibrado, se o texto tá apenas um texto jornalístico, entende? É o que eu digo: existe uma polícia para investigar, existe o Ministério Público para acusar e uma Justiça para julgar. Isso não é papel da mídia. Mesmo em

reportagem policial, não é o papel da mídia tecer julgamentos, nosso papel é informar. Então, eu tinha todo um cuidado para que o texto fosse só informativo. Claro, quando eu escrevia uma coluna eu opinava, evidentemente, mas ali sim era para opinar. Mas mesmo opinar não significava julgar e condenar ou julgar e absolver. Mas no texto, eu sempre tive muito cuidado nisso" (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Outro fator que contribui para uma cobertura menos sensacionalista, como apontado por Ramos e Paiva (2007), é não transformar a violência em espetáculo. Ou seja, é a escolha por omitir os nomes das facções nas matérias. Renato entende a necessidade dessa medida, mas discorda em alguns casos.

Eu acho que, na maior parte dos casos, até está correto. Mas acho que, em alguns casos, é preciso. Quando é importante essa informação é preciso dar [o nome da facção], não pode haver um exagero. [...] Para eles [membros de facções] é uma propaganda gratuita que eles recebem. Então, eu acho que não se deve dar o nome da facção toda hora, justamente por isso. Mas há matérias que é imprescindível, é importante para a informação (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Por outro lado, como visto no capítulo 2 com Dias e Guimarães (2014), a imprensa, em muitos momentos, reforça estereótipos violentos. Para Renato, esse é um processo difícil, pois, como também apontado pelas autoras, os jornalistas são agentes que fazem parte das dinâmicas sociais e estão sujeitos a interferência de conceitos estabelecidos e de serem afetados pela opinião pública. Essa situação se torna mais complexa, pois os jornalistas atuam ativamente na construção da realidade sobre a qual abordam (TRAQUINA, 2018).

[...] eu faço uma *mea culpa*, de um modo geral, por parte da mídia, que, às vezes, também a mídia acaba assumindo as visões da sociedade porque nós jornalistas fazemos parte da sociedade. É aquilo que eu digo, a imprensa não é racista, as instituições policiais não são racistas, mas os jornalistas e policiais e etc. podem ser influenciados e aí se criam os estereótipos (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Por mais que Renato relate cuidar a construção de seus textos para não apresentar nenhuma ideia distorcida, muitas vezes, suas opiniões são mal interpretadas pelo público, principalmente pelos criminosos, deixando-o sujeito a ameaças. Como tratado no capítulo 3, por Ramos e Paiva (2007), os veículos não possuem orientações padrão sobre como o repórter deve agir em caso de ameaça ou de atentados reais. Renato Dornelles conta um caso sobre isso.

[...] a situação mais delicada foi agora, depois do Central, em que eu escrevi no dia em que os Bala na Cara não deixaram um preso sair para um júri, eu escrevi um artigo. Saiu na Zero Hora, saiu no site, nos dois jornais, eu dizendo que quem manda nos presídios são os presos. Eu recebi um telefonema à noite, uma pessoa que faz um tipo de trabalho lá no Central me dizendo que eu tinha sido a pessoa mais falada lá dentro. Tanto de um lado como do outro. Mais tarde eu sofri um assalto e me botaram uma pistola na cabeça, perto de casa. [...] No dia seguinte, eu voltei para minha casa. E aí sim me deu mais medo porque eu percebi que tinham entrado no meu apartamento, sem arrombar, sem nada, e sujaram as paredes de merda. E até uma autoridade do judiciário me fez a leitura. Ele me disse 'isso aí é um recado claro. Estão dizendo que tu tá escrevendo merda' (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Os riscos corridos por repórteres na cobertura de fatos em locais violentos só foram de fato problematizados pelas empresas de comunicação do país após a morte do jornalista Tim Lopes, de acordo com o que foi apresentado no capítulo 3. Renato corrobora com esta ideia.

Eu tenho um outro marco que eu costumo dizer. Quando eu iniciei, e durante muito tempo, a gente transitava pelas vilas destemidamente, sem medo nenhum. A gente transitava pelas vilas com carro embandeirado e todo mundo respeitava. Viam que era jornalista da Zero Hora, ficavam te olhando, mas ninguém fazia nada. Eu acordei e acho que não só eu, mas a imprensa de um modo geral acordou, quando houve o caso Tim Lopes, no Rio de Janeiro. Porque foi um repórter da Globo, torturado, esquartejado. Aí todo mundo dizia 'pô, se os caras não respeitam a Globo...'. Porque, até então, todo mundo via aquele poder 'ninguém vai mexer com a Rede Globo'" (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Ainda assim, Renato diz que não deixa de ser firme na abordagem dos fatos e mantém o profissionalismo acima de qualquer ameaça.

[...] no meu trabalho, eu sempre coloquei as questões justas. E que as dificuldades, todos os problemas dentro do presídio, em virtude do descumprimento da lei por parte do Estado, o descaso por parte do Estado, eles (presos) iam contar comigo porque eu ia fazer um trabalho em cima disso. Mas jamais apoiaria a matança e a violência do lado de fora. Sempre me posicionaria contra (DORNELLES, 2019, APÊNDICE II).

Além de entender a dinâmica do crime e não hesitar em abrir para o público as mazelas do sistema, Renato se diz ser um entusiasta de alternativas que se mostrem eficientes no que tange a segurança pública. Na sua percepção, é importante não dar espaço apenas para criticar o estado e apontar falhas, mas também mostrar para a sociedade, através de suas coberturas, noções sobre o que se pode fazer para melhorar a realidade.

[...] quando me surge uma solução, mínima que seja, mas que já seja um avanço, eu acho que eu tenho obrigação de mostrar isso. Acho que o jornalista tem essa obrigação. Não só mostrar problemas, mas também mostrar o lado bom, o lado que funciona. Alertar as pessoas que é possível um caminho diferente. E é nisso que eu procuro trabalhar muito, sempre que possível (DORNELLES, 2019, APÊNDICE I).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi entender os métodos utilizados pelos repórteres no jornalismo de segurança pública, especialmente na cobertura de casos envolvendo facções, a partir das técnicas do jornalista Renato Dornelles. Para isto, utilizou-se no referencial teórico conceitos, em grande parte, oriundos da sociologia, para compreender a dinâmica da violência na sociedade, o funcionamento das facções, as representações da violência e a diferença entre segurança pública e violência. Já em conceitos mais específicos do jornalismo, tratou-se sobre as teorias construcionistas (TRAQUINA, 2018), as competências do jornalista e mudanças na forma com que a imprensa tem tratado as reportagens envolvendo a temática da violência, desde a editoria de polícia.

Todos os conceitos novos que tive a chance de conhecer durante a produção deste trabalho, e outros que revi, me possibilitaram um entendimento mais aprofundado sobre a questão da segurança pública e sua relação com o jornalismo. Destaco a responsabilidade de quem relata os crimes e os fatores considerados pertinentes para construir uma cobertura mais rica e esclarecedora sobre um tema que pauta e é pautado pela sociedade e seus diferentes setores. Estes referenciais serviram como base para que as entrevistas com Renato tivessem uma delimitação temática, para que me auxiliassem no trato da violência, facções e a prática profissional.

Além disso, a escolha por Renato Dornelles se deu por conta do reconhecimento que ele possui como repórter voltado para a temática de segurança pública. Para entender sua caminhada, optamos pelas metodologias de história de vida (PEREIRA, 2000) e história oral (MEIHY, 1998), pois compreender sua trajetória a partir de seu relato é poder complexificar as relações deste repórter com o meio em que ele se desenvolveu e vive até hoje, bem como valorizar seu profissionalismo e sua contribuição no campo. Logo depois de ter feito a primeira entrevista, fiquei sabendo que Renato Dornelles não está mais no jornal Zero Hora e seu lugar está vago. Até o momento, nenhum outro repórter tinha a expertise que ele adquiriu para realizar seu trabalho.

Na análise, foi possível contar a história de um jornalista que é também um dos raros negros que se encontram trabalhando nas redações locais e que atuava em uma

editoria que por muito tempo foi considerada marginal, mas que hoje vem se notabilizando por ampliar o foco para a temática da segurança pública. Ouvindo os relatos de Renato e cruzando trechos da entrevista com os conceitos trabalhados, foi possível notar que o jornalismo de segurança pública é uma área que não se basta. As técnicas jornalísticas não dão conta de suprir as necessidades reais desse setor. Para uma cobertura qualificada, é necessário o aprofundamento em questões sociológicas em relação à violência, os conhecimentos legais sobre a criminalidade, a aproximação com as comunidades existentes em zonas conflagradas.

A qualificação do profissional que lida com a segurança se faz necessária, pois este é um tema complexo que vem determinando as rotinas das pessoas e que precisa de mudanças. Neste caso, um jornalismo embasado tem competência de operar transformações e trazer reflexão para a sociedade: desmistificar conceitos arraigados, desconstruir estereótipos, apresentar soluções e alterar realidades são algumas das missões a que Renato se propõe e que, talvez, devessem ser a de todos os profissionais que escolhem este setor. Além desse conhecimento específico, o conhecimento empírico obtido pela experiência de anos cobrindo o campo é algo que trouxe a Renato certo destaque entre os veículos. O fato de ser uma pessoa que transita em diferentes realidades e que experienciou determinadas situações durante a vida não determina sua competência como repórter de segurança pública. O crédito de seu trabalho se fez pela qualificação e conhecimentos que adquiriu durante sua carreira e do profissionalismo com que as pautas foram executadas por ele.

Também consegue-se avaliar uma série de características pessoais elencadas por Renato como relevantes para o desempenho na área. Dentre elas, a persistência, o interesse pelo tema, a pluralidade de fontes buscadas pelo profissional (para bem além das oficiais), a aptidão por contar histórias a partir dos relatos e a perspicácia em enxergar fatos que se relacionam entre si. Acredita-se que esse lado humano, do qual Renato fala, seja uma qualidade extra que dá o tom final de suas produções. Seria o seu diferencial, o que se costuma chamar de "estilo".

A pesquisa nos deu pistas para concluir que o método de trabalho de Renato Dornelles se constitui de algumas características formativas e de procedimento deste sujeito, tais como a especialização no tema segurança pública, que possibilitou uma compreensão fundamentada em dados e históricos, proporcionando a Renato o poder de contestar e cobrar as autoridades; a ética com a qual trabalha e conduz a produção

das pautas, em todos os estágios; a busca pela verdade, entendendo este como um dos pontos fundamentais do jornalismo, que demandam atenção e cuidado dos profissionais de comunicação; a busca pela diversidade das fontes, muitas vezes, destoante do que se costuma ver na imprensa; a relação com as fontes, que é produtiva a partir da percepção de Dornelles sobre a hierarquia destas fontes e consolidada em princípios como a transparência.

O que me pergunto, após a conclusão deste trabalho, é o quanto a rotina das redações possibilita uma cobertura qualificada e plural da segurança pública. Me questiono sobre o que acontece no dia a dia da produção jornalística que parece afastar a execução desse jornalismo de segurança pública, tornando-o um tanto utópico e distante. Também tenho dúvidas sobre qual é de fato o interesse das empresas de comunicação em fazer esta cobertura, em preparar seus profissionais para que entendam sobre a violência e o quanto é importante para o jornalista que cobre a área desenvolver seus procedimentos de trabalho, que a exemplo do que vimos, precisam ir além das técnicas jornalísticas.

Por fim, produzir uma pesquisa analisando a vida de um repórter não é tarefa fácil. Costumeiramente, analisa-se os produtos de veículos de comunicação, o conteúdo de textos, enquadramentos na televisão, transmissões de rádio e, em raras vezes, quem cria esses produtos, ou seja, o jornalista, é analisado. Confesso que apesar de complicada, a escolha por esta abordagem me transformou em uma admiradora assumida deste profissional, pois a construção deste trabalho possibilitou minha aproximação com este comunicador notoriamente reconhecido no campo, e ainda deu a oportunidade de conhecer e entender quem ele é, qual sua trajetória e como esses fatores condicionam a maneira como ele trabalha hoje. Para uma jornalista que está concluindo a faculdade, acessar e estudar um jornalista com esta experiência é enriquecedor e inspirador. Somada às dificuldades naturais de se estudar a vida de um repórter está também a pouca exploração em trabalhos acadêmicos sobre o tema segurança pública, principalmente na comunicação. Tanto o uso das Histórias de Vida como método, como da temática do Jornalismo de Segurança Pública são áreas pouco exploradas. Daí que vem o desafio. Ver esta pesquisa finalizada dentro de um tema que sempre me interessou e saber que poderá contribuir para trabalhos futuros traz um sentimento de satisfação e dever cumprido.

REFERÊNCIAS

ABRAJI. **Programa Tim Lopes**. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <<https://www.abraji.org.br/projetos/tim-lopes/>>.

ADORNO, S. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. In: *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junho, 2002, p. 7-8. Disponível em: <http://www.esedh.pr.gov.br/arquivos/File/CRIME_E_VIOLENCIA_NA_SOCIEDADE_BRASILEIRA_CONTEMPORANEA.pdf>.

ALMEIDA, Suely Souza. Violência urbana e constituição de sujeitos políticos. In: **Linguagens da violência**. (Orgs.) PEREIRA *et al*, Carlos Alberto Messeder. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 97-112.

ALMEIDA, Fabio. **Cemitério clandestino em Porto Alegre teria cerca de 100 corpos enterrados, segundo MP**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/08/22/cemiterio-clandestino-em-porto-alegre-teria-cerca-de-100-corpos-enterrados-segundo-mp.ghtml>>. Acesso em: 25 fev 2019.

BEDENDO, Ricardo. **Segurança pública e jornalismo** - desafios conceituais e práticos no século XXI. Florianópolis: Insular, 2013.

BENETTI, Marcia. **Jornalismo e perspectivas de enunciação**: uma abordagem metodológica. In: *Revista Intexto*, n. 14, 2006. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4251>>.

Central – o poder das facções no maior presídio do Brasil. Documentário social, 86 min. Brasil: 2016. Disponível em: <<http://www.centralofilme.com.br/>>.

CONSTITUICAO FEDERAL. **Título II, dos direitos e garantias fundamentais, capítulo I, dos direitos e deveres individuais e coletivos, Artigo 5º, inciso LVII**. Distrito Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 set 2019.

DIAS, Anelise Schütz. GUIMARÃES, Isabel Padilha. **Violência, Crime e Segurança Pública**: Mídia noticiosa, crime e violência – Discussões teóricas. In: *Revista Sistema Penal & Violência, Revista Eletrônica da Faculdade de Direito Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS*, v. 6, n. 2, 2014, p. 280-291. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/18645/12629>>.

DIAS, Anelise Schütz. **A redução da idade penal no jornalismo de referência brasileiro: uma análise dos sentidos sobre segurança pública**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132820/000984923.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

DORNELLES, Renato Nunes. **Falange gaúcha: o Presídio Central e a história do crime organizado no RS.** Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

_____. **Facção criminosa cobra pedágio da prostituição em Porto**

Alegre. 2016. Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2016/12/facao-criminosa-cobra-pedagio-da-prostituicao-em-porto-alegre-8787625.html>>. Acesso em: 11 nov 2019.

_____. **São os presos que mandam no presídio e a sociedade paga caro por isso.** 2016B. Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2016/09/renato-dornelles-sao-os-presos-que-mandam-no-presidio-e-a-sociedade-paga-carro-por-isso-7394586.html>>. Acesso em: 11 nov 2019.

_____. **Como funciona a primeira prisão sem guardas do RS.** 2018.

Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/12/como-funciona-a-primeira-prisao-sem-guardas-do-rs-cjpuctrcw0m7s01pigdyep23i.html>>. Acesso em: 11 nov 2019.

ETCHICHURY, Carlos. **A violência na mídia: um estudo de caso sobre a cobertura da criminalidade pela imprensa no RS.**

Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2010. Disponível em:

<<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4697/1/437318.pdf>>.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GHIRINGHELLI, Rodrigo. **Criminalidade e justiça penal na América Latina.** In:

Sociologias, dossiê Sociedade e Direito, n. 13, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222005000100009&script=sci_arttext&tlng=es>.

_____. **Justiça Penal e Segurança Pública no Brasil: causas e consequências da demanda punitiva.** In: Revista Brasileira de Segurança Pública, a. 3, ed. 4, Mar/Abr, 2009. Disponível em:

<<http://www.esteio.rs.gov.br/documents/SMSMU/Revista%20de%20Seguranca%20Publica/REVISTA%20DE%20SEGURANCA%20PUBLICA%204.pdf#page=94>>.

_____. CIPRIANI, Marcelli. **Um estudo comparativo entre facções - o cenário de Porto Alegre e o de São Paulo.** In: Revista Sistema Penal & Violência,

Revista Eletrônica da Faculdade de Direito Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, v. 7, n. 2, 2015, p. 160-174. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/File/22162/13927>>.

IPEA. **Atlas da Violência.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e-pub, 2019.

Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>.

LIMA, Julia. FIRBIDA, Thiago. **Guia de proteção e segurança para comunicadores e defensores de direitos humanos**. E-pub. Disponível em: <https://abraji-bucket-001.s3.sa-east-1.amazonaws.com/uploads/publication_info/details_file/71e8d2f9-f2d7-499b-9171-7cd9c9117595/d500d08e-1ed6-4a7a-ad78-1788849a5ee0.pdf>.

MANSO, Bruno Paes. DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias**. In: *História Oral*, 3, 2000, p.117-127. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=26&path%5B%5D=20>>.

PEREIRA *et al*, Carlos Alberto Messeder. **Linguagens da violência**. (Orgs.) PEREIRA *et al*, Carlos Alberto Messeder. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. In: *Revista Sociologias*, a. 8, n. 16, Porto Alegre, jul/dez, 2006, p. 250-273. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a10n16.pdf>>.

_____. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. In: *Revista Tempo Social* [online], v.21, n.2, 2009, p. 211-233. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-20702009000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

_____. GHIRINGHELLI, Rodrigo. **Violência e sociedade**. In: PORTO, Maria Stela Grossi. GHIRINGHELLI, Rodrigo. **Violência e Sociedade**. *Revista Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/issue/view/623>>.

RAMOS, Silvia. PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RAMOS, Silvia. LEMGRUBER, Julita. **Criminalidade e respostas brasileiras à violência**. In: *Observatório da Cidadania*, 2004. Disponível em: <<http://xoomer.virgilio.it/leonildoc/pdf/criminalidade-cor.pdf>>.

REFUGIADOS DO TRÁFICO. Plataforma online. 2019. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dg-especial-policia/index.html>>. Acesso em: 11 nov 2019.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RONDELLI, Elizabeth. **Imagens da violência e práticas discursivas**. In: **Linguagens da violência**. (Orgs.) PEREIRA *et al*, Carlos Alberto Messeder. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 144-162.

ROSALES, Luana Machado. **Dramatização, responsabilidade e aprovação:** enquadramentos do JN na semana do decreto de intervenção federal. São Leopoldo, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: **Linguagens da violência**. (Orgs.) PEREIRA *et al*, Carlos Alberto Messeder. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 23-46.

TEIXEIRA, Alex Niche. **A espetacularização do crime violento pela televisão:** o caso do programa Linha Direta. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2002. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1538>>.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

_____. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2018.

APÊNDICE I

ENTREVISTA COM RENATO DORNELLES – Realizada em 31 de maio de 2019

Renata Simmi - Para começar eu quero saber de ti: onde tu nasceu, onde tu estudou, se tu tem irmãos, relação com teus pais? Coisas assim.

Renato Dornelles - Bom, eu nasci em Porto Alegre mesmo, em maio de 1964. Eu fui o quarto de cinco filhos. A gente morava numa casa muito humilde. Eu tenho poucas lembranças porque eu saí de lá com três anos, mas eu lembro que era uma casa pequena, acho que duas ou três peças, no Partenon. Os outros quatros irmãos era em uma sequência: a minha irmã mais velha, cinco anos mais velha que eu; depois o irmão quatro anos mais velho; outra irmã três anos mais velha; depois de um intervalo de três anos, eu. Quando eu tinha uns três anos a gente se mudou para a Cavalhada, para um Conjunto Habitacional, em um período assim que tinha só aquele conjunto habitacional. Era quase que isolado naquele perímetro. E ali eu passei praticamente toda minha infância e parte da minha adolescência. Era um lugar legal, um lugar bom de se viver, porque era periferia mas a gente se conhecia, tinha muitos amigos... Mas assim, como todo lugar de periferia, aí a gente vai vendo as trajetórias das pessoas e alguns conseguiram se dar bem na vida. Teve bastante que conseguiram com o futebol, na época era sonho de muito guri... E por incrível que pareça, muitos, relativamente, dali conseguiram chegar até a profissional no Inter, Grêmio, outros times... E saíram algumas pessoas da comunicação. Eu fui um dos que foram para a comunicação. Ali também morou o Adroaldo Guerra Filho, Guerrinha... E também, como em toda periferia, alguns que foram para o lado do crime. Alguns conseguiram deixar essa vida depois de um tempo, houve quem morresse...

RS - Próximos a ti?

RD - De certa forma sim. Alguns bem próximos durante a infância. Então, eu posso dizer que era assim a vida numa periferia. Quer dizer, numa periferia de antigamente. Hoje é bem pior. Hoje, numa periferia, a situação é muito pior. Naquele tempo não tinha esse domínio do tráfico. Nem se pensava em facção naquela época. Mas eu decidi pelo Jornalismo muito cedo. Eu me lembro que quando eu ingressei no então segundo grau, hoje ensino médio, eu já estava decidido que seria jornalista. Talvez

pela minha facilidade em escrever, embora naquela época eu fosse um tanto tímido. Então, eu já tinha decidido. Fiz o ensino médio todo pensando no Jornalismo.

RS - E os teus irmãos mais velhos já tinham cursado uma graduação?

RD - A que é um pouco mais velha que eu, três anos, quando eu entrei em Jornalismo ela entrou em Relações Públicas. Entramos juntos, na mesma turma inclusive, na PUCRS. A mais velha foi para área do serviço penitenciário. Ela fez concurso, entrou na Susepe, foi diretora de presídio no interior. E o meu irmão foi para a área da informática. Ele tem há muitos anos uma loja de informática. Então seguimos rumos diferentes. Os meus pais eram funcionários públicos da Previdência Social. O meu pai ainda foi para o Direito. Depois que se aposentou ele foi advogar.

RS - Eles são vivos ainda?

RD - Não, meu pai faleceu em outubro do ano passado. A minha mãe ainda é viva.

E aí cursei, fiz o curso de Jornalismo. Uma coisa curiosa assim é que, enquanto eu fazia o curso, o único setor que eu não pensava em trabalhar era a editoria de polícia. Achava de certa forma pesado. Eu queria trabalhar com cultura, esporte, mas não com reportagem policial. E aí, em 1986, quando eu estava no último semestre de Jornalismo, a RBS fez uma seleção de formandos daquele semestre e, na época, tinha três faculdades de Jornalismo na região que eram PUCRS, UFRGS e a Unisinos. Me lembro que 82 formandos participaram da seleção e selecionaram dez. Eu fui um dos dez selecionados. Era um projeto para estágio, depois eles criaram um nome para as turmas seguintes que era Caras Novas. Então, nós fomos uma espécie de piloto do Caras Novas, que foi um projeto que a RBS criou depois que formou vários repórteres. Aí quando eu terminei o curso, me formei e não podia mais continuar estagiário, e me ofereceram uma vaga na Rádio Gaúcha, porque na RBS não tinha. O programa Gaúcha Hoje estava em reformulação e eles estavam procurando um produtor que fosse produtor e redator, e me escolheram. E aí, então, eu entrei na Rádio Gaúcha, em setembro de 1986. Em outubro, tinha um colega meu na Rádio Gaúcha que trabalhava na rádio e na Zero Hora, na editoria de polícia. Em outubro, abriu uma vaga porque um colega foi para Brasília e esse colega que trabalhava

comigo na Rádio Gaúcha me perguntou se eu não queria fazer um teste lá. E eu fui fazer um teste na editoria de polícia. Um detalhe curioso é que, quando ainda na infância, o meu pai profetizou que eu seria escritor, porque eu escrevia bem, mas quando eu decidi fazer Jornalismo ele foi contra porque ele achava que não tinha campo de trabalho. Aí, quando eu entrei na rádio ele ficou faceiro. Mas quando eu fui fazer o teste para a Zero Hora, ele achava loucura porque eu já estava na Gaúcha e eu ia ficar muitas horas trabalhando. Mas eu fui por mim, fiz o teste, fui escolhido e comecei a trabalhar paralelamente nos dois. E fiquei paralelamente na Rádio Gaúcha e na editoria de polícia da Zero Hora durante um ano, um ano e pouco.

RS – E tu fazias uma carga horária de quanto tempo?

RD - Pois é. Cinco horas na Gaúcha e na Zero Hora não tinha tempo porque pagava-se hora extra, então, ficava-se o tempo que fosse necessário. E aí, o curioso é que naquela época, como eu tinha que entrar às cinco da manhã na Gaúcha para fazer o Gaúcha hoje, às vezes eu saía da Zero Hora uma, duas da manhã, aí tinha um sofazinho lá na Gaúcha e teve umas noites que eu dormi lá. Era o mesmo prédio. Se eu fosse em casa, era só tomar banho e voltar, então eu dormia ali mesmo. Aí trabalhava até às dez da manhã, trocava de roupa e voltava para a Zero Hora. Mas aí, na Zero Hora, eu comecei a descobrir o que eu achava que tinha rejeição, mas que pelo contrário, eu tive proximidade com esse que, na época, era chamado jornalismo policial. Aí eu comecei a cobrir e me encantar com aquilo, entrar cada vez mais a fundo. Em 1987, não fazia um ano que eu estava na Zero Hora, deu um motim no Presídio Central, que é aquele motim que eu começo o livro Falange Gaúcha. Alguns poucos repórteres se deram conta que durante aquele motim, os amotinados... Nós estávamos muito perto, numa cerca, no Presídio Central, muito perto da sala onde eles estavam com os reféns. A gente conseguia falar com eles. Eles iam na janela, mostravam os reféns, falavam com a gente. Falavam “Nós queremos fugir, não queremos matar ninguém”. Falavam tudo. E nisso, já tinha me chamado atenção porque eu conhecia a maioria dos amotinados por ter feito matéria e eu sabia que a maioria ali era assaltante de banco. Mas me chamou atenção que o Carioca, que era ligado ao tráfico de drogas, estava no meio. E, até então, o tráfico e o assalto a bancos não se conversavam. Cada um na sua, com estilos diferentes. Os assaltantes de banco mais nômades, não tinham paradeiro, e os traficantes com uma base sempre.

E nisso, o Vico, que era o principal assaltante de banco na época, uma hora ele gritou na janela “Vocês vão ver. Daqui vai sair uma quadrilha *afu*”. E aí me chamou atenção, porque, até então, as quadrilhas de assaltantes de banco eram mutáveis, sempre tinha um líder, mas os demais ora atuavam com uma quadrilha, ora com outra, não tinham nada fixo. E quando ele falou aquilo, me chamou atenção e de alguns outros repórteres também. Na sequência começou a acontecer mortes, acontecer outras coisas, e eu fui vendo que tinha ligação entre um fato e outro. E eu fui conversando com presos, conversando com policiais que negavam. Os agentes penitenciários não diziam nem que sim nem que não, mas eu ia perguntando: “Tá surgindo uma organização dentro do crime aqui no Rio Grande do Sul?”. Os únicos que confirmavam eram alguns presos. Eles confirmavam. Até que um dia perguntei... Porque, na época, a única coisa que se falava em crime organizado nesse estilo, no Brasil, era a Falange Vermelha, não era nem o Comando Vermelho ainda. E que eu sabia, porque eu tinha lido, que tinha surgido da junção de assaltantes de banco com traficantes. Aí eu perguntei e pela descrição que um preso me fez, naquela época a gente tinha trânsito mais livre no presídio, era muito parecida com a Falange Vermelha. Aí eu perguntei para ele “Então quer dizer que tem uma Falange Gaúcha?” e ele “É, tem uma Falange Gaúcha”. E eu continuei pesquisando, apesar da polícia negar, eu ia juntando um fato aqui, outro fato ali, mostrava que uma morte – mas, as mortes, naquela época, tudo dentro dos presídios – que uma morte que tinha acontecido aqui tinha relação com a outra. Tudo era sequência, como eu conto no livro. E fui pesquisando. Já nos anos 1990, o Melara já tinha ascendido ao poder, na morte dos primeiros líderes, aí o Melara surgiu e pela primeira vez um governador anunciou a desativação do Presídio Central para o fim de 1996. Construiriam novas penitenciárias que substituiriam, e eu pensei “Bom, vou lançar um livro contando a história do Presídio”, a história da Falange que seria só até ali, e aproveitando como gancho para o lançamento o fim do Presídio Central. Só que não foi desativado e eu acabei... Até tá, isso no livro tá. Ficou um capítulo lá no meio. Mas aí arqueei o livro porque não via um apelo forte.

RS - Mas quando que tu teve a ideia de escrever o livro?

RD - Na verdade, eu comecei a juntar os fatos e foi lá no início dos anos 1990 quando eu vi que um fato tinha ligação com o outro. Aí eu me dei conta de uma coisa. Eu sempre digo nas palestras para os alunos de Jornalismo: o jornalista está

constantemente escrevendo livros, só que ele escreve uma página, um capítulo por dia, e não se dá conta disso. Ele pode escrever assuntos diferentes, mas se ele pegar um determinado assunto que ele cobriu várias vezes, ele vai ver que é uma sequência de coisas. Aí eu me dei conta “Acho que isso aqui dá para virar um livro”. Isso no início dos anos 1990. Até uma coisa curiosa que aconteceu... Porque, aí eu me encarnei muito nesse assunto de presídio, comecei a pesquisar, ler... E uma coisa curiosa aconteceu em uma entrevista coletiva. O governador era o Alceu Collares, eu acho que foi em 1993, por aí, e o Alceu Collares é muito brincalhão. E aí nós fomos para uma mesa comprida, no Palácio Piratini, e eu era o único repórter da área de polícia, o resto era tudo do setor de política, então eles não estavam muito a par dos assuntos. Estava o governador e do lado dele estava o então secretário da Justiça que cuidava dos presídios, que era o Geraldo Gama, e do outro lado eu. Na sequência os outros repórteres. O secretário apresentava dados, falava da situação de tal presídio e eu, como estava a par, dizia “Mas secretário, lá no presídio tal não está assim”, contestava. Nisso o governador ia só me olhando de canto de olho. Aí na quinta contestada ele não se aguentou e me disse “Escuta, estou vendo que o irmãozinho entende tudo de presídio. Isso é por experiência própria?”. Fez uma piada, mas que para mim soou como um elogio. Todo mundo riu, foi aquela brincadeira, mas foi, para mim, um elogio.

RS - Aí ali tu já soube que estava por dentro de toda a questão dos presídios?

RD - Aham, sim. Eu estava muito por dentro, desde aquela época. Só que o livro ficou engavetado durante dois anos. Veio o Diário Gaúcho, eu passei para o Diário Gaúcho com jornalismo popular. Com o livro engavetado, mas continuei trabalhando com essa área de polícia.

RS - Mas aí tu ficou fazendo Rádio Gaúcha, Zero Hora e Diário Gaúcho?

RD - Não. Rádio Gaúcha eu larguei um ano e meio depois. Aí fiquei só freelancer na Rádio Gaúcha. Fiquei na Zero Hora e depois Diário Gaúcho. Eu até fiquei uns dois anos fazendo esporte, mas, mesmo assim, fazia matérias de polícia. Eu até fui editor

de esporte, mas continuava fazendo matéria de polícia. Tanto que ganhei um Prêmio ARI, em 2003, quando não era repórter policial, com uma série de polícia.

RS - Que é aquela série do livro?

RD - Não, antes. Uma outra série. Foi “Dez crimes que abalaram o Rio Grande do Sul”. Mas nesse mesmo ano, em 2003, eu resolvi desengavetar o livro e mostrar para o então editor-chefe do Diário Gaúcho, que era o Cyro Martins Filho. Eu mostrei para ele, ele achou ótimo e tal, e ele recomendou que eu mostrasse para o editor da Zero Hora que era o Marcelo Rech. Mostrei e eu fiquei impressionado que ele leu o livro em duas horas e já me deu uma resposta. Ele me disse que estava ótimo o texto, que estava brilhante, mas faltava um *grand finale*. E realmente faltava. Aquilo me entusiasmou e eu continuava atualizando, pesquisando. Aí em 2005, quando morreu o Melara, que foi o principal preso daquele período, eu mandei uma mensagem para o Rech “Acho que temos um *grand finale*”. E aí ele respondeu “Caiu do céu”. Aí finalizei o livro ali, 2005. Só que eu fui em mais de três editoras e todo mundo elogiava o texto, elogiava e tal, mas “A gente não tá publicando livros desse assunto”. Ninguém queria publicar livro daquele assunto. Aí engavetei de novo. Em 2007, eu mostrei para o David Coimbra, que eu me lembrei que, como o David escrevia muitos livros, ele podia ter uma influência junto a editoras. Ele tentou também umas editoras. A mesma desculpa, que não era o assunto. Mas o David deu uma ideia, falou com o Alexandre Bach, que era o editor-chefe do Diário Gaúcho, e ele perguntou por que eu não fazia o resumo do livro e publicava em forma de série no Diário Gaúcho. O Alexandre comprou a ideia e eu fiz dez episódios, de duas páginas cada um, dez fins de semana seguidos. Em 2007, ganhei o Prêmio ARI, primeiro lugar com a série. E aí, três editoras vieram atrás querendo publicar o livro. Aí, em 2008, eu lancei o livro pela RBS Publicações. Dias antes do lançamento do livro, a Tatiana Sager, minha amiga que eu conhecia de anos e fazia tempo que eu não falava com ela. Eu fui em um programa de TV falar sobre o livro e ela foi no mesmo programa e levou um cineasta, que ela tem uma produtora de cinema. Aí eu encontrei ela, ela perguntou o que eu estava fazendo lá, falei que ia lançar um livro e ela pediu que eu mandasse o convite. Eu esqueci de mandar o convite, mas ela tinha acompanhado sobre o lançamento do livro na imprensa e apareceu lá com três livros. Autografei e três dias depois ela me ligou dizendo que queria os direitos para fazer um curta-metragem, um documentário

baseado no livro. Ela inscreveu em edital e anos depois ela conseguiu o edital e saiu o curta-metragem *O Poder Entre as Grades*, que é totalmente baseado no Falange. Aí eu já tive minha primeira experiência como roteirista, gostei da ideia e tal. E aí, eu conversando com a Tatiana, e sobrou tanta coisa e “o que a gente vai fazer com o que sobrou?”. Aí a gente teve a ideia em conjunto: “Por que a gente não faz um documentário sobre o Presídio Central?”. E aí nasceu a ideia de fazer o documentário sobre o Presídio Central. Foram várias etapas vencidas. A primeira etapa foi fácil, porque a gente teve o total apoio do juiz da Vara de Execuções Criminais, que era o Sidinei Brzuska. Aí ele autorizou e nós fomos na direção do Presídio que foi um pouco resistente.

RS - Em que época foi isso?

RD - Aí já era 2014. *O Poder Entre as Grades* foi em 2013 e em 2014 a gente começou a batalhar para conseguir. A Brigada Militar estava bastante resistente lá dentro do Presídio e tal. Até conseguimos entrevista com eles, com um ou outro preso, mas a gente não conseguia avançar. E a Tatiana sempre teve em mente que ela queria filmar o interior das galerias. E nós sabíamos que só existia uma maneira, que eram os próprios presos filmarem, que a gente não conseguiria entrar. Mas, no fim do governo Tarso houve uma transição no Presídio Central, foi aí que, interinamente, assumiu o Major Dagoberto Costa na direção do Presídio. E aí ele nos autorizou, mas só que depois vinha a etapa mais difícil, que era convencer os líderes de facção, que eram os líderes de galeria, e a maioria era líder de facção. Eu e a Tatiana tivemos uma primeira reunião com cinco ou seis líderes de facção. Me lembro que estava a facção Os Manos, facção Bala Na Cara estava um laranja, não era o líder, bem perdido na reunião, estava o líder dos Abertos, líder da Conceição e o líder da Farrapos. Tivemos essa reunião, apresentamos o que nós queríamos, disseram que iam discutir com o pessoal, aquela coisa toda. Depois a Tatiana teve umas duas ou três reuniões que eu não pude participar por causa do meu horário de trabalho. E finalmente tivemos uma reunião com todos os líderes de galerias, uma grande reunião, participou o Brzuska.. Foi uma reunião bastante tensa, a gente expôs os planos. A gente entendeu ali que eles tinham uma preocupação que eles não queriam que a gente mostrasse a superlotação.

RS - As facções não queriam?

RD - Não. Por quê? Porque as facções querem as galerias superlotadas, porque quanto mais lotada, maior arrecadação, mais mão de obra. Eles faturam muito ali dentro. Mas mesmo assim, a Conceição e a Farrapos autorizaram que eles entrassem, mais a galeria das travestis e mais a galeria dos que tem curso superior e ex-policiais.

RS - Essas facções, Farrapos e Conceição, tu sabes quais eram as galerias deles?

RD - A Conceição era a segunda do A, e a Farrapos a primeira e a terceira do D. E aí a gente conseguiu colocar câmeras dentro dessas galerias.

RS - E o que vocês diziam para eles? Eles negociavam com vocês alguma coisa? Tipo, “a gente só libera se vocês fizerem tal coisa”?

RD - Isso. A Tatiana foi firme e negou de cara. Eles queriam assistir. Nós dissemos “Não, ninguém vai censurar. Fica a critério de vocês autorizar ou não, mas o que vier de imagem para nós a gente quer autorização de usar. A gente não vai passar por um crivo, uma censura prévia”. Essa foi a única exigência que eles fizeram e nós recusamos. E aí quem liberou, liberou. E assim a gente produziu o Central.

RS - E quando vocês apresentaram a ideia para eles, vocês disseram...?

RD - A gente quer mostrar a realidade. A realidade do Presídio Central. Tanto que no filme tem um cara que filma, que ele fala em um determinado momento, ele tá explicando para outros presos, tá aparecendo imagem do esgoto escorrendo e ele tá explicando para os outros presos “Ah, eles querem fazer um filme tipo Carandiru. Então eles querem ver o dia a dia da cadeia”.

Na época, uma assessora de imprensa da OAB disse que queria conhecer o Presídio Central e falava comigo “quando vocês forem lá, me levem” e depois que ela viu o filme ela disse “Não quero mais. Fiquei com medo”.

RS - Tá, e aí depois dessa negociação, vocês levaram quanto tempo gravando?

RD - É que na verdade, a gente já vinha gravando. A gente começou a gravar em 2014. Isso já era início de 2015. Antes de o governo Sartori mudar a direção do Presídio. Começou no fim do governo Tarso, até foi antes da eleição que o Major Dagoberto assumiu, em outubro, e ficou até o início de 2015, quando depois o governo Sartori mudou. Mas aí a gente já tinha gravado muita coisa. E aí, diz que a gente vai mudando o filme conforme... Aí veio isso aí e a gente mudou todo o filme.

RS - E como foi essa coisa de dar a câmera para eles?

RD - Na primeira vez, foi a própria Brigada que entregou. Mas a última vez, quando a gente achou que precisava mais coisa, aí a gente conseguiu conversar com o então líder da Conceição e explicar para ele o que precisava.

RS - E eles preparavam o material em quanto tempo?

RD - Eles ficavam filmando. Esse da Conceição foi maravilhoso. Infelizmente a gente não conheceu ele, mas eles ficavam filmando até o dia em que a gente fosse lá e buscasse a câmera. Ele foi maravilhoso porque ele teve uma sensibilidade... A gente explicou para o líder que explicou para ele que a gente tinha uma dificuldade, que tudo isso precisa de Direito de Imagem. E ele, para não pegar um papel, escrever, ele gravou com as pessoas. “Como é todo teu nome, meu bruxo?” aí o cara falava todo o nome. “Tu autoriza o uso tal, tal, tal...”. Ele gravou os Direitos de Imagem. O cara muito inteligente. Tem uma parte que ele filma a fila do café e ele pega as pernas dos caras. A fila andando. Ele mostrou de uma realidade. E ele vai narrando “Ó, esgoto entupido”. “Dia de visita, pessoal se arrumando”. Ele vai narrando de uma maneira incrível. Tem algumas partes que a gente não usou também, mas ele descreve muito bem. Foi ótimo. Esse foi o melhor de todos. Aí a gente tem muitas imagens que a gente não mostrou, ainda vão ao ar na série que a gente tá terminando, de 13 episódios, que é *Retratos do Cárcere*, que vai ao ar agora no segundo semestre, na Box Brasil.

RS - Que legal!

RD - É. Mas então, isso é uma sequência: o jornalismo, literatura, audiovisual. Uma sequência na minha carreira.

RS - E no final das contas, o jornalista é tudo isso, né?

RD - Tudo isso, exato. E é o que eu digo hoje “Não fiquem presos numa área. Sempre esteja preparado para uma outra”. Hoje já se fala que o papel vai minguando, o jornalismo impresso vai diminuindo, veio o jornalismo online. A gente tem que estar sempre preparado para outras áreas.

RS - Essa é um questionamento que eu quero te fazer. Quando tu iniciou na editoria... O que tu nota de diferença de como era a prática dos repórteres antes e de como é agora?

RD - Bah, muito diferente. Eu peguei ainda o período de transição. Até isso é uma coisa que eu e o editor-chefe da Zero Hora, a gente tá trabalhando, falando um pouco da história do jornalismo policial. Nos anos 1970, os jornais pegavam muitos policiais para ser repórter porque, para eles, já era mais fácil. Ele já estava com o fato ali e tal. Claro, mas aí, mostrava sempre a versão da polícia. Não falava evidentemente em tortura, não falava nada que manchasse a imagem dos colegas. Então, só a versão da polícia. Nos anos 1970, muitos (não todos), tinha jornalista também, né, andavam armados. Até uma coisa que colocaram agora nessa discussão de que o Bolsonaro, no decreto, libera para o jornalista dessa área andar armado. Andavam armados os repórteres daquela época. Tinham práticas, não todos, evidentemente, vamos deixar claro, mas alguns assim, tinham práticas absurdas. Eu soube de casos assim que precisavam de uma foto de um suspeito de um sequestro, foram na casa da mãe dele, derrubaram a porta, se apresentaram como policial e exigiram que ela entregasse uma foto. Coisas absurdas. E eu peguei uma fase, já no início dos anos 1980, da metade dos anos 1980, como acabava a ditadura, vinha a abertura política, acabavam os presos políticos. Os movimentos de Direitos Humanos voltaram-se, então, para os presos comuns. E eu peguei essa fase em que o jornalismo... Aí, eu tenho assim, o Luiz Neumann, o João Carlos Rodrigues, o Mário Rota, principalmente três repórteres

que trabalharam comigo e que, mais ou menos, me levaram para esse caminho de trabalhar a questão dos Direitos Humanos. Por isso que tu colocou, da questão social. De trabalhar o jornalismo... Direito Humanos, entende? As pessoas têm uma ideia errada de Direito Humanos, totalmente equivocada. Então tu fala que trabalha com jornalismo e Direitos Humanos e aí já começa a ser xingado. Mas de quê? De fiscalizar, enquanto jornalista, de cobrir, denunciar, quando há violação de Direitos Humanos, há violação da lei. Seja pela polícia, seja por quem for. E ali no início eu participei menos, mas os meus colegas João Carlos Rodrigues e o Darci Demétrio ganharam, em 1987, o Prêmio Esso de jornalismo com uma reportagem aqui sobre o caso do homem errado. Um operário negro confundido com um assaltante foi executado. Virou filme agora, recentemente. Até eu dou depoimento no filme.

RS - E sobre essas práticas que tu comentou, por exemplo, do jornalista que se passou por policial para conseguir a foto do suspeito... O que tu vê hoje em dia, na preocupação do repórter policial... Tanto na triagem do material sobre o que deve ou não deve ser relatado, quanto na prática mesmo, conseguindo informação... Como funciona?

RD - Hoje tem uma série de questões éticas. Até também porque hoje é muito mais fácil de ser processado. Eu vou te dizer uma coisa absurda que aconteceu comigo e que eu me penitencio e vou me penitenciar para o resto da vida. Nos anos 1980 ainda, houve um assassinato aqui nas imediações da Redenção, na José Bonifácio, um professor de educação física foi assassinado e uns dois, três dias depois a polícia de Canoas achou o carro dele e atrás tinha um carro com um homem mexendo nas coisas, no seu próprio carro. A polícia prendeu esse homem, chamou e disse “Flagramos ele tirando coisas do carro do professor e levando para o carro dele”. E eu tentei entrevistar, ele estava nervoso, não quis falar. E naquela época, nos títulos de polícia, se indiciava, se denunciava, se julgava e condenava. E o título foi bem grande: “Preso o matador do professor” com uma foto deste tamanho. Um tempo depois prenderam um outro personagem do meu livro que era menor de idade, o Bicudo, quando do meu livro ele já era maior, mas o crime que ele cometeu quando menor, prenderam e descobriram que ele tinha matado o professor. E quando saiu a matéria lá no dia, entra um homem na portaria da Zero Hora, me avisam que queria falar comigo, um homem super humilde, que eu sabia que conhecia, mas não me

lembrava de onde. E ele “O senhor não se lembra de mim?”, e eu “Não”, e ele “Eu sou esse aqui” e me mostrou a folha do jornal. Às vezes eu choro até de me lembrar. Aí ele só, humildemente, me pediu se não dava para falar que não era ele. E eu falei para o meu editor. E no outro dia saiu uma notinha pequena. Tu vê que quase uma página inteira quando ele era acusado, e uma notinha pequena dizendo que não era. Não sei o que aconteceu com essa pessoa. Talvez eu tenha destruído a vida dessa pessoa, involuntariamente. Me penitencio até hoje. Eu faço essa confissão para ti e talvez eu nunca tenha feito ela publicamente. Só para pessoas mais íntimas. Mas a gente tem que falar, até para que erros desse tipo nunca mais sejam cometidos. Eu também era um repórter novo, mas também não fui o autor do título. Isso fique bem claro. Hoje, o que eu te digo de diferente, as pessoas ficam bravas, mas para nós, enquanto não transitar em julgado, a pessoa é suspeita. Enquanto a pessoa não for julgada... Quem julga é a Justiça. Nós, jornalistas, não estamos aí para julgar. Nem em caso de confissão. Porque há muitos casos de confissão em que a pessoa confessou sob tortura ou qualquer outro problema. O Caso dos Irmãos Naves é um clássico da literatura policial sobre isso, de haver uma confissão e as pessoas serem inocentes. Então, hoje a gente tem todo esse cuidado de nunca condenar ninguém, é suspeito. A gente é xingado. Quando a matéria é publicada na internet, as pessoas comentam “Vocês estão defendendo”, “Suspeito coisa nenhuma”, “Esse aí é um bandidão”... Bom, existe a Justiça para isso. Existe um delegado para indiciar, um promotor para denunciar e um juiz para julgar. Não somos nós que temos que sentenciar ninguém. Nós temos que fazer o jornalismo, fazer a notícia. Eu acho que o jornalismo ele não pode ficar simplesmente no fato, entende, e não buscar, ou pelo menos apontar, possíveis soluções. Eu venho a vida toda mostrando que o sistema está falido. Tenho mostrado no jornalismo, na literatura, tenho mostrado no audiovisual. O sistema é um sistema falido. Mas aí quando me surge uma solução, mínima que seja, mas que já seja um avanço, eu acho que eu tenho obrigação de mostrar isso. Acho que o jornalista tem essa obrigação. Não só mostrar problemas, mas também mostrar o lado bom, o lado que funciona, alertar as pessoas que é possível um caminho diferente. E é nisso que eu procuro trabalhar muito, sempre que possível.

RS - E voltando um pouco. Tu teve algum tipo de inspiração? Algum jornalista que te inspirou? Alguma coisa para tu justamente ter a linguagem que tu usa, a fonte que tu entrevista?

RD - Tiveram alguns jornalistas que eu sempre admirei o trabalho. Cito alguém que eu sempre, não só o trabalho que é mostrado na TV, mas o trabalho até que não é mostrado, que é o Caco Barcellos. Ele é um mestre. Quem assiste uma palestra dele, vê o audiovisual dele, vê que ele é um mestre do jornalismo. O livro, quando eu escrevi, eu me inspirei muito no Valério Meinel, que é um jornalista pouco falado, mas era um jornalista do Rio de Janeiro, que foi repórter policial durante muito tempo, que escreveu um livro que, para mim, é um grande livro, infelizmente pouco falado, que é “Avestruz, águia e cocaína”. Ele conta a história do jogo do bicho no Rio de Janeiro, chegando até a questão do tráfico de drogas. É um livro sensacional. No documentário Central, eu e a Tatiana assistimos várias vezes “O Prisioneiro da Grade de Ferro”, do Paulo Sacramento, e também o “Ônibus 174”, que é sobre o sequestro de um ônibus no Rio de Janeiro, do José Padilha. A gente assistiu várias vezes e se inspirou muito. Então te digo que no meu trabalho, eu me inspirei muito nesse tripé. Claro, eu me inspirei em vários, posso citar vários. Mas assim, o que eu posso dizer que eu acho, que o que mais me influenciou e que me influencia até hoje é eu ter aberto o leque. Não ter ficado buscando inspiração só nos jornalistas. Juízes, promotores, advogados, muita gente assim influenciou no meu trabalho. Aprendi com muita gente nesse período. Hoje eu digo que tem um grupo de pessoas muito próximas que atuam muito nessa área, que me respeitam, respeitam bastante o meu trabalho. Às vezes eu fico emocionado da maneira como falam comigo. Tem uma juíza que fala “Mas o senhor sabe. Talvez o senhor saiba até mais que eu”. Também alguns sociólogos, especialistas. Teve um especialista em segurança pública, que a primeira vez que eu entrevistei ele, ele parecia muito nervoso. Ele dizia “Vou falar isso para ti? Talvez tu saiba mais que eu sobre isso”, sabe? As pessoas até exageram um pouco. Mas, de qualquer maneira, me sinto honrado. Até no 13º Fórum Brasileiro de Segurança Pública eu fui palestrante, e eu estava no meio só de mestres e doutores e eu não tinha nem mestrado nem doutorado. Eu vinha da experiência empírica, experiência jornalística, mas um autodidata na pesquisa dessas áreas. Na plateia, assistindo a minha palestra, estava a Camila Nunes Dias, que é uma pessoa que eu tenho como ídolo, porque ela é uma socióloga que acredito que mais estudou o PCC. O jornalista

também e sociólogo Bruno Paes Manso. Eu não sabia que ele estava na plateia, e agora eu fui entrevistá-lo, me apresentei, e ele disse “Mas eu te conheço, eu assisti tua palestra no Fórum”. Estava a Julita Lemgruber, que foi a primeira mulher a comandar o sistema penitenciário carioca. Então, meus ídolos estavam todos na plateia me assistindo falar. Aquilo para mim foi uma experiência inesquecível.

RS - Como tu acha que tua trajetória de vida influencia na tua profissão? Ou elas são coisas que não tem distinção?

RD - Tem sim. Eu, durante um tempo, no meu segundo casamento, eu morei em uma comunidade dominada pelo tráfico, na zona sul. E aí eu senti, não como jornalista, mas senti o que é a vida das pessoas que acordam de madrugada com tiroteio perto, ter que mandar crianças para baixo da cama, o que é toque de recolher, o que é tu passar e os traficantes nas esquinas vão dando recado para o outro, a senha “Tá sereno” para dizer “Tá tranquilo”. Então, muita coisa assim, de como as pessoas vivem oprimidas quando vivem em uma comunidade dominada pelo tráfico. Eu senti isso. Mas claro, além disso, de conversar com as pessoas e entender as pessoas. Acho que isso aí é obrigação do jornalista, na área que ele cobre, ele conversar com as pessoas, com as fontes, e se colocar no lugar delas. Porque aí tu começa a ter um certo entendimento e tu deixa de ser frio. Tu começa a entender o problema das pessoas. E talvez, muito disso faz com que meu trabalho se volte para o lado social. Uma mãe que chora a morte de um filho que morreu na guerra do tráfico... Ela não criou ele para ser traficante. Ela perdeu ele para o tráfico. E muitas vezes essa mãe ela é julgada como se fosse culpada. A sociedade, muitas vezes, não quer dar nem o direito dela de chorar a morte do filho. Como se ela não tivesse o direito nem de chorar a morte do filho. “Ah, mas era um bandido”. Não, era o filho dela. Ela não criou ele para isso, mas ela perdeu, perdeu para o tráfico, porque ela tinha que trabalhar. O filho ficava em casa, daqui a pouco abandonou a escola pois a escola estava cheia de problemas e não o atraiu, o traficante está passando todos os dias na frente, tentando seduzi-lo, vem o mito do dinheiro fácil, etc.. Toda uma história, e ela perdeu. Ela não consegue dar para o filho coisas que a sociedade de consumo parece que exige das pessoas e ele quer ter, como vários outros têm, e ele se acha um ninguém se não tiver... E assim vai. E aquela mãe chora a morte do filho. Então a gente tem que entender. Tem que se colocar sempre no lugar do outro para não fazer uma

matéria simplesmente fria. Não vou dizer que tem que defender este ou aquele, mas a gente contar uma realidade, um fato... Sabe?

RS - Sim. E ao contrário, tem alguma coisa da profissão que influencia na tua vida?

RD - Sim. As coisas que a gente aprende na profissão. Até para aconselhar as pessoas. Muitas vezes tu tem que dar conselho para as pessoas. “Não faz isso porque tu vai colocar tua vida em risco, colocar tua família em risco”. E eu mesmo, quando eu fui assaltado, que colocaram uma pistola na minha cabeça, as primeiras coisas que me vieram em mente foi aquilo tudo, aqueles conselhos de quando for assaltado não fazer movimentos bruscos, narre tudo o que você está fazendo para o assaltante. Aí eu falei para ele, ele estava muito nervoso, drogado, aí eu dizia “Vou botar a mão no bolso do casaco e pegar dinheiro para te dar”. Eu fui narrando, peguei o dinheiro, ele deu as costas e saiu. Mas então, muito da profissão a gente também leva para a vida. Tu está constantemente arriscado a vivenciar uma daquelas situações que a gente está narrando no jornalismo.

RS - Tu tem algum planejamento profissional, alguma coisa que almeje e que ainda não conseguiu fazer?

RD - Agora, claro, no jornalismo evidentemente ainda quero mais, alcançar mais. Alcançar eu digo em termos de trabalho, porque o que nos deixa realizado é o trabalho. O reconhecimento, fazer um trabalho bom, um trabalho que seja reconhecido. Ainda tem muita coisa que quero fazer no jornalismo. Mas também estou investindo bastante na questão da literatura e do audiovisual. Também quero ter um trabalho marcante. Acho que, tanto o Falange quanto o Central, foram duas coisas assim, para primeiros trabalhos. No caso, o Central o primeiro longa-metragem... O Falange, a primeira edição esgotou, a segunda eu não sei a quantas anda, mas um livro que já serviu de fonte para mais de vinte trabalhos da academia. Entre dissertações, teses e TCCs, talvez mais até na área do direito, da sociologia, do que do jornalismo. Foi um livro que gerou um curta-metragem, um longa-metragem, e agora uma série. O livro que serviu de base na questão carcerária no Fórum aqui no

Rio Grande do Sul. Serviu de fonte. Tanto que foi anexado numa representação para a OEA. Então eu acho que o Falange, para um primeiro livro, me deu muitas satisfações. Por que o que é a satisfação? É saber que ele está fazendo as pessoas, de alguma forma, refletirem e está fazendo alguma diferença na sociedade. E o Central a mesma coisa. O Central foi assistido por mais de 16 mil pessoas no cinema. Com ele, eu e a Tatiana, só em 2017, fomos a mais de 50 palestras, até nas principais universidades do país, USP, UNB. Ele foi premiado em Lisboa, foi premiado em Barcelona. Nós estivemos com o filme e com palestras em Milão e Roma. E muitos brasileiros, mas uma série de italianos surpresos e apavorados, que o filme passou legendado, e eles apavorados com a situação do sistema carcerário brasileiro. Recentemente, um juiz tomou uma decisão e depois, ele falando com um repórter, umas das coisas que ele falou foi para o repórter a assistir o filme para entender o porquê ele tomou aquela decisão. Então eu acho que, para mim, o grande prêmio do trabalho é esse, saber que ele tá fazendo a diferença na sociedade. A gente teve apresentação para juízes... São coisas pequenas, mas que ficam marcadas. Eu me lembro que ano passado eu fui arrolado como testemunha de um júri de um fato que eu não estava presente, não presenciei o crime, foi dentro do Presídio Central, mas fui arrolado em função do livro. E eu fui arrolado pela defesa, e a promotora, quando me viu, sorriu. E aí acabei dando respostas reais, que tanto um quanto o outro usaram as minhas respostas. E quando eu terminei o depoimento... São coisas pequenas, mas que são grandes para mim. Eu levantei, me despedi, a juíza me agradeceu e disse "Muito obrigada pelo seu comparecimento" e falou baixinho "E parabéns pelo filme". Então é isso. Que bom que o filme está tendo essa aceitação e as pessoas estão entendendo a mensagem do filme, assim como o livro. Então o que eu desejo é isso, é continuar trabalhando nesse sentido. Fazer coisas que as pessoas reflitam. Isso é um prêmio. Foi muito legal porque, meses antes do pré-lançamento, a gente entregou uma cópia do filme para o promotor, na época, Gilmar Bortolotto, e uma para o Brzuska. E depois o Brzuska estava me contando que foi tanta coincidência, que os dois assistiram no mesmo horário do dia seguinte. E o Brzuska disse que começou a ver aquilo, se apaixonar, e quando ele terminou de ver o Bortolotto ligou para ele, e ele não sabia que o Bortolotto tinha uma cópia. E o Bortolotto ligou para ele, mas o Bortolotto sabia que o Brzuska tinha uma cópia, e perguntou para ele "Tu chegou a assistir?". E aí os dois começaram a comentar com entusiasmo e tal. E eu acordei no sábado, abri meu Facebook e lá estava um post do juiz Brzuska falando assim "A

gente costuma ouvir dos presos: ‘Ah, doutor, o senhor sabe como funciona o fundo da galeria’, aí ele descreve assim “Agora todos poderão ver. Parabéns Tatiana Sager, parabéns Renato Dornelles e Panda Filmes pelo melhor documentário já feito sobre o sistema prisional”. Aí eu acordei com aquilo assim... Liguei para a Tatiana e o Bortolotto tinha ligado para ela para elogiar. Aí a gente viu que estávamos no caminho certo. Mas mesmo assim, ainda levamos meses para fazer o pré-lançamento, em 2015. Depois levamos um ano e meio para lançar mesmo. Porque tudo, eu acho, tem que ter o seu tempo. Mas o legal nesse meio tempo, quando o Brzuska fez esse primeiro post, eu me lembro de muita gente comentando que queria assistir. Aí depois, que foi fundamental para o filme, que foi o marketing, que a Paola Rodrigues, hoje está trabalhando em Brasília, mas ela criou uma página no Facebook para divulgar o filme. E o que me impressionou foi a quantidade, principalmente de universitários, que nos comentários marcavam outros. Aí iam se marcando, se marcando, e diziam “Ah eu quero ver. Que legal. Vamos ver”. Aquilo para mim foi um fenômeno.

RS - E a série está prevista para quando?

RD - Talvez final de agosto. Estamos finalizando os dois últimos.

RS - Vocês estão gravando coisas novas ou reaproveitando o material do Central?

RD - Gravamos coisas novas. Depois do Central a gente gravou. Mas aí gravamos não só aqui, mas gravamos Rio de Janeiro, São Paulo, outros estados.

[ele me mostra um vídeo no celular, onde um dos presos entrevistado durante o Central, já em liberdade, vai assistir o documentário]

RD - Esse cara é um sociólogo de vivência. Ele fala tudo o que o juiz, o promotor fala, por ter aprendido lá. Ele aprendeu tudo.

RS - Ele era de qual facção?

RD - Ele não chegou a falar, talvez para não se comprometer. Ele não falou de qual ele pertenceu. Mas quando a gente falou com ele, ele já estava na galeria para tratamento de dependentes químicos.

RS - Esse vídeo é para a série?

RD - Não, foi só um registro que a gente fez de quando ele foi assistir o filme com a família.

RS - Que características tuas tu acha que te ajudam para exercer o jornalismo?

RD - Acho que primeiro a persistência, o interesse pelo tema. Quando tu abraça um tema assim... Eu estou sempre lendo, sempre assistindo coisas sobre isso. Sempre me inteirando. Isso eu acho fundamental para tu ter uma real compreensão do tema. Paciência. E eu acho fundamental que tu tenha um lado humano para tu entender. Porque é uma coisa que envolve muito essa questão humana, questão social. Não adianta. É algo em que tu não pode ser frio, tu não pode ser simplesmente um cumpridor de uma pauta. Vai lá cumpre, coloca uma matéria fria. Só a notícia pela notícia.

RS - Tu tem algum tipo de esperança, alguma coisa que te faça acreditar que o sistema pode melhorar? Tu acha que o contexto atual pode mudar?

RD - Eu acho muito difícil. Acreditar a gente sempre acredita, mas muito difícil. É uma dificuldade muito grande porque não há, justamente, a vontade política. E a sociedade parece regredir. A sociedade parece não entender que um sistema mal gerenciado, que o sistema, da maneira como é, ele é prejudicial para a própria sociedade. A ideia do Central, do filme, é justamente essa, fazer com que as pessoas... Conseguimos fazer com que muita gente revisse o seu pensamento. Mas as pessoas acham que o presídio, quanto pior para o preso, melhor para a sociedade, e na verdade é ao contrário. Está se gastando para tornar as pessoas piores e para que o crime organizado se organize cada vez mais, se fortaleça cada vez mais. Então, é difícil,

porque tem que convencer muita gente. Mas a gente tem que acreditar, né, e cada um fazer uma parte e quem sabe aí a gente consiga, a longo prazo, mudar um pouco a mentalidade. Porque só uma mudança de mentalidade pode mudar isso. O sistema ele é pensado só como forma de punição. Ele não é pensado como forma de ressocialização. Não digo nem ressocialização, porque muitos que foram parar lá não chegaram nem a serem socializados. Tiveram uma infância vulnerável, uma adolescência nos piores meios possíveis. Eu tenho certeza de que muitos que estão ali não sabem nem o que é o certo e o que é o errado. Até porque, a gente tem uma série de entrevistas com os guris da Fase, e na mentalidade de alguns fica muito claro que a ideia deles é tipo, eles roubam um carro de quem tem dinheiro para comprar outro. Outros matam e dizem que matam só gente ruim, porque botaram na cabeça deles, aos 12, 13 anos, que o seguinte, tu vai matar porque essa pessoa é ruim essa pessoa faz maldade. E uma coisa que eu sempre falo com os estudantes de direito, tu imagina um guri de 18 anos que viveu num mundo desse, em que o traficante é o bom e, daqui a pouco, ele entrou para o tráfico. O PM vai lá e prende ele porque ele está vendendo drogas. Aí leva para o delegado que vai autuar em flagrante porque estava vendendo droga. Aí o juiz vai homologar o flagrante e talvez uma audiência de custódia e vai dizer “Tu vai para o presídio porque tu estava vendendo droga. Não pode vender droga. Tu sabe disso”. Aí pegam ele, levam para o presídio e vão colocar ele no lugar onde mais se vende droga. Aí imagina a cabeça dele “Me tiraram da rua porque eu estava vendendo droga e me colocaram no lugar onde se vende droga livremente”. Um lugar que não se podia vender nada, de jeito nenhum. Se vender droga é crime, o presídio é o lugar onde não se poderia vender droga de jeito nenhum. E é onde mais se vende com tranquilidade. Ali eles estão fechados nas galerias deles, o Estado não está tendo a mínima ideia, porque o Estado não tem a mínima penetração nas galerias enquanto os presos estão dentro. A dinâmica é toda estabelecida pelos próprios presos, pelas facções, no caso. Então é isso que eu digo. O sistema está falido e por isso que é muito importante... Nós temos um episódio nessa série sobre a APAC. Nós visitamos Itaúna e passamos um dia inteiro no feminino e um dia inteiro no masculino. E é impressionante. No masculino, por exemplo, a gente vê os presos acordando às seis da manhã, fazem uma oração, tomam um café, começam a primeira jornada de trabalho, uma jornada remunerada, outra jornada voluntária que eles fazem trabalhos para a comunidade e tal, e um turno de estudo. Três turnos de atividades. E todo mundo feliz. Ninguém reclamando,

ninguém querendo sair de lá. Mais de 200 presos. Todo mundo fazendo com entusiasmo, sabe? Estão naquela rotina, estão trabalhando o dia todo, e a maioria com condenações altíssimas. Tem gente condenada há 30 anos. Na nossa APAC aqui, os primeiros que chegaram, eu entrevistei eles, e os dois com condenações de mais de 30 anos. Na APAC é impressionante. Tu não diz que a pessoa cometeu tal crime. Eu tenho um caso, não é de APAC, mas um caso que ele deve estar para sair, se é que já não saiu, que é o Félix. Ele estava há mais de 30 anos preso. Em 2002, 2003, eu editei um livro que ele escreveu, o primeiro foi o David Coimbra que editou e o segundo foi eu. E foi lançado na Feira do Livro daquele ano, 2002 ou 2003, dentro da PASC. Foi a reitora da UFRGS e foi o presidente da Câmara do Livro, que era o Paulo Ledur, nós fomos todos para dentro da PASC lançar o livro desse preso que eu editei. Ele era conhecido como o monstro do Partenon. Ele cometeu os crimes dos mais horríveis que tu pode imaginar. Aí eu entrevistei ele, no ano retrasado, em que ele falou da vida dele. Aí ele começou a me falar... Tu vê só, um menino que de quatro ou cinco irmãos, ele era o mais velho, tinha cinco anos, o pai abandonou a família e a mãe enlouqueceu e largou os filhos. Aí, conseguiram localizar a avó e ela pegou eles e conseguiu localizar a mãe. Daí o avô faleceu, a avó não tinha condições de ficar com todos, devolveu ele para a mãe. E a mãe já estava em outro relacionamento e o cara disse “Ou ele ou eu”. E aí ela convenceu ele de que iam largar ele num lugar maravilhoso, num lugar que ele ia gostar. Era a antiga Febem. Aí ele fugiu e disse que aprendeu tudo na rua. E na rua ele sofria as maldades, era violentado, aí ele aprendeu, estuprou, fez horrores. Tanto que ele ficou conhecido como monstro do Partenon. Mas aí, dentro do presídio, ele disse que aprendeu a questão de disciplina, aprendeu a ler, começou a escrever livros. Se tu falar com o cara hoje, tu não vai acreditar que ele tenha sido o monstro do Partenon. Ele disse “Aqui dentro que eu aprendi a ser gente”. Tá para sair, conheceu uma mulher por correspondência, sei lá, casou com ela, teve dois filhos. A filha já está formada. E agora que ele tá para sair, parece que vai para Minas Gerais com a mulher. Mas agora ele é outra pessoa. Muitas pessoas não tiveram uma oportunidade que uma APAC pode dar, oportunidade de as pessoas entenderem o que é a vida, o que é certo, o mal que elas causam quando cometem um crime. Elas entenderem isso. O mal que elas causam para a vítima e para a própria família. A mãe que tem que ir lá se humilhar, etc.. Essa reflexão.

RS - Para nós essa reflexão e esse juízo de valor é um processo natural, mas para essas pessoas que vivem nessa lógica...

RD - Que vivem no mundo em que vivem. O homem é muito o produto do seu meio. Aquele meio que te circunda, que vai, mais ou menos, te dizer o caminho que tu vai tomar. Raras exceções, claro, nem todos. Mas se tu vive num mundo de crime, num mundo de injustiça, tu vai acabar assim. O Jorge Gomes que é outro personagem do filme, ele é um baita frasista. No fim do filme a gente botou uma frase dele, que ele explica a lógica do Presídio. Ele diz "Para tu habitar o inferno e sair dele vivo, tu tem que virar demônio também". É como a gente encerra o filme. Depois daquele que fala "Só os forte sobrevivem", a gente botou essa frase.

RS - Nossa, isso é muito forte.

RD - Sim.

APÊNDICE II

ENTREVISTA COM RENATO DORNELLES – Realizada em 7 de outubro de 2019

RS – Como tu construiu a relação com as fontes dentro do presídio? Pessoas que estavam envolvidas com o crime?

RD – Acima de tudo, uma coisa que eu percebi, em boa parte, é que, por mais paradoxal que possa ser, existe no pessoal do crime, uma certa ética, vamos dizer assim. Uma ética, pelo menos enquanto presos, uma ética de respeitar o trabalho quando reconhecem que é feito com seriedade. Sem sensacionalismo, que é uma coisa que eu percebi bastante... eles não gostam quando a coisa é sensacionalista e quando acham que há mentiras, exageros, eles também não gostam. Agora, mesmo sendo coisas contra eles, quando eles entendem que há verdade e que foi tratado com seriedade, pelo menos assim foi comigo nesse período. Tanto para o jornal, como para o livro, como para os documentários e agora para a série que a gente está fazendo. Lidei muito com prisioneiros, com homens aprisionados e sempre nessa relação assim. Claro que assim, por exemplo, no Central, chegaram a querer fazer exigência, alguns líderes de facção fizeram exigência de que o material fosse mostrado para eles antes e a gente não topou. A gente disse que não, que não era nossa prática. Ou eles confiavam ou não confiavam.

RS – Mas assim, tu procurava as fontes de acordo com uma pauta que te aparecia ou tu mantinha o contato com eles?

RD – O contato não, é muito difícil de manter. Claro que alguns eu recebia telefonemas, alguns que sabiam meu número e lá dentro tem celulares, e sabendo meu telefone, me ligavam. Já me ligaram para informar... Antigamente era muito curioso porque os familiares, às vezes até antes de motim, avisavam, não motim com refém, né, até porque... Mas aqueles motins, aquelas revoltas, queimar colchão, às vezes eu recebia o aviso meia hora antes. Tinham familiares que eram chamados pombos correios, isso na década de 1990. Naquela época não tinha celular, né, então o que acontece? Quem fazia a comunicação de um presídio para o outro eram os familiares ou advogados. E aí, então, os familiares ficavam sabendo, e tinha até um que era uma família tradicional dentro do presídio, porque tinham vários irmãos presos

e o pai deles me ligava seguidamente e avisava “olha, vai acontecer tal coisa no Presídio Central”. Isso lá na década de 1990. Hoje é muito mais difícil de conseguir falar com um preso justamente por causa do domínio das facções. O preso, nas galerias de facções, ele só fala se for autorizado por um líder. E mesmo que seja autorizado pelo líder, tem que ter autorização da justiça, vai-se atrás da direção do presídio para conseguir... Então, hoje não é tão fácil de falar, mas nós, principalmente no trabalho audiovisual, a gente tem conseguido falar com presos, também, às vezes, via familiares. Porque, uma coisa que eu aprendi em termos de fonte, sobre o sistema, eu coloco assim, numa hierarquia, por ordem, quem mais conhece o sistema e sabe o que está acontecendo? Primeiro lugar, os presos. Segundo lugar, os servidores que trabalham diretamente ali, os agentes penitenciários, os policiais militares. Terceiro lugar, os familiares. Os familiares estão sempre bem informados. Os presos comentam com eles, então também são outras fontes fortes e que estão sempre bem informadas, né. Para falar com um preso hoje, tem que mais ou menos saber o que é, qual o assunto, com quem quer falar, porque tem toda uma burocracia para conseguir. Hoje não é tão fácil de falar com um preso. Mas, de qualquer maneira, com aqueles que se consegue falar, é aquela relação de confiança, relação de nossa parte de respeitar a palavra dele e de respeitar a verdade. Nós também não vamos deixar ele falar o que quer e largar como se tudo fosse verdade. Questão de respeito e eles também acabam respeitando. Eu soube depois do filme Central, pelo juiz da Vara de Execuções, que um grupo de presos, que os líderes queriam falar comigo. Na época estavam ocorrendo as sessões de Justiça Restaurativa e eles queriam falar comigo. Avisei lá na empresa, mas só que depois acabou não acontecendo. Até pra saber a curiosidade deles. Acredito muito que fosse porque eu coloquei posições fortes no jornal, isso no caso de coluna, quando escrevendo como colunista, posições fortes que talvez tenha deixado eles... desagradado de alguma forma, mas nada drástico. Até pelo fato de eles quererem falar mostra que eles queriam um esclarecimento. Não houve nenhum tipo de ameaça, no entanto que foi via juiz que eles falaram. Eu tava pronto, se fosse isso, pronto para falar que, no meu trabalho, eu sempre coloquei as questões justas e que as dificuldades, todos os problemas dentro do presídio, em virtude do descumprimento da lei por parte do Estado, o descaso por parte do Estado, eles iam contar comigo porque eu ia fazer um trabalho em cima disso. Mas jamais apoiaria a matança e a violência do lado de fora. Sempre me posicionaria contra. Isso é a minha posição e o que eu ia colocar para eles se acontecesse essa audiência.

RS – E acontecia dos colegas te acionando para falar com alguém que só tu tinha contato?

RD – Sim.

RS – E como acontecia?

RD – Acontecia muito isso dos colegas pedirem contato, pedindo o contato para determinado tipo... Dependendo da pauta, para autor de determinado tipo de crime. Até teve um, uma vez, que precisava de um descendente de italiano tatuado, que precisava fotografar um assim...

RS – Mas existe essa troca dentro da redação?

RD – Existe. Existe muito a troca de fontes. Principalmente assim, quando é de outra área e precisa de alguma coisa da área, se troca fontes, pede indicação. E nessa área da segurança, me pediam muita indicação e também, às vezes, contato para eu intermediar para a pessoa conseguir falar.

RS – E quando tu ia escrever, depois que tu já tinha entrevistado as pessoas e tal, que tipo de preocupação tu tinha para, por exemplo, não reforçar estereótipos, não dar tanto espaço para o crime e, ao mesmo tempo, contemplar a voz do crime dentro da matéria?

RD – Bom, no jornalismo, eu acho, todo mundo tem direito a palavra. No caso, o que hoje chama de contraponto. Acho que se tu fala de um preso, fala de um crime cometido, no mínimo, o advogado dele tem que tentar porque ele tem o direito, principalmente quando ele é preso provisório, que tem direito de negar. Se ele tem direito de negar para a justiça, por que ele não teria o direito de negar para a mídia? Agora, isso aí é um equilíbrio difícil de conseguir, ainda mais hoje que as pessoas se revoltam muito, a sociedade é muito revoltada. A sociedade quer já que a gente condene. Eu fui muito xingado por usar a expressão 'suspeito'. Mas se a pessoa não está condenada, como é que eu vou chamar a pessoa de homicida, como é que eu vou chamar ela de latrocida, etc.. Quantos casos a gente já viu que, às vezes, nem

chega ao julgamento, que se descobre antes. Eu não posso julgar a pessoa. Até transitar em julgado, ou a menos que seja um réu confesso, eu não posso. Tenho que tratar como suspeito. A pessoa é suspeita ou é investigada. No entanto, a sociedade, o público em geral, não compreende, não gosta disso e a gente é muito xingado por usar a palavra 'suspeito'. Mas, mesmo assim, a gente busca o máximo de equilíbrio. Eu acho que tu tocou num ponto importante, que aí eu faço uma *mea culpa*, de um modo geral, por parte da mídia, que, às vezes, também a mídia acaba assumindo as visões da sociedade porque nós jornalistas fazemos parte da sociedade. É aquilo que eu digo, a imprensa não é racista, as instituições policiais não são racistas, mas os jornalistas e policiais e etc. podem ser influenciados e aí se criam os estereótipos. Uma coisa, para mim, muito básica, é se tu mostrar uma foto de um jovem branco de classe média e mostrar uma foto de um jovem negro de periferia e perguntar “quem é o traficante aqui?” é lógico que vão apontar que o traficante é o negro de periferia. No entanto, o tráfico existe em todas idades, e existem os chamados “playboys do tráfico”. Isso me deixa um sentimento de culpa muito grande... Acho que foi em 1988, acho, eu tinha um ano de jornalismo talvez, e era uma época antes da Constituição atual, uma época ainda em que nós estávamos sob aquela bagunça das Constituições e atos da época da ditadura e que a gente não sabia bem o que estava valendo e o que não estava valendo. Algumas coisas revogadas, outras não, mas, na prática não acontecia, e as instituições eram muito arbitrarias. Eu lembro que houve um latrocínio aqui na José Bonifácio, um professor de Educação Física... não sei se eu te contei essa história.

RS – Me contou.

RD – Conteí, né.

RS – Que depois ele foi no jornal...

RD – Exato, ele apareceu no jornal. O homem que foi apontado erradamente. Sei lá, não soube mais dele, não sei o que aconteceu com aquele pobre coitado depois daquilo. Então, eu me policio muito para não criar estereótipos, para não julgar ninguém, não condenar. Na hora de escrever, eu tomo muito cuidado e releio para ver

se o texto tá equilibrado, se o texto tá apenas um texto jornalístico, entende? É o que eu digo: existe uma polícia para investigar, existe o Ministério Público para acusar e uma Justiça para julgar. Isso não é papel da mídia. Mesmo em reportagem policial, não é o papel da mídia tecer julgamentos, nosso papel é informar. Então, eu tinha todo um cuidado para que o texto fosse só informativo. Claro, quando eu escrevia uma coluna eu opinava, evidentemente, mas ali sim era para opinar. Mas mesmo opinar não significava julgar e condenar ou julgar e absolver. Mas no texto, eu sempre tive muito cuidado nisso.

RS – Existia alguma orientação editorial da empresa sobre coisas que poderiam ou não entrar nas matérias? Por exemplo, se tu poderia entrevistar algum líder de facção.

RD – Sim, isso até hoje existe. Por exemplo, uma coisa que até pouco tempo a empresa adotou foi não dar nome de facção. Eu acho que, na maior parte dos casos, até está correto, mas acho que, em alguns casos, é preciso. Quando é importante essa informação é preciso dar, não pode haver um exagero. Por exemplo, eu fiz uma reportagem sobre uma facção que tá explorando a prostituição nas ruas. Isso aí foi uns dois, três anos atrás. Ouvi prostitutas, ouvi travestis. E saiu toda a matéria “uma facção...”, ali tinha que dar o nome da facção, era a facção dos Bala na Cara, tinha que dar o nome. Quando que eu acho que não deve? Não deve dar no dia a dia. Eu lembro que eu assisti uma palestra, lá no Rio de Janeiro, da PM, em que, realmente, vendo que a estratégia do Comando Vermelho... Às vezes, quando eles estavam afastados da mídia, eles mandavam alguém ir lá e metralhar um prédio da prefeitura. Aí no outro dia saía “Comando Vermelho metralha prédio da prefeitura”. Voltava para a mídia a marca, né. E eles trabalham muito com essa história de marca, as facções. Em São Paulo, o PCC chegou a sequestrar um amigo meu, o repórter Guilherme Portanova, trabalhou comigo aqui na Gaúcha... Chegou a sequestrar para exigir que a Rede Globo passasse um vídeo deles. Claro, para eles é interessante estar na mídia toda hora, porque não deixa de ser uma “propaganda”. Porque, assim, principalmente aqueles meninos de periferia, que não entendem a questão do certo e do errado, e que acham que o caminho do crime... Para eles é uma propaganda gratuita que eles recebem. Então, eu acho que não se deve dar o nome da facção toda hora, justamente por isso. Mas há matérias que é imprescindível, é importante para a informação.

RS – Essa era a única orientação que tinha a respeito das matérias?

RD – Quando a matéria era muito polêmica, quando envolvia alguma coisa... Existe uma advogada, a RBS tem uma advogada muito boa, que entende muito dessa questão relação editorial com a relação justiça. A advogada Débora Dalcin, ela é ótima, e isso eu achava favorável porque se discutia com ela até para avaliar riscos. E aí, muitas vezes, se deixava de publicar alguma coisa quando julgava ou que não era importante ou que, direta ou indiretamente, iria ferir alguma lei, algum direito. Mas, mais em termos de reportagem policial, tácito mesmo, que eu me lembre, é isso aí das facções mesmo.

RS – E isso faz quanto tempo mais ou menos?

RD – Eu acho que faz uns dois anos que foi adotado. Porque eu me lembro que antes saía diariamente o nome das facções. Nem todo mundo concorda. Tem uma socióloga amiga minha, a Camila Nunes Dias, que é uma das maiores especialistas que pesquisou o PCC, ela chama isso de medida *Voldemort*, né, por causa do Harry Potter, que ninguém fala o nome dele. Eles usam uma frase lá, o “você sabe quem”, alguma coisa assim, para não falar o nome dele.

O que acontece? Nesse mundo, às vezes, ser violento... Eles julgam “necessário” que se mostre violento, mas, às vezes, não. Ao contrário. Vou te dar um exemplo. Na rivalidade dos Bala contra os Antibala, ali, quanto mais violento parecesse, eles achavam mais favorável porque a intenção era intimidar o outro lado. Tanto que eles gravam vídeos de esquiteamento e tal. Então, ali, eles queriam dar publicidade. Mas, ao mesmo tempo, eles também não querem, especialmente quando já tem uma área consolidada, uma região de domínio consolidada, eles não querem muita publicidade porque isso aí vai exigir uma resposta... A sociedade vai exigir uma resposta do Estado, a polícia vai intervir. Aí que entra a questão dos cemitérios clandestinos, tem vários pela cidade, que são as mortes que tem que ser escondidas para não mostrar que estão matando tanto. Então, em determinado momento, quando a rivalidade está muito grande, principalmente nas áreas disputadas, a morte quanto

mais violenta, mais interessante para eles. Mas, em outros momentos, quando já há uma consolidação no domínio da área, quanto menos violento parecer a área, melhor. É o caso do PCC em São Paulo, né.

RS – É como se a facção trouxesse uma condição de segurança para aquela região, para aqueles moradores?

RD – É. Na verdade, esse é o fator determinante na queda de homicídios em São Paulo. Não são ações do Estado. O Estado até fez alguma coisa, mas o determinante mesmo foi o PCC, porque ele controlou a violência tanto dentro dos presídios, como no lado de fora. Lá ninguém pode matar sem autorização do PCC. Aí, baixou bastante o número de mortes em São Paulo. A mesma coisa acontece quando determinada área está sob o domínio de uma facção, não é interessante para a facção, embora, claro, hoje nós tenhamos muitas áreas dominadas de forma arbitrária. Diferentemente do passado, onde o traficante queria ser o simpático, o benfeitor, né, mas embora isso, não é interessante se mostrar a violência porque isso vai atrair as atenções da polícia e vai atrapalhar os negócios. E o objetivo principal não é a violência, o objetivo principal é o lucro, é o dinheiro.

RS – Com certeza. Tanto dentro do presídio como fora.

RD – Exato. Esse é o objetivo principal. É o lucro.

RS – Tu tinha algum critério para uso de fonte oficial para não ser a fonte predominante nas tuas matérias? Como era?

RD – Também é questão de evitar as matérias, que eu chamo de matérias oficiais. Porque, claro, se tu falar com uma fonte oficial, ela sempre vai puxar para o lado do trabalho. Agora, recentemente, a gente fez uma reportagem sobre a queda de homicídios e lógico que todos apontaram os trabalhos das polícias. Mas a gente puxou por outro lado, ouvimos até faccionados para levantar justamente isso, que determinadas facções fizeram acordos, para mostrar que não era só a questão com as autoridades, que tem que deixar transparecer. A exemplo do que ocorre em São

Paulo, pararam de matar porque a polícia está mais dura, está levando a condenação. Tá acontecendo, é verdade. Quando afastaram os líderes também diminuiu porque tinham... Mas também...

RS – A gente não pode ser tão inocente a ponto de achar que não...

RD – Exato, que isso não parte da decisão dos próprios criminosos, em diminuir a violência. O que determina mais é o crime.

RS – Como tu vê essa relação que se dá entre o estado e o crime, onde parece que há uma “passividade” dos governos em aceitar que as facções controlem áreas e presídios?

RD – Para mim, é a maior prova da falência do Estado. Porque se tu vai no judiciário, na parede do juiz, está lá: Pavilhão F, Bala na Cara; Pavilhão D, Manos... Sabe? Vai na direção do presídio também. Tu vai na PEJ, em Charqueadas, na porta das galerias, está ali o nome da facção. E todo mundo sabe que esse nome não é de um time de futebol, de um clube. É de uma associação criminosa, uma facção. A partir do momento em que, num prédio público, onde eles deveriam estar cumprindo uma pena, justamente para se ressocializar e se recuperar, justamente ali tá marcado... Num prédio público, para quem quiser passar e ver. Isso, para mim, é a maior parte da falência. Nas periferias, todo mundo sabe, as polícias sabem, que facção que domina qual área, etc.. Então, na verdade, isto é uma coisa institucionalizada, e tão institucionalizada que os líderes de facção negociam com autoridades.

RS – Tu acha que o poder do crime é muito maior que a capacidade de ação do Estado?

RD – Sim, eu acho que o crime... Claro, não tenho como provar, mas, muitas coisas... Assim, eu percebia que o Estado, em algumas coisas, era refém do crime. Decisões tomadas referentes a questões de presídios, coisas que não acontecem... Por exemplo, até hoje, ninguém me deu uma explicação eficiente sobre o porquê de nunca tentarem colocar bloqueadores de celular no Presídio Central. Alegam que vai tirar o

sinal da área. Pode ser, tudo bem. Mas não há uma explicação firme sobre isso, convincente de que seja esse o motivo. A gente sabe que se colocar bloqueador lá, explode o presídio. Tem duas coisas que não vão deixar de entrar no Presídio Central ou em presídios como o Central: droga e celulares. Duas coisas que se pararem de entrar, aí volta àquele estágio de rebeliões, de mortes. Volta aquele estágio lá dos anos 90, uma rebelião atrás da outra, mortes, conflito entre servidores e presos.

RS – É como se fosse um calmante. Dá o celular e a droga e eles ficam lá “controlados”.

RD – Exatamente. E outra coisa, as autoridades sabem que há extorsão lá dentro e não é feito nada para se coibir. A barganha que as autoridades, de um modo geral, usam como castigo para uma galeria, é isso. É proibir a entrada de novas pessoas lá. Tu vê só, as pessoas não têm essa ideia de que... Todo mundo acha que quanto mais gente na galeria, pior para os presos. É pior para os presos “operários” ali, é pior mais superlotado. Mas para o líder de galeria não. E isso é usado como barganha pelas autoridades.

RS – Tu me contou isso, na outra entrevista, que eles não queriam mostrar no filme a superlotação.

RD – Sim, porque isso poderia ir contra e daqui a pouco pararem de colocar presos lá. E hoje, uma coisa que caracteriza uma facção, uma condição mais do que necessária para uma facção aqui no Rio Grande do Sul, é ter uma galeria no Presídio Central. Tem que ter pelo menos uma galeria sua no Presídio Central. Ou mais. Se tiver mais, melhor ainda. Então, eles não brigam quanto a superlotação. Quando eles acham que está superlotado, aí eles reivindicam uma nova galeria, que seria mais uma fonte de renda boa.

RS – Todas as facções estão dentro do Central?

RD – Dá pra dizer que sim. Às vezes, algumas com, vamos dizer assim, aspiração a facção, como os chamados Antibala. Porque os Antibala, na verdade, é uma coalizão,

então, eles têm ali a Conceição, que faz parte da coalizão, tem a Farrapos, lá no D, faz parte da coalizão... Mas as principais, sim. As menores, assim, não tão faladas, não tem. Pode ter gente lá, mas em galerias alheias, como tem a dos Taurus, algumas do interior também não tem aqui no Central.

RS – Mas essas grandes estão ali?

RD – Estão. Com uma ou duas galerias.

RS – Teve algum momento na tua trajetória em que tu quis ser, se parecer com um policial? Quis se confundir com um policial, agir como um?

RD – Não, não. Isso aí é um temor grande, de evitar. Evitar ao máximo, porque não dá. Seria falta de ética, porque eu sou jornalista, né. Procurava sempre me identificar. Claro, mesmo quando estou fazendo uma investigativa, eu poderia até ficar oculto, mas nunca me passar por um policial. Poderia até ficar uma pessoa oculta ali. Não me identifiquei como jornalista, mas não disse que era policial.

RS – Mas tinha muito isso, né?

RD – Muito, por isso que eu tive tanto cuidado. Vou citar um caso, que não é da minha época, mas que os repórteres, para conseguir a foto de um sequestrador, foram na casa da mãe do sequestrador, chegaram chutando a porta, derrubando, a chamada pedalada da porta, e gritaram que eram da polícia, e exigiram que ela entregasse uma foto do filho dela. Até por ouvir essas histórias... Eu não sei também se eu te falei, mas eu comecei na editoria de polícia numa transição em que... Como havia acabado a ditadura, não tinham mais presos políticos. Os movimentos de direitos de justiça e Direitos Humanos começavam a olhar para os presos comuns. E eu comecei nessa época. E aí, de certa forma, acho que por isso, peguei a transição, tive colegas ali que meio que me conduziram o caminho, me mostraram o caminho, e talvez por isso que meu trabalho, até hoje, seja... Porque eu peguei bem no período em que tinha uma transição entre um jornalismo policial mais policialesco. Claro, nem todos os profissionais agiam assim, mas como eu te dei o exemplo agora... E a transição para

que o jornalismo policial se voltasse para os direitos humanos, coisa que antes acontecia no jornalismo político. Era sempre o repórter político que estava de olho nessas questões de violações de direitos humanos. Em 1988, teve uma situação, também antes da Constituição, eu tinha dois anos de jornalismo, em que fomos em uma delegacia de homicídios, era a única que tinha aqui em Porto Alegre, lá na Zona Norte. Chegamos lá e os policiais estavam todos reunidos com o delegado numa sala. O motorista que estava com a gente queria dar uma olhada numa lista telefônica, no tempo das listas telefônicas, e eu perguntei para o delegado se ele conseguia uma lista telefônica. E ele ali de papo com os outros caras disse “procura aí, não sei se tem”. E eu fui entrando delegacia adentro, e ao abrir uma porta, era um banheiro, fora de uso assim, tinha uma banheira e três jovens, três rapazes, acorrentados. Por isso, fui lá e falei com o fotógrafo, fiz sinal e o fotógrafo fez as fotos. Era o tempo do filme ainda, né. Aí eu perguntei para eles e os caras não quiseram falar, estavam morrendo de medo, os três. Eu fui e disse para o fotógrafo “Vamos sair daqui porque, senão, eles vão querer tirar o filme. Vamos para o jornal e de lá eu ligo e pergunto”. Cheguei no jornal, liguei e pedi para falar com o delegado. Aí o delegado não estava. Aí, bom, vou falar com o cara de confiança dele, que era o chefe de investigação, e perguntei para ele “Vi três caras presos aí, o que aconteceu? Qual é a bronca?”, que eles falavam assim. Ele me respondeu “Não, não, esses aí não tem bronca nenhuma. Eles são testemunhas de uma bronca e se a gente não prende eles aqui, eles não querem depor”. Aí deu um rebuliço no jornal, o editor-chefe da época ficou com medo de... Aquilo era para ser manchete. Mas saiu lá dentro, igual. “Testemunhas são acorrentadas na DP”. No outro dia, quase caiu o chefe de polícia, deu um rebuliço. Isso foi numa sexta à tardinha, e no final de semana houve uma movimentação grande. Eu me lembro que o assessor de imprensa da polícia emitiu uma nota, dizendo que eles não eram testemunhas, que eles eram suspeitos do homicídio que aconteceu no centro. Só que eu pensei “Bom, então foi premonitório, porque eu tive lá na delegacia umas cinco da tarde e o homicídio foi às seis e meia”. O homicídio foi depois. Então, foi uma confusão tremenda. Mas para tu ver as coisas como aconteciam. Isso também já demonstra uma questão da visão mais voltada para os direitos humanos. Aí surgiu uma questão que me veio à mente, uma questão que o professor Marques Leonam, professor durante muitos anos, na Famecos, professor de boa parte dos jornalistas aí... Quando comecei na editoria de polícia, um dia fui lá na Famecos e encontrei ele. E ele, bom de papo, me chamou na frente da Famecos, naquela praça,

e ele começou a colocar questões. “Tu vai enfrentar isso, aquilo...” e ele disse “Uma questão que tu vai enfrentar, pode ter certeza. Tu vai ter fontes fortes dentro da polícia. Mas, um dia, tua fonte ou mais de uma, vai pisar na bola e aí tu vai ficar na dúvida sobre o que fazer. Denuncio? Não denuncio? Perco a fonte?”. Ele disse “Denuncia. Denuncia porque tu vai estar fazendo a tua função e ele até pode ficar bravo contigo durante um tempo, mas ele vai ter que fazer alguma coisa positiva e vai precisar mostrar para ti, até para tu botar no jornal, até para limpar o lado dele”. E dito e feito, isso foi ao longo... E também assim, que eu considero um elogio. Duas vezes, o delegado Wilson Muller, tá aposentado hoje, da família Muller, que teve três delegados, um deles ainda tá na ativa, um dos irmãos, mas um foi chefe de polícia, o Nilton Muller, e o Wilson Muller foi diretor da DI, que hoje seria o Deic, de investigações... E ele falou uma coisa, no meu início de carreira, para os policiais da época. Ele disse “Quero apresentar para vocês... Esse aí é o Renatinho, repórter, muito simpático, gente finíssima, etc. Mas vou dizer uma coisa para vocês: não façam merda, se fizerem merda ele vai botar vocês no jornal”. E agora, depois, ele já aposentado, anos depois, com uma nova geração de delegados, ele como presidente da Asdep, Associação dos Delegados, ele chamou os velhos ali e disse “Vou falar uma coisa aqui para vocês que eu falei há vinte... quase trinta anos, vou repetir aqui agora para vocês. Aqui, o Renatinho simpático, baita jornalista, mas não façam merda que ele vai botar...”. Então, eu considero isso um elogio, porque ele sabe que eu tenho uma relação boa com os policiais e isso não é proibido. Mas, se for preciso, vou colocar no jornal, da mesma forma que se eu cometer um crime, eles vão me prender.

RS – Mas tu chega a falar isso quando tu aborda eles? Diz “olha, sou jornalista, a gente vai se falar muito, mas eu quero deixar claro que...”

RD – Não. A prática, a tua atitude, comprova isso. Acho que a tua prática já demonstra para eles isso.

RS – Sim. E em algum momento tu chegou a considerar não fazer uma matéria nesse sentido, criticando alguma ação da polícia?

RD – Não. Nunca cheguei a cogitar não fazer. E tem coisas até que, por uma questão... Com o tempo, acho que vou lembrar alguma questão assim, de algum policial que eu tenha feito alguma matéria altamente positiva e depois tenha dado negativa. Como aconteceu agora, por exemplo, com esse preso, que ficou 31 anos preso e saiu, e eu fiz questão de fazer a matéria, porque eu tinha feito uma matéria falando da evolução dele, etc., então eu disse “Não, essa matéria tem que ser eu que tenho que fazer”. Até para mostrar a minha imparcialidade e neutralidade em relação ao assunto. E isso aconteceu também em relação a policiais, que eu dizia “Deixa que eu faço, porque eu fiz a outra, eu faço...”. Até porque, alguns colegas, não na Zero Hora, mas alguns tem receio de denunciar policial. Isso eu nunca tive. Esse delegado lá dos acorrentados morreu me odiando. Até porque, teve um dia, dias depois, que eu entrei na delegacia e tava um outro colega e ele me agrediu com palavras e eu fui obrigado a responder a altura. Ele disse “Tu abusou da minha confiança” e eu respondi “Como assim, abusei da sua confiança, delegado?” “Tu entrou na delegacia...” “Sim, o senhor disse que eu podia entrar, eu entrei. Não invadi. A maior prova disso é que o senhor disse que eu poderia entrar. Agora se eu vi um fato jornalístico, eu não vou me negar. Se eu deixar o senhor entrar na minha casa e o senhor vê um crime lá dentro, o que o senhor vai fazer? O senhor não vai agir porque eu deixei o senhor entrar na minha casa?”. Além do que, uma delegacia não é uma casa, né, é um espaço público. Claro, não pode entrar lá a qualquer hora, mas de qualquer maneira, é um espaço público e naquele momento eu não invadi, entramos eu e o fotógrafo autorizados.

RS – Tinha alguma estratégia de segurança do veículo para os profissionais da área de polícia?

RD – Sim. Em áreas de conflito, no Santa Tereza e em qualquer outra área onde houvesse conflitos, o uso do colete era obrigatório. A gente era obrigado a trabalhar de colete.

RS – E o que tu achava disso?

RD – Ah, eu achava correto, de certa forma, embora não protegesse de todo, mas tudo o que ajudasse a proteger... Porque a gente viu aí, lá no Rio de Janeiro, um

cinematógrafo da Bandeirantes morreu com uma bala perdida. Pode acontecer um tiroteio. Então, é uma questão de segurança. Claro que, dependia da matéria e da região. Às vezes, eu me neguei e argumentei. Porque, às vezes, também, tu vai lá entrevistar alguém que não é do crime, aí tu chegar de colete, daqui a pouco, tu pode tá até ofendendo essa pessoa. Pode ser constrangedor, entende? Marquei a entrevista com o seu Zé e chego lá com colete a prova de balas... Eu posso tá dizendo... Dependia do caso. Me lembro de uma colega que também bateu pé e eu achei muito correto, porque ela foi para acompanhar o trabalho do Samu e queriam que ela fosse de colete. Mas aí o pessoal do Samu disse que atrapalhava até o próprio trabalho do Samu, porque eles tem uma relação de respeito com os próprios traficantes, com os próprios criminosos, porque eles sabem que uma hora eles podem precisar do Samu. E aí alguém trabalhar de colete a prova de balas dentro do Samu podia deixar uma má imagem para aquela equipe, afastar de comunidade e também perante os próprios criminosos. Porque os criminosos sempre desconfiam quando tem alguém de colete. Quando eles veem, identificam como jornalista, ok, mas eles também podem identificar como polícia.

RS – Mas tinham outras estratégias a não ser o colete? E todos os repórteres conheciam, era bem institucional?

RD – Isso sim. Na RBS, até pela minha experiência de campo, eu avaliava muito o tipo de carro que ia ir. Quando ir de carro discreto, quando ir de carro da Zero Hora e quando ir de carro do Diário Gaúcho. Em comunidades, o normal, eu sempre pedia carro do Diário Gaúcho ou da Gaúcha, mas minha preferência era sempre pelo do Diário Gaúcho, que dentro dos veículos da RBS é o mais respeitado nas vilas. Então, eu preferia ir com os carros do Diário Gaúcho. Carro discreto a gente usava em reportagens que a gente não poderia aparecer, mas em comunidades eu nunca usava o carro discreto. Porque o carro discreto é pior. O carro discreto eles podem te confundir tanto com polícia quanto com os contra, né, que é como eles chamam. Com os inimigos. Eles me perguntavam “pode ser discreto?” eu dizia “Não. Tem que ser um carro com bandeira para eles saberem que estão lidando com jornalistas”. Tudo bem, isso não nos dá 100% de segurança, mas, pelo menos, que eles saibam que somos jornalistas.

RS – Isso foi do teu *feeling* ou teve alguma experiência que tu passou que te ensinou isso?

RD – Isso foi com o tempo. Eu tenho um outro marco que eu costumo dizer... Quando eu iniciei, e durante muito tempo, a gente transitava pelas vilas destemidamente. Sem medo nenhum a gente transitava pelas vilas com carro embandeirado e todo mundo respeitava. Viam que era jornalista da Zero Hora, ficavam te olhando, mas ninguém fazia nada. Eu acordei e acho que não só eu, mas a imprensa de um modo geral acordou, quando houve o caso Tim Lopes, no Rio de Janeiro. Porque foi um repórter da Globo, torturado, esquartejado... Aí todo mundo dizia “Pô, se os caras não respeitam a Globo...”. Porque, até então, todo mundo via aquele poder “ninguém vai mexer com a Rede Globo”. Muita coisa mudou. Eu me lembro que aqui eu já estava no Diário Gaúcho e eu me lembro que veio um dos editores-chefes, um dos coordenadores do jornal Extra, veio aqui falar para gente e ele disse que lá no Rio nenhum repórter poderia ir em uma comunidade sem ser autorizado. Naquela época, não havia as UPPs ainda, então, só com autorização. E isso, automaticamente, passou a se passar aqui. Claro, isso nem sempre foi levado à risca. Eu me lembro de um episódio em que eu fui na vila dos Sargentos, que é dominada pelos Bala na Cara e tava um clima tenso porque uns contra tinham ido lá, passado lá e dado um tiro que matou uma dona de casa que não tinha nada a ver. E eu fui lá tentar falar com algum familiar dela. Tinha uma barricada e nós estávamos com o carro embandeirado e eu falei para o motorista “Vamos embora, vamos embora” porque um cara me fez um sinal dizendo “Saíam daqui já”. Eu entendi bem o sinal dele e saí. Três dias depois, mandaram um colega lá e eu tinha alertado. Ele desceu do carro e foi lá dentro entrevistar alguém. Era uma motorista que estava no carro e ela estava distraída, e só ouviu o barulho da arma batendo no vidro. Ela abriu o vidro e o cara perguntou “Cadê aquele teu colega que estava contigo?” e ela disse “Tá lá dentro entrevistando” e mandaram ela sair dali e ela teve que deixar ele lá. Depois ele conseguiu sair, mas mandaram ela sair já, três dias depois de eu ter sido corrido de lá.

RS – Tu já recebeu ameaça ou o veículo recebeu a partir de alguma matéria que tu fez? Tanto de autoridades quanto de pessoas do crime, tá?

RD – Na década de 1990, eu recebi um telefonema, alguém falando portunhol e a pessoa se identificou, deu um nome, e disse que eu ia me ver com ele porque eu tinha feito uma matéria dizendo que ele tinha matado alguém importante. Eu achei que era trote e comecei a rir até, achando que era trote de um colega. E eu ria e ele ria do outro lado. Aí eu fui pesquisar o nome da pessoa e constatei que realmente ele existia. Era um argentino acusado de 12 homicídios no Amazonas. Aí eu avisei no jornal, a gente foi registrar. Eu tinha feito uma matéria lembrando um caso que era lá no Amazonas... E ele era acusado de doze homicídios. Não sei como, na época, não tinha nem internet, não sei como é que ele descobriu a minha matéria. Mas não saiu disso. Agora, a situação mais delicada foi agora, depois do Central, em que eu escrevi no dia em que os Bala na Cara não deixaram um preso sair para um júri, eu escrevi um artigo. Saiu na Zero Hora, saiu no site, nos dois jornais, eu dizendo que quem manda nos presídios são os presos. Eu recebi um telefonema à noite, uma pessoa que faz um tipo de trabalho lá no Central me dizendo que eu tinha sido a pessoa mais falada lá dentro. Tanto de um lado como do outro. Mais tarde, eu sofri um assalto e me botaram uma pistola na cabeça, perto de casa. Eu me lembrei... Porque eu também trabalhei com samba e tal e ia muito para periferia, nos botecos de samba... Aí um dia, um homem embriagado bateu nas minhas costas e disse que tinha preocupação comigo. E eu disse “Por quê?” e ele “Porque tu escreve aquelas coisas no jornal e teu homem bomba pode ser um craqueiro”. Pedi que ele explicasse isso. “Um traficante aí, dá três pedrinha para um craqueiro e larga uma pistola da mão dele e manda te pegar”. E aquilo ficou. E eu até dei um tempo, mas quando eu senti a pistola, foi a primeira coisa que me veio à cabeça.

RS – Mas tu tinha medo?

RD – Não. Mas eu vi que realmente era um assalto, tanto que eu dei o dinheiro e ele deu às costas. Não levou nem o celular que estava no bolso de baixo. Ele viu o dinheiro e saiu. Devia ser um craqueiro mesmo, mas não o meu homem bomba ainda. Mas eu fiquei muito nervoso, no outro dia não conseguia trabalhar, meus chefes me mandaram para casa e eu não fui para casa, fui para a casa da minha mãe. No dia seguinte, eu voltei para minha casa. E aí sim me deu mais medo, porque eu percebi que tinham entrado no meu apartamento, sem arrombar, sem nada, e sujaram as

paredes de merda. E até uma autoridade do judiciário me fez a leitura. Ele me disse “Isso aí é um recado claro. Estão dizendo que tu tá escrevendo merda”.

RS – Que ano que foi isso?

RD – 2016. Foi... Te digo até o dia. Foi véspera do feriado de sete de setembro, seis de setembro de 2016.

RS – Isso tudo a partir do texto que tu fez?

RD – O assalto até pode ter sido uma coincidência, mas a entrada dentro de casa. Aí, tá, reforcei lá, coloquei grade, coloquei tudo e nunca mais aconteceu. Mas até nem quis... Falei para juiz, falei para tudo, mas não quis levar adiante porque não ia dar em nada. Mas avisei, deixei avisado o que tinha acontecido. Avisei lá no jornal.

RS – Alguma vez tu foi hostilizado nas comunidades?

RD – Por comunidades, não. Mas já percebi gestos de comunidade, as pessoas temerosas em falar comigo fazendo gestos para eu sair. Às vezes, não só esse episódio da vila dos Sargentos, mas também por parte, claro, de traficantes. Outro episódio também, de uma das matérias, talvez, mais difíceis que eu tenha feito, que foi a dos refugiados do tráfico, que são pessoas que foram expulsas ou estavam sendo expulsas, ameaçadas por traficantes para deixar suas casas. Aí tinha uma lá que tinha voltado para casa depois de ter sido corrida e ela me avisou “Chega bem cedo”, porque tinha que sair antes das nove. Às nove era o horário que os traficantes iam para a rua. Ok, fui. Tinha um outro lá, uma família que estava sendo ameaçada e era uma zona que tinha uma lombada, aí eu combinei com o motorista “Tu me espera aqui embaixo que eu vou subir a pé”. Só que lá embaixo alguém já devia ter dado o alerta de que a gente tinha passado. Muito antes já tinham avisado. Mas eu subi, fui lá e fiquei em frente à casa da família, só que não conseguia passar pelo portão. Comecei a bater palma. Nisso, eu vi que vinha, de moto, um guri, devia ter uns 15 anos, que ficou acelerando atrás de mim e saiu. Daqui a pouco, veio outro. Mesma coisa. Daqui a pouco eu me dei conta “Vou sair daqui, porque eu tô criando risco, não só para mim,

mas para a própria família”. Daí eu desci e fui embora. Eu percebi já esse gesto. Durante a gravação do Central... Primeiro na gravação do Poder Entre as Grades, que foi um curta que a gente fez, lá no Morro da Cruz. Era essa mesma atitude. Motoqueiros do tráfico ficam atrás e acelerando, fazendo barulho. Eu senti até meio como um recado dizendo para as pessoas não falarem ou alguma coisa assim. Depois, no Central, quando a gente entrevista um anônimo, que não mostra o rosto, se tu ouvir bem, tu vai ver que tem barulho de moto. Estavam fazendo a mesma coisa. Eles fazem isso. Eu já percebi. Pode ouvir que quando ele tá falando, isso que o técnico de som conseguiu baixar bastante, mas mesmo assim, ainda dá pra ouvir um barulho de moto em determinado momento da fala dele. Eu já percebi que isso é um sinal, um recado. Foi do mesmo jeito que aconteceu comigo. Uma na gravação do curta, na gravação do longa, e uma na entrevista dessa matéria, que até foi premiada, dos refugiados do tráfico.

RS – E sobre matérias que tu fez que moveram resposta política, de mudança, do poder público. Como tu vê esse “poder” que o jornalismo tem e se tu tem alguma história marcante?

RD – Eu acho que, principalmente na segurança, poderia ser mais. Mas teve fatos assim... Teve essa que quase provocou a queda do chefe de polícia. Deixa eu me lembrar de matérias que deram grande reviravolta. Eu percebia muito, principalmente agora nesses últimos anos de RBS, o forte respeito. Os delegados muito preocupados em ler o que eu escrevia. Eu acabei, de certa forma, virando uma referência nessa área, no que eu escrevia. Mas claro que a maior repercussão que eu vi, até nem foi como repórter, foi como codiretor e roteirista do Central. Eu acho que o Central fez com que, pela primeira vez, eu ouvisse as autoridades, principalmente as do executivo, admitirem os desmandos. Um ano depois foi inaugurada a segunda penitenciária de Canoas, a Pecan 2, o secretário de segurança era o Cezar Schirmer, e ele, no discurso de inauguração, ele falou que ali, a penitenciária, a Pecan, não seria “como o Presídio Central, onde os presos mandam, conforme mostrado no filme Central”. Ou seja, ele fez uma referência ao filme Central e admitiu que os presos comandavam o presídio. Pelo menos a parte interna, né.

RS – Mas tu fazia, escrevia a matéria e publicava com a expectativa de mudar alguma coisa na realidade das comunidades ou do Central, ou tu fazia e achava que essa era uma coisa que pode acontecer, mas não era o objetivo da tua publicação?

RD – A gente sabe que é muito difícil, né. Eu tinha a expectativa de alertar para quem não soubesse ou de lembrar que já sabia e nada fazia. Mostrava que estava errado, esse erro está se repetindo. Só que claro, no sistema penitenciário, é muito difícil haver uma mudança, leva muitos anos para acontecer uma mudança no sistema penitenciário. E em relação às polícias, eu acho que a própria polícia, mas aí também uma contribuição da imprensa em mostrar o problema das facções... Porque nós batemos muito nessa questão de que, quando vinha subindo o número de homicídios, o discurso costumava ser “eram ligados ao tráfico”, como se isso não importasse. Como era ligado ao tráfico, pode morrer. Primeiro lugar, não pode. Não pode ter um número absurdo de homicídios. Isso, acho, de certa forma, com a imprensa batendo, faz com que haja uma ação, uma cobrança. Ainda que a maioria pode ser ligada ou não, mas há uma cobrança em termos de segurança pública que isso acaba mexendo, de certa forma, ainda que não sejam mudanças profundas, mas alguma mudança sempre...

RS – Tu acredita que sejam mais mudanças emergenciais?

RD – Emergenciais, sim. Porque a segurança pública no Brasil, infelizmente, se trabalha dessa forma emergencial. Quer dizer, se tapa um buraco ali, mas daqui um ano, dois, vai estar aberto de novo. Menos tempo até, mas se trabalha no aqui e agora. Dificilmente se faz um planejamento, algo para longo prazo em termos de segurança pública aqui no país.

RS – Quando tu estava entrevistando as tuas fontes, tu mudava a técnica de acordo com o perfil da fonte?

RD – Ah, sim. Com certeza.

RS – Como se dava isso?

RD – Depende. Ali, tu tinha que ter uma avaliação de como essa fonte reagia. Porque, por exemplo, há aquela fonte sincera, vai lá e abre o jogo, tu não precisa nem se esforçar muito, só pergunta e ela vai te responder. Há outras que eu sei que é muito difícil de falarem, e quando tu consegue que fale, tu vai numa estratégia mais contida, mais devagar para chegar onde tu quer. Tu não pode já ir de cara no assunto. Quando é um assunto polêmico, tu não pode chegar de cara, direto nesse assunto, porque ela vai se fechar e já não vai te responder mais nada. Então, tu tem que ir devagar e, de preferência, esse assunto eu deixava para o fim porque daí ela já tinha me respondido as outras questões e se ela quisesse parar ali... "Tá, não consegui isso, mas eu consegui outras coisas". E também, porque daí, quando chegasse nesse ponto, se ela se abrisse, começasse a falar, eu ia aprofundando a entrevista. Então, tem que ver muito o perfil da fonte. Nas primeiras vezes que tu entrevista, tu, mais ou menos, começa a conhecer a pessoa, como ela age, se ela procura "jogar na retranca", que é aquilo de ficar fechada, evitar responder, ou responder de forma evasiva, de forma curta. Agora pouco, um secretário, até nem vou dizer o nome, mas são coisas assim que a gente acaba considerando um elogio... Um colega meu foi entrevistar um secretário, e fez a entrevista dele, e o secretário... Olha que o secretário nunca tinha falado comigo pessoalmente, só duas vezes, por telefone. Daí ele disse "Tá, agora eu tenho aqui uma pergunta do Renato Dorneles", e ele "Ah, sabia que ia ter que ter uma pegadinha". Ele já ficou com medo, já sabia que tinha uma pegadinha. Para mim, considero um elogio. Isso aí tudo foi algo que eu conquistei, mostrando que eu estudo o sistema. Até nem sei se eu te contei do governador Collares, em 1994?

RS – Sim, tu me contou.

RD – Então, claro. Eu estudo o sistema há muitos anos, então eu tenho um conhecimento, até para perguntar coisas que, às vezes, nem o secretário sabe.

RS – Como tu faz esse teu estudo? O que tu acessa, te preocupa, quando tu começou a cobrir essa área, o que tu precisava entender, o que tu não entendia,

onde que tu buscou essas explicações? Não só na parte da criminalidade, mas na parte jurídica também.

RD – Bom, eu cursei oito semestres de direito, na PUCRS. Depois de formado em jornalismo, eu cursei. Não conclui o curso. Isso era uma outra coisa que os colegas sempre me perguntavam, tinha uma questão jurídica e eles vinham, faziam uma consulta jurídica.

RS – Ajuda muito?

RD – Ajuda bastante. O curso de direito, ele é muito amplo, né. Não só para quem cobre a parte policial, mas acho que todas as áreas o curso de direito dá uma base muito boa. Para quem cobre política, para quem cobre geral... O direito dá uma base muito boa. Isso me ajuda bastante, claro.

RS – Mas e do outro lado, dessa lógica da criminalidade...?

RD – Isso eu digo, é o aprendizado empírico. Tu vai aprender na prática, tu vai aprender no contato, nas fontes. Por isso que eu digo, tem que ter muitas fontes dentro do sistema, fora do sistema, tu tem que ter muitas fontes. Eu até brinquei, disse “Nunca aconteceu, mas qualquer hora vão prender algum cara que aprontou alguma e vão achar um cartão meu”. Porque o meu cartão era distribuído assim, sabe. Eu distribuía adoidado. Mas eram fontes. Mas nessa área não adianta, tu tem que ter fonte. E aquele negócio, como tu disse, todo o cuidado com as tuas fontes para não serem só as fontes oficiais. Tem que ter as fontes dos dois lados. A fonte oficial e o preso, a mulher do preso, a mãe do preso, nas comunidades, as pessoas não ligadas... Isso tudo nos traz um aprendizado... E de ver o que as coisas representam para as pessoas. Uma coisa que a gente tem muito forte, uma mulher que nos processou porque a matéria, não era minha a matéria, mas a mãe de um preso... Porque, na matéria, botaram lá os crimes que ele supostamente teria cometido e colocaram estupro. E ela processou o jornal e argumentava assim “Meu filho pode ser homicida, pode ser assaltante... Estuprador, não”. Por quê? O estupro, nem na criminalidade, nem entre a própria criminalidade estupro é concebido. Tanto que estupradores ficam em galerias separadas. Então, ela sabia que era mãe de um criminoso, mas jamais ia

querer admitir ser mãe de um estupro. E vê bem, até dentro do próprio crime, às vezes... Vão lá, tem pessoas que matam pais de família, ok. Agora, estupro, não. Estupro eles não aceitam de modo algum. Por aí tu vê como tem todo um código dentro do crime.

RS – A gente acha que crime é tudo igual, mas não. Existe uma ética dentro do crime, determinando o que pode e o que não pode, entre eles mesmos?

RD – Isso aí é explicável, né. Eles sabem a importância, em primeiro lugar, da mulher. O preso, quando ele tá preso, ele tem um respeito enorme pela mulher. Não só a sua, como a dos outros. Porque sabem a importância que a mulher tem pra eles.

RS – Como tu enxerga a tua construção de métodos de trabalho e como isso se relaciona com quem tu é? Como as coisas que tu vive e vai adquirindo, conhecendo, se transformam no teu método de trabalho?

RD – Eu acho que aqui, em primeiro lugar, a faculdade é fundamental. Ela vai te dar toda a tua base. Mas depois tu vai tendo o aprendizado na prática, que aí tu vai formar o teu método de trabalho. Mas eu acho que a vida em si vai te ensinar muita coisa. O teu jeito de ser, o teu jeito de pensar, o teu jeito de agir... Se a pessoa não é ética, ela não vai ser ética como jornalista. Se ela não é uma pessoa ética na vida. Se ela não é uma pessoa humana, uma pessoa com sentimento, ela não vai ser no trabalho também. A tua formação pessoal vai acabar influenciando, seja qual for tua profissão, acaba influenciando. Acaba influenciando no teu método de trabalho.

RS – E tu te considera um profissional privilegiado por ter esse tino de conseguir falar com tantos públicos e acessar tantos lugares?

RD – Com certeza. Eu acho que, para mim, o melhor do jornalismo, o mais gratificante, é justamente isso, de ter acesso, contato com tanta gente, com tanto público. Ter fontes em todos os segmentos nos quais eu trabalhei. E a gente acaba tendo um relacionamento carinhoso com as pessoas, respeito pelo trabalho, as pessoas na rua... Ainda hoje, eu saí e as pessoas comentam. Acho que a minha demissão foi uma

das mais comentadas e até hoje, encontro pessoas que nunca vi na vida, que nunca falaram comigo, e dizem “Ah, que falta tu tá fazendo lá”, “Que saudades dos teus textos”. Acho que é tudo uma questão daquilo que plantei com o trabalho.

APÊNDICE III

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS E PESSOAIS EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO A SER DIVULGADO, DISPONIBILIZADO E UTILIZADO PELA UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade Acadêmica de Graduação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS E PESSOAIS EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO A SER DIVULGADO, DISPONIBILIZADO E UTILIZADO PELA UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS.

Eu, Renato Nunes Domeles, Rua Jacinto Gomes, 260/301, bairro Santana - Porto Alegre/RS, CEP 90040-270, RG 8025689228, CPF 42131200072, autorizo, por meio desta, o(a) Sr(a), Renata de Souza Simmi e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, a utilizar as informações obtidas a partir de entrevistas feitas comigo no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: O JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA: um estudo sobre a história de vida do repórter Renato Dornelles

DECLARO, ainda autorizo a Unisinos a disponibilizar o TCC O JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA: um estudo sobre a história de vida do repórter Renato Dornelles em sua biblioteca em formato físico ou digital, para os específicos fins educativos, técnico-científicos, culturais e não-comerciais de divulgação institucional.

São Leopoldo, 18 de novembro de 2019.

Renato Nunes Domeles
Assinatura

Renata de Souza Simmi
Assinatura do Aluno